

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES (UCAM)
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO
MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

MÁRCIO FERREIRA

**NOVOS ATORES E SOCIABILIDADES POLÍTICAS NA ERA DA INTERNET:
Analisando a transformação dos modos de ação política após as
“Manifestações de Junho de 2013”**

RIO DE JANEIRO
2020

MÁRCIO FERREIRA

**NOVOS ATORES E SOCIABILIDADES POLÍTICAS NA ERA DA INTERNET:
Analisando a transformação dos modos de ação política após as
“Manifestações de Junho de 2013”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ como parte dos pré-requisitos para obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Vieira

RIO DE JANEIRO
2020

Resumo

A presente dissertação tem como tema as transformações nos modos de organização dos movimentos sociais no Brasil durante e após as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 ou “Manifestações de Junho”, expressão que designa um conjunto de manifestações políticas que ocorreram em todo o país no ano de 2013, iniciadas no mês de junho, e que envolveram milhares de pessoas em diversas cidades brasileiras. Buscou-se entender as transformações nos repertórios de ação dos movimentos sociais de rua; o papel das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação nesse processo e suas consequências no contexto nacional; a influência da mídia nas práticas dos movimentos e/ou *vice-versa*; o surgimento de novas sociabilidades, conflitos e relações antagonistas, no período entre o início do fenômeno citado até o ano de 2017, ano seguinte ao impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, visando a manter em contínua análise o panorama político do país, a partir da problematização das formas e do sentido dos novos repertórios de confronto adotados por esses movimentos no curso do período em questão.

Palavras-chave: Novas Tecnologias de Comunicação e Informação – Movimentos sociais – Sociabilidade – Conflito – Repertórios de Confronto.

Abstract

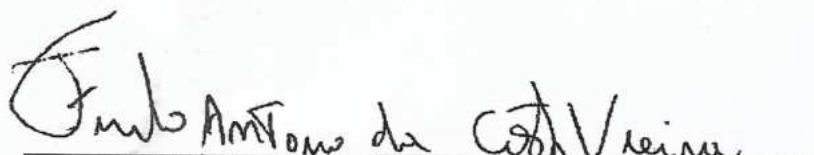
The present dissertation has as its theme the transformations in the ways of organizing social movements in Brazil during and after the so-called “June 2013 Days” or Manifestations of June, an expression that designates a set of political manifestations that occurred throughout the country in the year 2013, which started in June, and involved thousands of people in several Brazilian cities. We sought to understand the changes in the action repertoires of social street movements; the role of the New Information and Communication Technologies in this process and its consequences in the national context; the influence of the media in the practices of movements and / or *vice versa*; the emergence of new sociability, conflicts and antagonistic relationships, in the period between the beginning of the phenomenon mentioned until the year 2017, after the impeachment of the then President Dilma Rousseff takes place, aiming to keep the political panorama of the country in continuous analysis, from the problematization of the forms and the meaning of the new repertoires of confrontation adopted by these movements during the period in question


Keywords: New Communication and Information Technologies - Social movements - Sociability - Conflict - Confrontation repertoires.

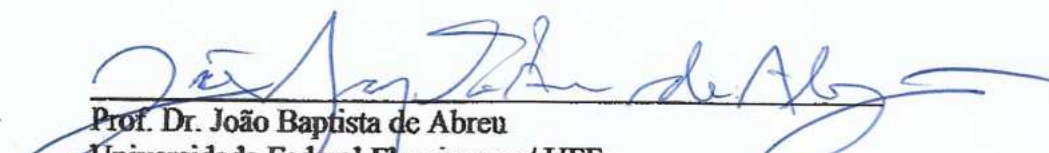
MÁRCIO FERREIRA

**“NOVOS ATORES E SOCIABILIDADES POLÍTICAS NA ERA DA
INTERNET: Analisando a transformação dos modos de ação política após
as manifestações de junho de 2013”.**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política do Instituto Universitário de
Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido
Mendes como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Sociologia Política.


Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/UCAM


Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Junior
Instituto Universitario de Pesquisas do Rio de Janeiro/UCAM


Prof. Dr. João Baptista de Abreu
Universidade Federal Fluminense / UFF

RIO DE JANEIRO
2020

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade
Candido Mendes
Bibliotecários responsáveis: Ana Paula O. Jacques – CRB-7 6963
Paulo César do Prado – CRB-7 7131

F383n Ferreira, Márcio.

Novos atores e sociabilidades políticas na era da internet : analisando a transformação dos modos de ação política após as “Manifestações de junho de 2013” / Márcio Ferreira. – Rio de Janeiro, 2020.

134 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Candido Mendes, IUPERJ, 2020.

Orientação de: Fernando Vieira

**1. Movimentos sociais 2. Manifestações de rua
3. Internet 4. Situação política 5. Sociabilidade
I. Universidade Candido Mendes II. Título.**

CDU 323.233“2013/2017”

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	
Manifestações de Junho - Atores, Desdobramentos e Eventos Subsequentes	
1.1 - As “Manifestações de Junho de 2013”.....	16
1.1.1 - Atores Centrais.....	21
1.1.2 - Imprensa - Um Ator Interveniente	32
1.2 - Desdobramentos e Eventos Subsequentes	42
CAPÍTULO II	
O Surgimento de Novos Atores	
2.1 - Janeiro de 2014 – “Não Vai Ter Copa”.....	49
2.2 - Março de 2014 – Operação Lava-Jato	51
2.3 - Julho a Outubro de 2014 – Eleições Presidenciais	53
2.4 - Março de 2015 – “Fora Dilma”.....	56
2.5 - Antipetismo	59
2.6 - Dezembro/2015 a Agosto/2016 - Impeachment de Dilma	64
2.7 - Junho de 2016/2017 – “Fora Temer”.....	67
Tabela 2.1:	
Breve Cronologia de Ações Populares entre Junho e Novembro/2013.....	69
2.8 - Revisando Manifestações e Desdobramentos.....	73
CAPÍTULO III	
Novas Sociabilidades e Conflitos nas Novas Formas de Comunicação	
3.1 - Internet, Web, Ciberespaço - O Novo Lugar das Interações Sociais	77
3.2 - Comunicação e Novos Modos de Informar	82
3.2.2 - Redes Sociais e Novas Sociabilidades	91
CAPÍTULO IV	
Movimentos Sociais e os Novos Repertórios de Confronto	
4.1 - Repertórios: Inovações e Continuidades	110
4.1.1 - Cyberativismo - Novas Lideranças, Nova Esfera Pública	121
Conclusão	129
Referências Bibliográficas	132

INTRODUÇÃO

Graças à mera multiplicidade de formas que assume (cinema, televisão, computadores e telefone) e à maneira rápida como se move no seio das rotinas da vida quotidiana, a comunicação eletrônica é uma ferramenta para que cada indivíduo se imagine como um projecto social em curso (Appadurai, 2004: 14-15).

As manifestações sociais ocorridas em 2013, que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, tomaram conta das ruas de diversas cidades do Brasil e surpreenderam pelo alcance, vigor, rapidez e quantidade de adesões, deixando perplexos estudiosos, pesquisadores, jornalistas e a sociedade como todo, frente à força do “gigante que parecia acordar” e cobrar por anos de descontentamento com o poder público.

Por seu vulto, essas manifestações podem ser consideradas uma das maiores já ocorridas na história do país nas últimas décadas e comparadas, por exemplo, às “Diretas Já”¹ ou ao “Fora Collor”².

Os manifestos têm seu início a partir da convocação por um grupo organizado em São Paulo, denominado Movimento Passe Livre (MPL), que tinha como objetivo a redução das tarifas de ônibus, embora alguns autores³ apontem como embrião a mobilização popular, já em abril daquele

1 Movimento civil ocorrido entre 1983 e 1984 — últimos anos antes da redemocratização — que reivindicava eleições presidenciais diretas no Brasil depois de 20 anos de regime militar.

2 No decorrer do ano de 1992, estudantes brasileiros — denominados “Caras Pintadas” — vão às ruas fazer pressão pelo impeachment de Fernando Collor de Mello, Presidente do Brasil na ocasião, acusado de envolvimento em corrupção e fraudes financeiras. O movimento ficou conhecido como “Fora Collor”.

³ Alguns autores apontam outro momento como embrião efetivo das ações que resultaram nas “Manifestações de Junho”. “[...] diferentemente da atribuição da grande mídia do mês de junho de 2013 para o início das manifestações no Brasil, Cardoso e Di Fatima (2013) indicam esse início numa nova temporada de reivindicações do MPL a partir de fevereiro de 2013, quando, em Porto Alegre, o *Bloco de Luta por um Transporte Público* reuniu cerca de 200 pessoas, contra o novo aumento do preço da passagem” (SCHERER-WARREN, 2014: 418).

ano, em Porto Alegre, contra o aumento das passagens de ônibus naquela cidade, que ultrapassava os R\$ 3,00.

As ações foram adotadas no Rio de Janeiro e rapidamente se alastraram pelo país, visivelmente conduzidas por uma maioria de jovens, principalmente estudantes de classe média que, apoiados por grande parte da sociedade, ocuparam as ruas de forma pacífica, apesar de algumas intervenções violentas de participantes mascarados que foram identificados como Black Blocs⁴.

Nas dezenas de eventos promovidos de forma improvisada e desordenada, com convocação pelas redes sociais, aparentemente sem uma liderança específica e, por imposição dos manifestantes, sem a participação efetiva de partidos políticos, puderam ser observados necessidades e interesses difusos nas proposições, com demandas de toda sorte, contra o sistema político em geral e políticas públicas de todos os setores.

Esse quadro político e de indignação popular, pela dimensão e alcance que tomou em poucos dias, revelou de forma patente que as redes virtuais começavam a transformar os modos de fazer política e/ou de atuar politicamente. Desvelou, ainda, para os diversos segmentos da sociedade uma gama de questões sociais e políticas que permaneciam, ou que entravam a partir dali, para a agenda de debates.

Entraram para esta pauta, entre outros temas, as questões do poder dos novos modos de comunicação; das novas formas de construção narrativa e/ou discursiva; dos novos tipos de conflitos relacionais e,

⁴ O ativismo Black Bloc tem origem na Alemanha, na década de 1970, e seguidores em diversos países. Não é, entretanto, um movimento de organização única. Em uma mesma manifestação, por exemplo, pode haver grupos distintos, com organização e táticas diferentes. A motivação Black Bloc se baseia no questionamento da “ordem vigente”. Eles se manifestam contra o capitalismo e à globalização. Suas ações promovem o dano material a fachadas de empresas multinacionais e vidraças de bancos, por exemplo. Por esse motivo, são, geralmente, associados à violência e depredação. Acabam, na maioria das vezes, entrando em confronto com a polícia. (Fonte: jornal *Folha de São Paulo*)

ainda, de um novo e potencial modelo de acesso ou de relação com as instâncias de poder.

É de extrema relevância ressaltar que essas transformações proporcionadas pelas Novas Tecnologias de Informação - NCTI vieram também estabelecer uma ressignificação, não apenas das ferramentas de comunicação, mas, sobretudo, uma ressignificação do espaço público.

Os ambientes virtuais — ciberespaços — se apresentam como um novo espaço público de deliberação obrigando-nos ao reconhecimento, à aceitação e utilização de uma multiplicidade de esferas públicas que vêm cumprir importante papel democrático, na medida em que, apresentando-se como um campo discursivo paralelo, abre espaço para narrativas produzidas por grupos sociais à margem dos espaços convencionais de exposição de discurso (FRASER, 1990).

[...] os arranjos que modificam a contestação entre uma pluralidade de públicos concorrentes promovem melhor o ideal de paridade participativa do que um único público. [...] onde a desigualdade social persiste, os processos deliberativos nas esferas públicas tendem a operar em benefício dos grupos dominantes e em desvantagem dos subordinados⁵ (Fraser, 1990: 66. *Tradução nossa*).

Assim, o ciberespaço abre campo para o ciberativismo, que encontra ali um lugar que possibilita ampliar a reverberação de críticas e demandas, evidenciando a extrema relevância dessas novas tecnologias, por exemplo, na maneira como os movimentos passaram a se comunicar e a estruturar suas ações, demonstrando como a rede de internet interfere, não apenas no modo como os movimentos se organizam, mas, na forma como pensam e escolhem seus representantes.

⁵ “[...] arrangements that commodate contestation among a plurality of competing publics better promote the ideal of participatory parity than does a single public. [...] where societal inequality persists, deliberative processes in public spheres will tend to operate to the advantage of dominant groups and to the disadvantage of subordinates” (Fraser, 1990: 66).

Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação (Castells, 2005: 24).

Sob esse aspecto, uma das novidades trazidas pelas “Jornadas de Junho” está diretamente relacionada com as transformações no modo de construção identitária dos atores, em um contexto no qual novas formas de sociabilidades e identidades políticas se constroem a partir e no interior desse fenômeno.

Uma das questões primárias das redes sociais digitais é a compreensão de que ela se compõe de dois elementos básicos: atores e conexões, em um espaço que possibilita a multiplicidade de perfis em diferentes plataformas. Raquel Recuero diz que:

Por causa do distanciamento entre os envolvidos na interação social, principal característica da comunicação mediada por computador, os atores não são imediatamente discerníveis. Assim, neste caso, trabalha-se com representações dos atores sociais, ou com construções identitárias do ciberespaço. Um ator, assim, pode ser representado por um weblog, por um fotolog, por um twitter ou mesmo por um perfil no Orkut (Recuero, 2009: 25).

Nesse âmbito, ter múltiplas identidades sociais reflete as muitas dimensões da vida de uma pessoa nessas redes. Essa pluralidade acaba, por vezes, se constituindo em uma fonte potencial de conflitos, já que possibilita um grau de anonimato do sujeito “real”, liberando-o para um comportamento mais agressivo frente ao intenso e ágil fluxo opinativo possibilitado pelas redes virtuais.

A essa multiplicidade de perfis, vem somar-se a multiplicidade de formatos de mídia possíveis o que, como sugere Appadurai, torna a comunicação eletrônica “uma ferramenta para que cada indivíduo se imagine como um projecto social em curso” (2004: 14-15).

Desse prisma, e tendo como motivação o desejo de contribuir para manter em contínua análise o panorama político do país, a presente dissertação buscou investigar as formas e o sentido do surgimento de novos movimentos sociais ou de novos repertórios de confronto adotados por esses movimentos, que têm nas redes sociais o seu campo de articulação relacional.

O sentido, neste cenário, comporta duas linhas de indagação: uma que concerne à razão, ou razões, que deflagram a ocorrência do fenômeno e outra relacionada à direção que o movimento toma e, sob este ângulo, o que ou a quem ele alcança.

Buscou-se, também, olhar o papel das mídias tradicional e digital, importante agente desse contexto, já que, de um lado, há a interpretação dos eventos e a construção da narrativa veiculada para determinada camada da sociedade, formando uma opinião sobre o fenômeno, e que, de outro, essas novas formas de circulação da informação implicam readaptação ou reposicionamento dos veículos no cenário midiático. Recuero afirma que,

Com o advento da mediação do computador, entretanto, diversos elementos modificaram o contexto do jornalismo. O lugar da mídia de massa, enquanto detentora do poder de informação passou a ser questionado. [...], surgiram novas formas de criar informações e repassá-las, muitas vezes criando novas formas de produzir e circular notícias, [...] Essas formas têm em comum o fato de os dispositivos tecnológicos permitirem de modo simplificado, a produção de notícias por indivíduos e grupos e a circulação das mesmas por esferas cada vez mais amplas e, de certa forma, independentes daquelas da comunicação de massa tradicional (Recuero, 2011: 5-6).

Impõem-se à pesquisa, ainda, alguns marcos ou eventos ocorridos ao longo do período estudado (2013 a 2017), já que evidenciam as transformações sociopolíticas em curso e podem ter vindo no bojo ou na sequência das “Jornadas de Junho” (2013) e que, se não foram fomentadas por estas, foram, em alguma medida, impulsionadas pela potência de sua realização, como o “Fora Cabral” que já estava inserido nas “Jornadas de

Junho”; o “Não Vai Ter Copa” (Janeiro/2014); a Lava-Jato (Março/2014); a disputa eleitoral Dilma Rousseff *versus* Aécio Neves ou, mais uma vez, PT *versus* PSDB (Julho a Outubro/2014); o “Fora Dilma” (Março/2015); e o impeachment de Dilma Rousseff e o “Não Vai ter Golpe” (Agosto/2016) e, por fim, o “Fora Temer” (Junho2016/2017).

Muitos desses eventos trouxeram para a cena política um recorte de público claramente conservador e um antipetismo crescente que impulsionaram, entre outras coisas, uma polarização ideológica e de classe na sociedade e o aprofundamento da utilização das *fake news* como ferramenta de comunicação eleitoral, que resultou no formato de pleito adotado em 2018, no qual a internet (redes sociais) tem papel preponderante.

Ainda que este trabalho tenha sido elaborado em 2020, os acontecimentos de 2018, no entanto, escapam do recorte da presente pesquisa, pois, aprofundar as questões relacionadas com as eleições daquele ano e seus desdobramentos implicaria abraçar um estudo amplo sobre o conservadorismo e o militarismo nacionais; sobre a relação entre milícia e Estado; sobre a detectada evangelização do voto, entre outros temas que ultrapassariam o escopo da investigação em um âmbito de mestrado. Dessa forma, optou-se por limitá-lo a 2017.

Os cursos de ação citados, cada um a seu tempo e com características próprias, demonstraram tangenciar três ingredientes que, ao longo do tempo, foram ficando mais claros e evidentes, mostrando que estavam na base daqueles eventos e precisavam ser defrontados no debate sobre a conjuntura política nacional, são eles: (i) o antipetismo, (ii) o gradativo conservadorismo moral e (iii) os princípios neoliberais, que, conforme aponta Débora Messenberg no quadro 1 publicado em seu trabalho “A Direita que Saiu do Armário: A Cosmovisão dos Formadores de Opinião dos Manifestantes de Direita Brasileiros” trazem consigo princípios ou valores que são utilizados como fundamentação discursiva, que, entre outros, são:

(i) Antipetismo: Impeachment (Fora PT, Fora Dilma, Fora Lula), Corrupção, Crise econômica, Bolivarianismo; (ii) Conservadorismo Moral: Família tradicional; Resgate da fé cristã; Patriotismo; Anticomunismo; Combate à criminalidade/ aumento da violência; Oposição às cotas raciais; e (iii) Princípios neoliberais: Estado mínimo; Eficiência do mercado (privatização); Livre iniciativa (empreendedorismo); Meritocracia; Corte de políticas sociais (Messenberg, 2017: 633, Quadro 1).

Dessa forma, as “Manifestações de Junho de 2013”, que tinham como premissa um caráter não partidário e/ou ideológico, acabam, paradoxalmente, trazendo à tona elementos e questões conflitantes e de viés ideológico, que impulsionam a polarização que se estabelece fortemente na sociedade a partir dali.

Por sua fertilidade, o tema deste estudo possibilitaria diversas vertentes de investigação, como uma análise pela linha das teorias da comunicação ou da linguagem, a partir de um estudo temporal das transformações das formas de comunicação; uma pesquisa sobre opinião pública ou, ainda, um trabalho sobre crise de representatividade e democracia, para citar algumas.

No entanto, ciente de tratar-se de um escopo maior do que concerne a uma dissertação de mestrado, optou-se por um recorte de análise que tem como objeto novas formas de ação coletiva que se manifestam por via das tecnologias digitais — redes sociais — e que, de um lado, apresentam ações que visam a uma comunicação direta com as altas instâncias de poder, e, de outro, expõem um esgarçamento dos antagonismos entre os atores, e que, neste trabalho, têm como marco as “Manifestações de Junho de 2013” ou “Jornadas de Junho”.

Partiu-se da premissa de que ocorreram processos de mudança social após as “Manifestações de Junho” que influenciaram os modos de organização das manifestações públicas, da ocupação dos espaços públicos, da relação dos indivíduos com o que é público e, até mesmo, fomentaram importantes elementos para a trajetória política que culminou, por exemplo, no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Desse prisma, buscou-se trilhar caminhos que possibilitassem discorrer sobre: (i) se e como após as “Manifestações de Junho” as relações políticas de representação autônomas, partidárias ou de liderança dos movimentos sociais se modificaram e o papel das redes virtuais nesse contexto; (ii) as novas formas de sociabilidade proporcionadas pela interação social e se e como ajudaram na construção de novas lideranças, (iii) se surgem, com as “Jornadas de Junho” de 2013, novos repertórios de ação (ALONSO, 2012) que conjugam elementos já utilizados com novos.

O primeiro ponto é um dos questionamentos centrais e está relacionado às transformações produzidas pelos atores sociais na relação com as instâncias estatais, tanto pela criação de novas esferas públicas de expressão e de deliberação quanto pela transferência, como continuidade, das deliberações estabelecidas no espaço público virtual para os espaços públicos convencionais, no caso, as ruas.

O segundo trata de investigar, a partir dos acontecimentos posteriores às “Manifestações de Junho”, a intensa carga de antagonismo entre esses movimentos, o que nos levou a retomar Georg Simmel (1983) e sua teoria do conflito e questionar se o papel da internet e das redes sociais, em um contexto mais relacional, acaba por aumentar os conflitos devido à intensificação da produção de informações, à agilidade dos fluxos opinativos e sua disseminação.

Por fim, o terceiro ponto visa conhecer os repertórios de ação proporcionados pelas novas tecnologias digitais e inaugurados nas “Manifestações de Junho” traçando um comparativo com os repertórios de ação social já conhecidos e empregados anteriormente com o apoio de teorias sobre o tema.

Dessas questões centrais, desdobram-se outras, que ajudaram a nortear esta pesquisa, a saber: (i) Quais são os novos atores e sociabilidades geradas nesse contexto? (ii) Como dialogam com os movimentos de base tradicionais? (iii) Como os movimentos sociais e partidos políticos se articulam para uso dessas novas tecnologias? (iv)

Quais os efeitos políticos e as consequências sociais desses novos modelos de comunicação?

Como estratégia metodológica, a pesquisa aliou a análise de bibliografia específica dos temas abordados, que apresenta farta literatura, com a investigação de dois campos de atuação dentro do período estabelecido pela pesquisa (2013 a 2017): (i) os movimentos identificados como principais na formação do contexto e objeto do estudo, que são: o Movimento Passe Livre, o Movimento Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, por meio do exame de suas páginas de relacionamento, e (ii) o campo midiático, via análise dos conteúdos das capas de dois veículos tradicionais de imprensa, a saber, *O Globo* e *Folha de São Paulo*, na versão digital disponível nos respectivos sites, em correlação com a digital *Mídia Ninja* que, declaradamente se apresenta como alternativa de esquerda à imprensa tradicional.

Como estrutura, o trabalho apresenta esta **Introdução** e mais quatro capítulos, a saber: **Capítulo I**, que contextualiza as “Manifestações de Junho”, atores envolvidos, desdobramentos e eventos sociais e políticos subsequentes. A este capítulo foi anexada breve revisão dos fatos ali narrados. **Capítulo II**, que discorre sobre a internet como potencial nova forma de comunicação e interação social. **Capítulo III**, que traz o contexto dos movimentos sociais e das relações da sociedade com o poder; os conflitos e novas formas de sociabilidade decorrentes. **Capítulo IV**, que apresenta os novos repertórios de confronto e ações políticas decorrentes do chamado ciberativismo. Por fim, a **Conclusão** busca apresentar as respostas encontradas para as questões da pesquisa.

Cabe, finalmente, acrescentar a contribuição da pesquisa ao debate sobre efeitos, consequências e legados das “Jornadas de Junho” e novas tecnologias de comunicação, mesmo que estejamos cientes de que, dada a complexidade do fenômeno social, assim como supõe André Singer, “por muito tempo ficaremos a nos perguntar tanto sobre a gênese quanto sobre o significado desses acontecimentos de junho” (2013: 26).

CAPÍTULO I

MANIFESTAÇÕES DE JUNHO ATORES, DESDOBRAMENTOS E EVENTOS SUBSEQUENTES

1.1- As “Manifestações de Junho de 2013”

As manifestações populares ocorridas nas ruas de diversas cidades do país em junho de 2013 marcaram um ponto de inflexão na história social e política brasileira, e aparecem como um marco pelo gigantismo, pela forma de convocação, via redes digitais ou virtuais, e pelos eventos que a sucederam.

A despeito do efeito surpresa causado pelas “Manifestações de Junho de 2013”, cabe pontuar que movimentos coletivos e manifestações não são, de fato, algo novo no país que registra eventos como, por exemplo, o “Movimento Estudantil de 1968” contra o regime militar; a “Passeata dos Cem Mil”, no mesmo período; além das “Diretas Já” e do “Movimento Caras Pintadas”, citados anteriormente.

Essas manifestações do século XX, no entanto, apresentavam um elemento em comum que, conforme apontado por Ilse Scherer-Warren:

Era a articulação em torno de uma demanda ou protesto comum, com a tendência de se construir uma identificação em torno de um ideário político-ideológico mais unificado (Scherer-Warren, 2014: 418).

Sob esse aspecto, a “pluralidade de demandas e significados dos protestos políticos” (*Ibdem*) presentes nas “Manifestações de junho de 2013” se apresentariam como grande diferencial em relação aos eventos anteriores, junto, obviamente, com sua forma de convocação via redes virtuais, que possibilitou a rapidez e o vulto que o evento tomou.

André Singer também observa essa pluralidade, que, exposta nos cartazes dos participantes, tornava evidente as diferentes pautas e demandas presentes nos eventos. Ele diz:

Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos

hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautou edukssao”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas. Diversos outros temas também compareceram, como a atuação do deputado Feliciano (PSC/SP) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37, vetando a possibilidade de o Ministério Público fazer investigações independentes, o voto distrital e o repúdio aos Partidos. Um pouco daquele “que se vayan todos” argentino de 2001 apareceu no ambiente. A depredação de edifícios públicos (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional, Itamaraty) pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto (Singer, 2013:25).

Pablo Ortellado e Esther Solano, a partir da análise de pesquisas realizadas na semana de 17 de junho (Datafolha e Ibope) interpretam que o conteúdo de reivindicações presentes nelas estaria resumido

[...] na rejeição das instituições de representação (executivo, legislativo e os partidos), e na demanda pela consolidação e expansão de direitos sociais (principalmente transporte, saúde e educação) (Ortellado e Solano, 2016: 170).

Também nossa herança de tradições políticas conservadoras e elitistas, bem como, paralelamente, progressistas (LYNCH, 2011) e/ou emancipatórias se fizeram presentes na diversidade de reivindicações das manifestações. Essa multiplicidade de demandas, aliada a diferentes subjetividades e ao intenso fluxo opinativo exercido nas redes virtuais, responderiam por diversos conflitos e antagonismos sobre os quais falaremos no capítulo seguinte.

Por sua vez, o caráter dispersivo de demandas, a horizontalidade dessas manifestações e a presença de táticas Black Blocs fizeram com que as manifestações fossem, inicialmente, identificadas por alguns veículos como um “movimento” de viés anarquista. Cabem, por isso, duas considerações.

A primeira visa esclarecer, brevemente, a diferença entre Movimento e Manifestação.

Os movimentos organizados caracterizam-se por uma relativa continuidade no tempo, tendo por hábito a organização no feitiço de redes de militância no seio das quais são construídos significados e objetivos políticos e/ou culturais comuns, visando à elaboração de estratégias de ação e de produção capazes de promover mudanças socioculturais ou políticas no sistema social. Embora o Movimento se utilize da Manifestação, “momento de protesto, reivindicação ou visibilidade”, ele, no entanto, não se limita a ela, e nem se encerra nela (SCHERER-WARREN, 2014: 423).

Já a Manifestação pode ser uma ocorrência apenas pontual, ter a participação de diferentes “movimentos organizados” juntamente com instituições e membros da sociedade civil que se identifiquem com a causa em questão. Ela não implica, necessariamente, nenhum compromisso de permanência, continuidade ou recorrência (SCHERER-WARREN, *Ibidem*, *idem*.).

Nesse sentido, as “Manifestações de Junho” estariam mais próximas de uma “indignação” coletiva que tomou forma graças a um novo modo de comunicação via redes virtuais, que permitiu trazer para o espaço público, no caso as ruas, novas “motivações, articulações e atitudes que, conquanto não se organizem em movimentos, expressam uma ativação da cidadania e uma repolitização do social” (BRINGEL, 2013: 50-51).

As mobilizações sociais são termômetros da sociedade. Revelam tensões, contradições e horizontes de possibilidade de ruptura do sistema dominante. No momento de eclosão de protestos e mobilizações de massa, como as ocorridas em junho de 2013 no Brasil, nem sempre os sentidos da ação coletiva estão cristalizados em pautas bem definidas ou agendas e demandas bem estruturadas. Trata-se, ao contrário, de um período instituinte, de readaptações e reconfigurações de práticas sociais e formas de canalização do descontentamento individual e coletivo (Bringel, 2013: 44).

A segunda consideração tem a ver com um possível caráter anarquista das “Manifestações de Junho”, conforme algumas interpretações.

Originário do grego “sem Governo”, o termo anarquismo passou a sinalizar uma sociedade livre de autoridade política, de homens livres, orientados por suas próprias ações. O anarquismo, portanto, representou, desde a Antiguidade

[...] a libertação de todo poder superior, fosse ele de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas, etc.), fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica (propriedade dos meios de produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado) ou até de ordem jurídica (a lei) (Bobbio, 2010: 23).

Assim, é possível encontrar nas “Manifestações de Junho” elementos capazes de remeter à concepção anarquista de ação social, como rejeição a toda e qualquer forma de autoridade — neste caso, dentro da própria organização da ação — e, mesmo, a adoção, por alguns participantes, de ações rebeldes, outro traço do anarquismo.

No entanto, caso essas “Manifestações” fossem um “Movimento”, suas características estariam mais relacionadas à concepção autonomista de ação social, pelo modo de ação em rede e pelos modelos de organização não hierarquizados. As estratégias autonomistas apresentam

[...] ações em rede, sem centralização, no sentido de organização central que dirija o movimento, crédulos na capacidade de fortalecimento dos lutadores, a partir da comunicação virtual e de intervenções de resistência como manifestação e protestos (Muñoz, Gurgel e Pinto, 2017: 272).

Uma das vertentes da ação autonomista tem base nas proposições de Antônio Negri, e, por isso, foi denominada como negrianismo. Essa corrente parte do pressuposto de que em nosso momento histórico

[...] categorias como trabalho e partido estariam superadas, tendo em vista o alto grau de mecanização da

produção e sua conseqüente dispersão no tempo e no espaço (Muñoz, Gurgel e Pinto, 2017: 271).

Para sustentar esta defesa, Negri elabora o conceito de “multidão”⁶, com o qual busca edificar a figura da multidão como sendo o próprio sujeito revolucionário, compreendendo os indivíduos da ação social revolucionária como detentores do maior potencial de criação e comunicação: os trabalhadores precarizados, sem vínculo empregatício, relacionados com a criação de novas tecnologias de produção, em um padrão capitalista de gestão do trabalho.

A multidão é um conceito de classe. Com efeito, a multidão é sempre produtiva e está sempre em movimento. Considerada a partir de uma perspectiva temporal, a multidão é explorada pela produção; de um ponto de vista espacial, a multidão é ainda explorada, na medida em que constitui a sociedade produtiva, a cooperação social para a produção (Negri, 2009: 15).

Embora as pautas autonomistas pareçam estar mais diretamente vinculadas à questão identitária (mulher, índios etc.), sua postura defensiva se expandiria no sentido da defesa dos indivíduos contra todas as formas de opressão capitalista (MUÑOZ, GURGEL e PINTO, 2017).

É por esse viés que um dos principais atores das “Manifestações de Junho”, o “Movimento Passe Livre”, passa a ser identificado. O próprio grupo se autodefine como “autônomo, horizontal, independente e apartidário, mas, não antipartidário” (CARDOSO; DI FIORI, 2013: 159).

Cabe considerar que, embora essa análise das manifestações de 2013 pelo olhar da horizontalidade e do autonomismo possa remeter a uma leitura de esquerda sobre o evento, outros atores e ações, como veremos mais adiante, sinaliza que, já ali, podia ser encontrado o embrião conservador que desembocaria em outros eventos mais à frente, tal como no movimento que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. No entanto,

⁶ Ver: NEGRI, A.; HARDT, M. *Multidão*. Rio de Janeiro. Record, 2005. NEGRI, A. *Para Uma definição Ontológica da Multidão*. Lugar Comum, no. 19, pp. 15-26.

como considera Fernando Vieira, “o caráter conservador do movimento foi eclipsado por um novo fato: a eclosão da violência nas manifestações” (VIEIRA, 2020: 8).

1.1.1- Atores Centrais

Ainda que não possa responder pelo gigantismo que as “Manifestações de Junho de 2013” adquiriram, é o “Movimento Passe Livre” que aparece como ícone desse contexto, já que sua ação contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo aparece como estopim do evento ou como “a expressão de uma nova forma política de agir” (SCHERER-WARREN, *Op. Cit.*: 418) que, mais à frente, ganharia grandes proporções.

Dessa forma, esta dissertação, em sintonia com a maioria dos estudos sobre veículos de comunicação, assume o evento pela redução das passagens de ônibus, ocorrido em junho, na cidade de São Paulo, cuja convocação é de responsabilidade do MPL, como marco inaugural do fenômeno “Manifestações de Junho”, o que transforma o grupo em um de seus atores ou personagens principais.

Embora o “Movimento Passe Livre” surja como uma novidade, cabe observar que já estava articulado em diversas cidades do país, posto que sua fundação data de 2005. Com um conselho nacional composto por comitês tático e estratégico, além de coordenações regionais, o movimento conta com segmentos municipais para gerir suas células. Assim, ainda que a redução do preço das passagens apareça como estratégia política das mais relevantes, suas pautas não podem ser reduzidas a este tema, posto que o grupo apresentava ideários políticos bem definidos coletivamente por seus participantes, centrados em amplos temas relacionados aos direitos do cidadão, nos quais se incluem a mobilidade urbana, entendida como direito fundamental, tal qual educação e saúde.

A ação iniciada pelo “Movimento Passe Livre” vai desembocar em uma série de outros atores que trazem para a arena pública uma diversidade

de bandeiras até então silenciadas e que encontram no espaço público — virtual e real — um lugar de expressão, no qual angariam parceiros e ganham eco.

Utilizando o mesmo modelo estratégico adotado em ações anteriores — convocação via redes sociais e paralisação de vias públicas —, o MPL iniciou os protestos pela redução das passagens com mobilizações na cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho. Segundo os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, a presença de participantes foi subindo de duas mil pessoas, na primeira convocação na Av. Paulista, para cinco mil, quando, então, já tomava também a zona oeste da cidade.

Na ação do dia 11, também com a presença de, aproximadamente, cinco mil pessoas, houve registro de conflitos entre grupos, destruição do patrimônio e atuação truculenta da polícia, que, por ordem do governador Geraldo Alckmin, começava a endurecer sua abordagem e, dado o grau de violência, acabou chamando a atenção da opinião pública, angariando simpatia às manifestações.

Com a continuidade das ações, cenas de violência crescentes e uma população assustada, na quarta-feira, dia 19, os governos do município e do estado de São Paulo decidem acatar a reivindicação e revogar o aumento da tarifa. No entanto,

mesmo o recuo dos governos não reduziu as tensões. Catapultadas para o centro da arena política, as manifestações continuaram mesmo após a revogação do aumento das tarifas pela prefeitura do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de outras cidades que também haviam elevado as tarifas de ônibus (Vieira, 2020: 9).

No dia seguinte à revogação, sob pretexto de comemoração, as “Manifestações de Junho” atingem seu auge, com a participação de cerca de um milhão e 500 mil pessoas, em mais de 100 cidades brasileiras. É apenas neste momento, dado o gigantismo da adesão e a mudança de tom na cobertura dada pela imprensa, como veremos à frente, que o Governo Federal entende que precisa se pronunciar.

Inicialmente inerte, talvez pelo equívoco de acreditar que os episódios estavam relacionados unicamente à redução das passagens dos transportes, compreendida como uma política local, o Governo Federal adotou certo distanciamento do evento. Mas, à medida que as Manifestações tomavam proporções assustadoras em todo o país, o Governo mostrou-se tão assustado quanto a sociedade. Só então veio uma resposta.

Nesse contexto, a mídia tradicional tem papel fundamental na medida em que seu conservadorismo conduz a interpretação dos eventos, fato que pode ser observado em falas de comentaristas como Arnaldo Jabor, por exemplo, inicialmente contrário aos protestos.⁷ Dada a relevância da participação midiática na cobertura das Manifestações, ela é aqui compreendida como um importante ator interveniente e, por esta razão, tratamos do tema de maneira mais detalhada em tópico à frente.

Depois de se reunir com representantes do “Movimento Passe Livre” e com governadores e prefeitos de vários estados e municípios, a Presidente Dilma se pronunciou em cadeia nacional de rádio e televisão, no dia 21 de junho, quinze dias após o início das Manifestações, com um posicionamento que mostrava que o Governo parecia ter absorvido as demandas de pautas tão diversas e que iria traduzi-las em políticas de governo e de Estado.

A Presidente anunciou cinco (5) pactos que versavam sobre reforma do sistema político; responsabilidade fiscal e controle da inflação; avanços na educação e na saúde e, obviamente, os pontos nevrálgicos das manifestações, melhoria no sistema de transporte e combate à corrupção, que passaria a ser classificada como crime hediondo. Propunha, ainda, em viés mais à esquerda, uma Constituinte Exclusiva para cuidar de mudanças

⁷ Ver:

Arnaldo Jabor, *Jornal da Globo*, 12/06/2013, em <https://globoplay.globo.com/v/2631566/programa/>.

no sistema político, a ser convocada por meio de um plebiscito, um claro aceno à participação popular.

As propostas dependiam de aprovação no Congresso, mas, de qualquer forma, o pronunciamento não havia surtido o efeito esperado. As manifestações continuaram ocorrendo.

Com a revogação do aumento das passagens do transporte público adotada pelos governos paulistas, uma clara vitória para o MPL⁸, junto com uma política de segurança repressiva aos protestos, o Movimento se retira das manifestações, que, todavia, continuam crescendo pelo país afora, agora mobilizadas por outros atores e pautas: simpatizantes, instituições e grupos com agendas identitárias, de minorias e de políticas públicas sistêmicas.

Com novos atores e bandeiras, os protestos começam a se fragmentar em mobilizações menores e de interesses específicos, como oposição à política “Mais Médicos”, por exemplo, passeatas pontuais em diferentes cidades, até o final do mês de junho, quando promovem um último ato no jogo final da Copa das Confederações realizado no estádio do Maracanã.

Neste ponto, vale acrescentar que, no âmbito dos eventos de junho, são comumente associados os movimentos “Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”. No entanto, ainda que durante o período das Manifestações esses grupos utilizem as redes sociais para flertar com o evento e incitar seguidores por meio de postagens de cunho agressivo-conservador, ambos se estabelecem institucionalmente apenas no ano seguinte, na esteira dos diversos acontecimentos que virão ocupar a cena política do país. Dessa forma, optamos por abordá-los mais à frente, no tópico referente aos

⁸ Segundo Sofia Salles, militante do MPL, em entrevista à BBC News *on-line*, “a inclusão, em 2015, do transporte como direito social na Constituição e a criação do passe livre para estudantes em São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad — benefício extinto por seu sucessor, João Dória — foram resultado da luta em 2013” encabeçada pelo Movimento. BBC News *on-line*. Acesso: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>.

desdobramentos e eventos subsequentes às “Manifestações de Junho de 2013”.

Como um dos fenômenos sociais mais importantes das últimas décadas no país, as “Manifestações de Junho” vêm estimulando diversos estudos tentando identificar a composição social dos manifestantes (ou atores) e, a partir disso, traçar um perfil capaz de conduzir às razões na origem e na dimensão do evento.

Embora as novas tecnologias sejam apontadas como outro ator e como a grande inovação pela forma eficiente e ágil demonstrada na convocação de ações coletivas e pela capacidade de promover uma gigantesca ampliação de numerário e de abrangência, elas, contudo, permanecem sendo apenas um meio, não explicando, portanto, o sentido político da ação. Por isso a necessidade de investigação dos demais atores.

Scherer-Warren acrescenta sobre a composição de participantes do evento que, ao MPL, se juntaram

[...] simpatizantes, membros de outros movimentos, cidadãos não organizados em movimentos sociais, em especial os membros de redes sociais virtuais mobilizadoras, bem como subgrupos mais rebeldes, que fizeram uso da violência material, mas, para os quais, tratava-se apenas de uma violência simbólica (Scherer-Warren, *Op. Cit.*: 425).

A autora diz ainda que as manifestações contaram com a participação de “uma esquerda mais radical, que busca mudanças mais sistêmicas, a uma direita conservadora, que busca proteção em direitos humanos, mas garantindo seu *status quo*” (*Ibidem, idem*: 424), e propondo, por vezes, recuos em políticas públicas de inclusão.

E, em tom levemente crítico, a autora descreve o comportamento de alguns participantes observados por ela em uma das manifestações em Florianópolis, na qual, segundo Scherer-Warren, muitos dos jovens ali presentes buscavam apenas fazer parte de um momento de relevância política e histórica para uma memória futura.

A autora cita três cenários que ilustram a participação observada e que, muito provavelmente, pode ter sido testemunhada em diversas outras cidades por observadores atentos:

Cenário 1 – Jovens mobilizados a comparecer às manifestações através de suas redes sociais na internet. Produziram-se fisicamente muito bem para o evento público.

Cenário 2 – Na praça pública, buscavam a posição mais adequada fotograficamente e, com pose, solicitavam a uma amiga fazer a foto ou se autofotografavam (*Selfie*, conforme denominação corrente em inglês).

Cenário 3 – Ainda no evento ou no retorno para casa, imediatamente reproduziam e divulgavam, nas redes sociais, as fotos que registravam sua presença na manifestação, tentando marcar sua estreia na “praça pública” (Scherer-Warren, 2014: 424).

Ela conclui: “Só o tempo dirá qual o impacto para o futuro desse tipo de participação cidadã” (*Ibidem*).

Singer (2013), por sua vez, elabora um levantamento a partir de *surveys* realizados por institutos durante a ocorrência dos eventos em diferentes capitais que demonstra que a maioria dos participantes apresentava níveis de renda e educacionais superiores à média da população.

Com relação à faixa etária, pelos dados referentes às capitais: Rio, São Paulo, Belo Horizonte e outras oito não identificadas, a pesquisa mostra que as “Manifestações de Junho” foram compostas por uma maioria de jovens entre 12 e 25 anos de idade (variação de 41% a 55% de acordo com a cidade), ainda que tenha contado com uma relevante participação de adultos com idade intermediária entre 26 e 39 anos (31% a 39%) e, também, com um menor percentual de pessoas acima dos 40 anos.

Ainda segundo o autor, do ponto de vista ideológico, foi possível identificar três correntes principais ou de maior vigor: uma de direita, fundamentada no combate à corrupção e em desaprovação da política; uma de esquerda, focada em políticas públicas e clamando por avanços, em especial, nas questões urbanas, e uma de centro, que, para Singer, pela

capacidade de fazer uma fusão das demandas, mostraria certa prevalência sobre as outras duas correntes.

Singer aponta que no debate sobre a composição social dos manifestantes de Junho de 2013, dois pontos de vista sobressaem. O que identificou um extrato predominantemente classe média e, um segundo, que encontra importante presença de um “precariado”. André Singer, partindo da análise de pesquisas disponíveis, sugere, então, uma terceira hipótese:

[...] a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe media tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003/2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (Singer, 2013: 27).

Luciana Tatagiba e Andreia Galvão reforçam essa visão, apontando que

O crescimento dos grupos antipetistas e difusos evidencia a composição heterogênea das Jornadas de Junho, de modo que não é possível identificar naqueles protestos o predomínio do precariado — entendido, nos termos de Braga (2013)⁹, como parcela da classe trabalhadora —, parecendo-nos mais plausível a hipótese de Singer (2013, p. 27), que aponta a coexistência de trabalhadores e classe média, protestando por motivos variados (Tatagiba; Galvão, 2019: 84).

Se o delineamento do público participante parece plausível, sustentado por *surveys*, o mesmo não ocorre com a razão motivacional ou a causa (ou causas) motriz na raiz do fenômeno.

⁹ As autoras se referem a BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: HARVEY, D., et al. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 79-82, 2013.

Muitas pesquisas têm sido realizadas com o intuito de encontrar, não um, mas, “o” significado do fenômeno e o legado social e político deixado por ele. Distante de um consenso, vemos uma arena de discussão aberta na qual um embate acerca do significado dos eventos está posto.

A pesquisa de Feres Junior, Miguel e Barbarela aponta que há, pelo menos, três correntes principais de interpretações sobre as causas que levaram às “Manifestações de Junho”. A primeira delas foi denominada de “revolução das expectativas crescentes” e, que, no contexto das Manifestações, estaria relacionada com

[...] as massas incorporadas à classe média pelas políticas sociais dos governos Lula e Dilma que revoltaram-se com a baixa qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado brasileiro” (Feres Junior; Miguel; Barbarela, 2014: 7).

Essa abordagem incorporaria a ideia sugerida por Neri (2011) quanto ao surgimento de uma “nova” classe média¹⁰ que, no cenário de junho de 2013, ao se defrontar com a incompetência do Estado em fornecer políticas públicas eficientes para os cidadãos, teria (juntamente com a classe média tradicional) se insurgido contra o *status quo*, as instituições

¹⁰ O termo “nova” classe média foi criado pelo economista Marcelo Neri, Diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA entre 2012 e 2014 e ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Governo Lula, em 2013. O termo se refere à parte da população anteriormente classificada como classe de renda D e que, na segunda metade da década de 2000, teria ascendido à classe de renda C.

Mas, para o sociólogo Jesse Souza, classe social se define mais por uma distribuição e reprodução de privilégios do que por uma medida de renda ou renda *per capita*.

Assim, há sempre que se ter cuidado, em Sociologia, com a complexidade de se tratar o termo “classe média”, que é estabelecido a partir de critérios e parâmetros econômicos (ou de renda *per capita* e familiar). Para os propósitos deste trabalho compreende-se como “classe média tradicional” aquela estabelecida dentro dos recortes dados pelos institutos geográficos de pesquisa, em oposição à “nova classe média”, que, conforme identificada por Neri, representa um contingente social de camada mais baixa que começa a alçar alguma mobilidade ou ascensão social, passando a ocupar espaços anteriormente ocupados apenas pela classe média tradicional.

e o sistema político. Visão que vai ao encontro daquela adotada por Singer (2014).

Maria da Gloria Gohn coaduna com essa linha de interpretação. Para a pesquisadora, aquelas “vozes” nas ruas não estavam recusando o Estado, mas, sim, clamando por um Estado menos subordinado ao capital (multinacionais, bancos, empresários). Reivindicavam um Estado com uma efetiva agenda social. Para Gohn,

A cidadania, vigente no país, nos últimos anos, melhorou os índices de pobreza e promoveu a inclusão social, mas reduziu o cidadão a um consumidor. Reduziu a questão dos direitos a uma pauta de consumo (2014: 439).

Dessa forma, para a autora, houve adesão da massa aos protestos por identificação com as pautas dos manifestantes, pelo menos no início. Assim, aqueles “cidadãos-consumidores constituíram-se em sujeitos de direitos no espaço público, como forma de expressar suas exigências e sua existência” (Gohn, 2014: 439).

Por também estar alinhada com essa corrente teórico-interpretativa, acrescentamos aqui a perspectiva de Jessé Souza (2018), para quem, fruto do crescimento econômico experimentado durante o governo Lula, a “nova” classe média estaria convidada a jantar com a elite, mas rapidamente convidada a se retirar. Sentindo-se traída e enganada, esta classe se depara com uma longa crise econômica que a priva de inúmeros benefícios recém-adquiridos, o que a leva às ruas com uma crítica aguda ao Estado.

Ainda nesse contexto de discussão, Souza (2018) analisa a ideia de prestígio social e moralidade que traz à tona a impressão de uma hierarquia moral que manifesta os elementos de um jogo de significados em disputa, que estabelece espaços sociais que são moralizados.

Aponta, ainda, que na emergência do conceito de classe média já havia oposição entre alta classe média e massa classe média, oposição que apresenta problemas significativos, mas revela o modo como essa hierarquia moral estabelece limites para a circulação de pessoas entre

classes e favorece a reprodução e a manutenção do *status* de classe em um processo que se retroalimenta. Vale citar as palavras do autor, que resumem a compreensão desse quadro de coisas e que nos leva ao ponto seguinte: “A classe média é uma espécie de capitão-do-mato da elite” (2018)¹¹.

De volta ao trabalho de Feres Junior, Miguel e Barbarela (2014), uma segunda linha de interpretação quanto à origem dos eventos seria a do “ressentimento da classe média tradicional” que, em certa medida, se relaciona com a interpretação anterior, só que nesta, a “nova” classe média deixaria de ser o agente ativo, passando a ser a causa.

Para os defensores dessa corrente, os protestos contra as gestões Dilma, Lula e o PT teriam sua gênese em segmentos da classe média tradicional que viram seus costumes e mecanismos de diferenciação social (*status*) sendo ocupados (“invadidos”) pelas classes em ascensão. Em outras palavras, seria um levante da classe média tradicional contra a “nova” classe média.

Por fim, os autores vão apontar como uma terceira via de interpretação o “colapso dos canais de participação”, corrente defendida também por Leonardo Avritzer (2014), e que, de certa forma, se relaciona com a primeira linha, por enxergar na “suposta incapacidade do governo Dilma de continuar expandindo os canais de participação democrática” (*Op. Cit.:*9) a principal razão na base do surgimento dos protestos.

A heterogeneidade das interpretações sobre as “Manifestações de Junho” é evidente, no entanto, há um ponto de consenso quase unânime entre os pesquisadores em situar a política de segurança adotada pelo Estado, ou a abordagem policial dada aos eventos e aos manifestantes, como a principal responsável pelo gigantismo da manifestação.

¹¹ Jessé Souza em entrevista ao jornalista Juca Kfourri no programa *Entre Vistas*, da TVT. Assistir em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/03/a-classe-media-e-capita-do-mato-da-elite-diz-jesse-souza/>.

Singer diz que “o uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público” (2013: 25). Scherer-Warren corrobora dizendo que:

[...] o repúdio à repressão legitimada pelo Estado, por um lado, e a solidariedade à liberdade de expressão da cidadania por outro, formaram o mote para a ampliação das manifestações em todo o país. O direito ao exercício da cidadania, da voz e da opinião pública a partir do povo propriamente dito era o que estava em jogo (Scherer-Warren, 2014: 419).

Nesse sentido, assim como a adoção de ações violentas pelo Estado como resposta aos protestos, e por um determinado grupo de participantes, como tática de atuação, também a mídia, ao enquadrar a violência como elemento central das Manifestações, torna-se um importante ator no fluxo daqueles acontecimentos. Segundo Eugênio Bucci, “*O Jornal Nacional*, que dera 68 segundos aos protestos em 10 de junho, pulou para 17 minutos e 31 segundos, no dia seguinte à repressão” (Bucci, 2016: 63).

Para Vieira,

Ao desqualificarem os movimentos organizados que politizavam os atos e, ao valorizarem os setores desorganizados mais suscetíveis à pauta moralista midiática, os meios de comunicação ficaram desnorteados com a escalada da violência, chegando a acusar as lideranças do movimento, notadamente o MPL, de não conseguirem exercer sua liderança (Vieira, 2020: 9).

1.1.2- Imprensa – Um Ator Interveniente

É certo que diversos setores buscaram interpretar as “Manifestações de Junho” de modo a favorecer posicionamentos e pautas próprios. Isso pôde ser verificado em partidos, personalidades políticas e também nas mídias tradicional e alternativa.

Neste trabalho, procedemos a um levantamento das capas dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, durante o período de recorte da pesquisa — 2013 a 2017 — no intuito que verificar o enquadramento dado aos temas

aqui abordados. A seleção desses veículos se deve ao fato de serem dois jornais impressos de grande circulação, que demonstram ter, ainda hoje, relevante influência no debate político nacional, e serem de dois importantes estados da federação, nos quais as Manifestações tiveram maior intensidade.

Para Scherer-Warren, a grande mídia revelou-se extremamente ambígua frente às “Manifestações de Junho”.

Habituada a, historicamente, criminalizar os movimentos sociais, [...] ela dispensou um tratamento inicial adverso às recentes manifestações e aos manifestantes, após um deslumbre em relação às vozes da rua e, finalmente, uma atitude que revela não saber claramente como agir em relação à criminalização ou não dos manifestantes, como no caso do Black Bloc (Scherer-Warren, 2014: 420).

Em nossa análise das capas do jornal *O Globo*, foi possível constatar que, com relação às “Manifestações de Junho”, o veículo escolhe, inicialmente, enquadrá-las pelo viés do vandalismo e da desordem pública, explorando a publicação de imagens fortes de violência, destruição e barricadas incendiadas.

Por outro lado, os textos parecem buscar demonstrar certo afastamento em relação aos eventos. Essa postura se mantém por um tempo, com crescente tom dramático que, por vezes, deixava transparecer uma postura contrária ao manifesto.

A primeira publicação sobre as Manifestações no jornal *O Globo* consta da capa do dia 7 de junho como um ato pontual, porém, já no dia 14 de junho, quinto ato coletivo naquele mês, o jornal parece perceber a proporção do evento e passa a inserir o pré-título “Tensão Urbana” às manchetes de capa.

Consta que é nessa manifestação do dia 14 que a repressão policial começa a alcançar jornalistas em campo. Esse fato teria influenciado o início da mudança no posicionamento discursivo do jornal e da imprensa tradicional. Em seu estudo, Vieira reitera que

[...] em um dado momento, a fúria de setores da manifestação passou a se voltar contra os próprios meios de comunicação. Apontando um novo aspecto, até então pouco percebido, o descontentamento de determinados atores políticos contra a atuação da mídia resultou em nova onda de violência que passou a atingir, não só os carros de reportagem, como também os jornalistas. O emprego da violência contra jornalistas não se apresentou como um caso isolado. Na verdade, sinalizou a quebra de uma relação visualizada como embasada pela neutralidade (Vieira, 2020: 9).

No correr dos dias, as Manifestações vão ganhando mais espaço, agora não apenas com manchetes e fotos de capa, mas com entrevistas a importantes figuras políticas, como Lula, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso (edição do dia 18 de junho de 2013).

Conforme os protestos foram ampliando a abrangência fora do eixo Rio-São Paulo e criando autonomia em relação ao “Movimento Passe Livre” e sua pauta do transporte, o jornal começa a ampliar o escopo de enquadramento, mantendo o foco na violência, mas enquadrando também o rechaço dos manifestantes à política e aos políticos em geral, num claro recorte de crise de representatividade que vai acertar em cheio a popularidade do governo e da Presidente Dilma.

Na edição do dia 19 de junho, frente ao enorme número de pessoas que tomavam as ruas, agora em quase todo o país, o jornal muda o pré-título das manchetes para “O Brasil nas Ruas”.

A atitude do governo de São Paulo de reduzir a tarifa, dando assim uma vitória ao MPL, precipita a construção do enquadramento dos jovens insatisfeitos e desiludidos. No dia 22 de junho, o MPL deixa as Manifestações e o jornal começava a diferenciar vândalos de manifestantes, como forma de valorizar a insatisfação dos jovens com o governo.

A edição do *O Globo* do dia 23 de junho estampa na capa, em letras gigantes, a manchete: “Juventude Desiludida”. Há, também, a convocação de seus principais colunistas e articulistas, como João Ubaldo Ribeiro,

Mirian Leitão, Dorrit Hazarin, além de Caetano Veloso e Tony Bellotto, para abordarem o tema.

Assim, nesta edição, é possível encontrar artigos sob os títulos: “O Povo Mostrou a Lula o que é Capaz de Fazer” (Dorrit Hazarin) e “Os Jovens Falam por Nós Todos” (Tony Bellotto).

Se, como propõe Mikhail Bakhtin (2006), a temática é o recorte de sentido — e não o assunto tratado no texto — em intersecção com o posicionamento discursivo do sujeito da enunciação, parece possível afirmar que, para *O Globo*, a partir de agora, o caminho seria fortalecer a percepção da população para uma pauta nacional, diretamente relacionada com o governo federal. Preparava-se assim o desgaste da imagem do governo Dilma.

A despeito do que muitos pronunciam como declínio do jornalismo praticado pela mídia impressa, consequência do sucesso das novas mídias digitais e rechaço dos participantes das Manifestações à grande mídia tradicional por considerarem que ela não soube captar no momento certo as demandas daquelas manifestações, vale considerar o que diz Recuero:

O jornalismo, enquanto "bem público" é uma organização social cuja existência é relevante para a sociedade. [...] Putnam¹² considera que as organizações sociais formam redes e, portanto, são modos "formais" de capital social. Para o autor (2000), o capital social também está relacionado com o engajamento cívico das sociedades e com o envolvimento das suas diversas redes. Portanto, é notável que o jornalismo, em si, é uma instituição formal (portanto, capital social) que permite a circulação de informações por outras redes (portanto, a circulação de bens relacionados ao capital social). Entretanto, o jornalismo não apenas constitui-se, enquanto instituição, em capital social para as sociedades, mas é também responsável pela circulação de diversos valores, com efeitos diretos para o engajamento desses demais grupos e

¹² A autora refere-se a PUTNAM, R. D. *Bowling Alone*. New York: Simon & Schuster, 2000.

a própria produção de mais capital social (Recuero, 2011: 4).

E, nesse contexto, cabe ressaltar que, particularmente no caso do jornal *O Globo*, mesmo que seja possível constatar um suposto baixo acesso por uma grande parte da população ao seu conteúdo, este, no entanto, é reproduzido na mídia televisiva da mesma rede. Ao contrário de seus impressos, a emissora continua registrando, em sua edição diária do *Jornal Nacional*, uma relevante audiência, mostrando-se ainda uma importante fonte de formação de valores e opinião, considerando adicionalmente que a televisão ainda hoje,

[...] exerce uma influência acentuada ou preponderante nas relações, processos e estruturas de integração social, desde cima, espalhando-se pelas diferentes esferas da vida social (Ianni, 1999: 16).

No que concerne à *Folha de São Paulo*, seu posicionamento inicial pode ser ilustrado por meio de uma charge, publicada no dia 13 de junho, em clara referência aos manifestos/manifestantes.



Fig. 1 - Charge de Benett, publicada na *Folha de São Paulo* de 13 de junho de 2013. **Fonte:** Acervo da *Folha de São Paulo*. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/> >. Acessado em 30 de setembro de 2020.

Essa charge, por si, já exemplifica o tom adotado pelo veículo para a cobertura das Manifestações: o do vandalismo. A ilustração é tão

informativa que inspirou um estudo sobre semiótica discursiva (COSTA, 2013).

Ao contrário do *O Globo*, que inicialmente buscou transparecer certo distanciamento em relação aos eventos, as capas da *Folha de São Paulo* nas primeiras semanas das Manifestações demonstravam claramente seu posicionamento contrário, com manchetes que ecoavam também o posicionamento do governo estadual de que, nas palavras do governador Geraldo Alckmin (PSDB) — que na ocasião se encontrava em Paris junto com o prefeito Fernando Haddad (PT) — se tratava de uma ação de "baderneiros" e que a destruição do patrimônio era "intolerável".

Ainda no dia 13, segunda semana desde o início dos protestos, lê-se o seguinte editorial no veículo, intitulado "Retomando a Paulista":

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo — e chega perto demais de consegui-lo (*Folha de São Paulo*, p. A2, 13/06/2013).

Marcos Rogério Martins Costa, no citado trabalho sobre semiótica discursiva, também se debruça sobre esse editorial e chama a atenção para a utilização intencional de adjetivos negativos. Sobre trecho que diz: "Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público", (*Folha de São Paulo*, p. A2, 13/06/2013), ele aponta argumentos que visam reforçar a reprovação por parte do veículo:

[...] (i) os protestos "prejudicam milhões [de paulistanos]" e (ii) os protestos são de um grupo minoritário que deseja "chamar a atenção do público". O primeiro argumento reforça o segundo, pois, se os protestos prejudicam milhões de pessoas, é porque milhões de pessoas não participam dos protestos — pode-se pressupor, assim, que o grupo organizador é minoritário (Costa, 2016: 165).

No entanto, assim como ocorre com *O Globo*, no decorrer das Manifestações, com o acirramento da violência praticada pelo Estado, a *Folha de São Paulo* começa a mostrar mudanças em sua estratégia editorial na cobertura dos eventos.

Aparece também como elemento motivador das transformações na abordagem dada às Manifestações, aquele relacionado à explicitação, dentro dos próprios protestos, da rejeição a alguns canais de comunicação, em especial aos da Rede Globo que, em razão disso, se viu forçada a buscar uma aproximação com os manifestantes e a sociedade, adotando um discurso mais conciliador em seus veículos.

O ponto de inflexão teria sido um *mea culpa* emitido pelo cineasta Arnaldo Jabor¹³, no telejornal noturno, *Jornal da Globo*, depois do qual, segundo aponta Daniel Fonsêca em seu trabalho sobre a atuação da mídia nas Manifestações de 2013,

[...] o grosso da mídia corporativa passou a legitimar as manifestações, contanto que estas fossem “pacíficas” e, mais ainda, que empunhassem bandeiras menos ameaçadoras, preferencialmente aquelas vinculadas ao sentimento nacionalista, “por um Brasil melhor” (Fonsêca, 2013: 21).

Assim, de acordo com diversos analistas, é o enquadramento escolhido pelo sistema Globo — jornal e TV — para abordar as

¹³ O *mea culpa* seria referente a um comentário do colunista, no mesmo telejornal noturno, *Jornal da Globo*, logo no início das Manifestações, precisamente em 12 de junho, quando ele teria dito: “Mas, afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de 20 centavos. [...] No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo”. E, ironicamente, completou: “esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos” (FONSECA, 2013, pg. 19).

Já, no *mea culpa* público, Jabor disse que: “À primeira vista, este movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram erradamente, inclusive eu. [...] O Brasil parecia desabitado politicamente. De repente, reapareceu o povo. [...] Se tudo virar batalhas campais, a coisa se destrói. Se virar um movimento abstrato, genérico demais, tudo se esvai. É preciso uma política nova se reinventando com objetivos concretos. Se tudo correr bem, estamos vivendo um momento histórico, lindo e novo. Os jovens terão nos dado uma lição. Democracia já temos. Agora, temos que formar uma república”.

manifestações que vai orientar os demais grupos editoriais, tanto na postura contrária inicial quanto na aproximação com os manifestantes no final.

Esses fatos mostram que há, em alguma medida, certa reciprocidade de influência entre veículos de imprensa e eventos, no caso aqui, as Manifestações, já que se percebe que, ainda que a mídia parta de uma opinião inicial sobre o evento e busque difundi-la para a sociedade, ela, no entanto, também é afetada pelo fluxo dos acontecimentos, vendo-se, por vezes, forçada a alterar seus enquadramentos e agendas.

Interessante comentar aqui o trabalho, já citado, que Feres Junior, Miguel e Barbarela (2014) também empreenderam na investigação da cobertura da mídia impressa sobre os protestos de junho de 2013. A pesquisa avalia três jornais ao longo dos três primeiros meses seguintes ao início das Manifestações, examinando manchetes, notícias e chamadas de capa de *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

Os autores partem do pressuposto de que, ao optar pelo enquadramento “da crise política, [*de que*] as instituições da democracia representativa estão falidas (Mensalão e outros escândalos de corrupção política, particularmente os que envolvem o PT e partidos aliados)” a grande mídia forneceu, durante anos, a percepção de uma dupla crise — econômica e política — que se fizeram presentes nas demandas dos protestos de 2013 (Feres Júnior, Miguel e Barbarela, 2014: 9).

Além de as conclusões apresentadas no artigo mostrarem estar em sintonia com as da presente dissertação no que se refere à constatação de “um processo de mudança de estratégia editorial” nos jornais investigados no decorrer dos eventos, os autores contribuem, adicionalmente, com uma análise quantitativa dos enquadramentos nesses jornais, destacando três “famílias de códigos”, a saber:

- (i) **Agenda negativa**: notícias que de alguma maneira sinalizam que a situação está ruim.
- (ii) **Dilma responde**: família de dois códigos, um neutro que descreve as respostas da presidenta e outro claramente negativo “**Dilma responde mal**”, para notícias que qualificam suas

respostas como insuficientes, equivocadas ou mal intencionadas, e, (iii) **Códigos avulsos** (Feres Júnior, Miguel e Barbarela, 2014: 14).

Por esses códigos é possível identificar enquadramentos que mostravam o estado das instituições políticas, da economia e do governo de forma desfavorável quando se verifica a quantidade de matérias publicadas.

Assim, em “Agenda Negativa”, pode-se observar o forte enquadramento em crise econômica: Crise econômica (74 matérias); Crise no governo / desgoverno (70 matérias); Política corrupta (18 matérias); Queda de popularidade de Dilma (16 matérias); Governo federal corrupto (03 matérias); Crise no PT / Dilma e Lula (02 matérias).

Já o enquadramento de “Crise Política” apresenta nada menos do que 109 matérias. Cabe observar que esse quesito engloba diferentes instituições políticas como governo, congresso, partidos políticos, parlamentares etc.

Dessa forma, o agendamento da “crise política” somado ao da “crise econômica” demonstra que houve uma cobertura vigorosamente negativa da economia e da política no período das manifestações, ajudando na construção de uma percepção de crise de governabilidade.

Pode-se ainda interpretar essa adoção de enquadramento narrativo pela ótica de Laurence Bardin, que determina que analisar um discurso requer considerar seus elementos primordiais, palavras e frases, como um *dado* em si. Assim, a análise de uma enunciação implicaria considerar este material um “enunciado imobilizado, manipulável e fragmentável” (2011: 170).

Desse modo, não sendo o discurso “a transposição transparente de opiniões, atitudes e representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma linguageira” (*Idem*) e sim um produto inacabado e, sempre, em construção, ele comporta contradições e incoerências, bem como conveniências e interesses conforme os que se apresentam nos meios

institucionais de comunicação, ainda que, nem sempre, tão claramente visíveis.

No campo das mídias alternativas, o trabalho analisou o grupo independente *Mídia Ninja* (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) que, embora tenha se estabelecido anteriormente às “Manifestações de Junho”, tem sua notoriedade diretamente relacionada com este evento.

De viés declaradamente esquerdista, o veículo buscou ressaltar em suas postagens os valores progressistas dos protestos e, ainda que não tenha conseguido se firmar como fonte estável de informação após aqueles eventos, teve um papel extremamente importante durante as Manifestações, colocando-se como contraponto às mídias tradicionais e como canal de veiculação do posicionamento dos manifestantes.

Com uma cobertura em tempo real e *in loco*, o grupo produzia material em vídeos publicados na plataforma YouTube e mesclavam suas próprias filmagens ao vivo com imagens capturadas por manifestantes pelo celular.

Tanto os vídeos quanto as mais de 20 postagens sobre 2013 que restam em sua página no Facebook, deixam claro que o *Mídia Ninja* optou por focar a violência adotada pela polícia no confronto e chamar atenção para o debate sobre o monopólio da violência pelo Estado, para a emergência do debate intenso que havia se estabelecido nas redes digitais sobre a importância da desmilitarização da Polícia Militar.

Lendo os comentários às postagens do *Mídia Ninja* em sua página no Facebook, é possível encontrar um grande volume de opiniões contrárias aos protestos e, mesmo hoje, seguidores da página que atribuem às “Manifestações de 2013” resultados políticos subsequentes que culminaram na eleição do Presidente Jair Bolsonaro e no crescimento do ódio que tomou conta das relações e dos debates políticos no país.

Comparando as abordagens escolhidas pelo *Mídia Ninja* com aquelas adotadas pelos jornais tradicionais é impossível não perceber que, a despeito das visíveis diferenças ideológicas entre os veículos, a escolha

de ambos por enquadrar a violência, seja a da polícia, seja a de alguns participantes, respectivamente, ajudou na construção de uma percepção truculenta do manifesto.

Sob esse aspecto, a tendência espetaculosa dos veículos, independentemente de suas linhas político-ideológicas, que os leva a optar pelas ações mais violentas como narrativa, acabou, de certa forma, ampliando o espaço de visibilidade dos eventos e, nesse sentido, ações como as dos Black Blocs e do Anonymous Brasil¹⁴ (na internet) ganham relevância.

No entanto, de forma geral, os posicionamentos dos veículos tradicionais, bem como agendas e enquadramentos escolhidos, incluindo mudanças de rumo ao longo do percurso, mantêm-se em alinhamento com estruturas que abrigam o entroncamento das redes de comunicação corporativas com projetos de poder econômico que não apenas, por vezes, patrocinam o setor, como norteiam as narrativas editoriais. Refletem, portanto, um viés mais conservador, que tende a chancelar e legitimar a violência coercitiva do Estado.

Uma parte considerável da mídia se organiza em corporações, algumas até compõem grupos transnacionais. Dessa forma, a mídia tradicional acaba se comportando como “um poder transversal — condicionado, mas também influenciando os outros níveis de poder” (FONSÊCA, 2013: 16) e construindo narrativas que, de um lado, atendam aos seus interesses e, de outro, passem, subliminarmente, para a sociedade, diretrizes para ações e comportamentos que possam ir ao encontro de seus objetivos corporativos.

¹⁴ *Anonymous* é um grupo hacktivista internacional que se reivindica como uma ideia. Formado por membros anônimos, atua em diversas frentes, geralmente “defendendo causas em prol da sociedade”. Como forma de protesto, o grupo invade páginas na Internet e derruba sites. Em sua página no Facebook, o *Anonymous Brasil* assim se apresenta: *Nós somos Anonymous. Nós somos uma legião. Nós não perdoamos. Nós não esquecemos. Aguardem-nos!*

Não há surpresa alguma nisso, apenas a constatação da forte presença dos meios de imprensa na sequência de “Manifestações de Junho” e principalmente, como veremos, a influência dessas narrativas nos contornos dos acontecimentos políticos seguintes.

1.2- Desdobramentos e Eventos Subsequentes

Embora haja certa controvérsia quanto à data de término das “Manifestações de Junho”, muitos veículos e até pesquisadores consideram que tiveram seu desfecho nos atos promovidos em 30 de junho, no jogo da final da Copa das Confederações, realizado no Rio de Janeiro¹⁵, torneio que acabou recebendo a alcunha de “Copa das Manifestações” dada a quantidade de protestos ocorridos em diferentes capitais ao longo da competição. Registre-se que, na abertura do evento, a presidente Dilma foi vaiada pelo público representado, em sua grande maioria, por uma classe média alta e um segmento de alto poder aquisitivo.

Ainda que outras manifestações tenham ocorrido ao longo de 2013, essas se caracterizam mais como consequência do clima social e político instaurado no país do que como continuidade de ações das “Jornadas de Junho”.

De fato, após os episódios de Junho, mais precisamente entre 2013 e 2016, a sociedade brasileira viria testemunhar uma série de eventos políticos, alguns dos quais produziram novos protestos e manifestações, dessa vez, protagonizados por diferentes atores e com diferentes propósitos.

¹⁵ No domingo, 30 de junho de 2013, duas manifestações nas proximidades do estádio do Maracanã onde estava sendo disputada a final da competição, reuniram entre quatro e cinco mil pessoas cada, para protestar contra os gastos públicos para construção dos estádios e contra as remoções de moradores afetados pelas obras para A Copa do Mundo e as Olimpíadas que aconteceriam (e aconteceram), respectivamente, em 2014 e 2106, no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro. Houve confronto com a polícia e repressão policial com emissão de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e detenções. Fonte: BBC

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130630_final_confederacoes_cq_rw_cc

Ainda que alguns setores da esquerda, como o PSOL e seus intelectuais, por exemplo, entendam as “Manifestações de Junho” como um marco de ação popular, de expressivo avanço nas lutas políticas populares, outros setores e estudos entendem que, por um lado, a esquerda brasileira não soube encontrar respostas para os descontentamentos evidenciados nos atos de Junho e, por outro, movimentos conservadores identificados como uma direita liberal conseguiram canalizar o sentimento de insatisfação contra o sistema político, de forma generalizada, e transformá-lo em um rancor antipetista.

Cabe, assim, uma breve análise dos desdobramentos seguintes ao fenômeno de junho de 2013.

Para alguns autores (SINGER, 2013; FERES JUNIOR, MIGUEL E BARBARELA, 2014), um dos primeiros e mais relevantes resultados imediatos das Manifestações, como sua consequência direta, foi a queda de popularidade de quase todos os ocupantes de cargos Executivos, especialmente a da Presidente Dilma Rousseff e de seu governo.

De um lado, as “Manifestações de Junho” haviam descortinado a presença de uma imensa insatisfação de grande parte da população — manifestantes e simpatizantes — com a gestão política em todos os níveis, e, de outro, aparentemente sem intenção consciente de parte dos atores, faziam pulsar o descontentamento de setores mais conservadores da sociedade, enquanto os encorajava a também ocupar espaços públicos com protestos e reivindicações.

Surgia, assim, um novo perfil de manifestantes nas ruas, enquanto nas redes tinha início um confronto ideológico e de classes em torno de dezenas de questões sociais, políticas, econômicas e morais cujas posições e opiniões denunciavam claramente o conservadorismo crescente e a polarização que começava a se estabelecer na sociedade, e que acabaram sendo utilizados por determinados setores com propósitos políticos e pessoais.

Assim, como um dos resultados das massivas manifestações que começaram com caráter de oposição a todas as instâncias do Estado — às suas políticas ou à ausência delas —, percebe-se o surgimento de uma ala de oposição à direita¹⁶, situação que vai fortalecer o crescimento do antipetismo e culminar no impeachment da Presidente Dilma Rousseff, entendida por alguns como fruto de um golpe parlamentar, apoiado pela imprensa e por parte da opinião pública.

Analisaremos, brevemente, alguns desses atores e acontecimentos.

¹⁶ Dado o acirramento da polarização político-ideológica que se verifica a partir de 2014, utilizaremos algumas vezes nesse tópico e no próximo capítulo os termos “direita” e “esquerda”. Embora haja certa polêmica quanto ao significado desses conceitos hoje e muitos autores considerem que a díade já não seja capaz de dar conta das questões contemporâneas, outros, como Bobbio, creem que seus princípios continuam presentes e ajudam a explicar complexidades sociais e políticas, essa classificação binária auxilia a presente narrativa, aqui entendida, *grossíssimo modo*, como, de um lado, uma corrente orientada pela promoção da igualdade social (esquerda/progressista) *versus* uma corrente pautada pela supremacia do capital, da propriedade privada e do crescimento econômico em detrimento de questões sociais e ambientais (direita/conservadorismo).

CAPÍTULO II

O SURGIMENTO DE NOVOS ATORES

No rastro das “Jornadas de Junho” e impulsionado pela visibilidade conquistada pelo “Movimento Passe Livre”, verifica-se o surgimento de um fluxo de novos movimentos em ambas as pontas da linha político-ideológica. Dois deles conseguem ser mais bem-sucedidos em seus posicionamentos, conseguindo visibilidade suficiente para se projetarem, graças à força das redes digitais como importantes formadores de opinião dos manifestantes de direita. São eles, o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “Movimento Vem Pra Rua”.

Embora durante os eventos de junho de 2013, o MBL já tivesse uma página no Facebook, pela qual se articulava politicamente, sua efetiva fundação institucional data de novembro de 2014. O movimento tem como principais coordenadores os universitários Fernando Holiday e Kim Kataguiri.

Este último parece ser o protótipo ilustrativo da afirmação de Appadurai, segundo o qual “a comunicação eletrônica é uma ferramenta para que cada indivíduo se imagine como um projecto social em curso” (2004: 14-15).

O jovem estudante transformou-se em um político e ativista extremamente atuante das causas econômico-liberais. Por sua projeção, em 2018 elegeu-se Deputado Federal por São Paulo pelo Democratas (DEM), sendo o 4º candidato mais votado do pleito, com 458.243 votos. O rapaz foi colunista da *Folha de São Paulo* e, em sua página pessoal no Facebook, Kataguiri conta com 1.662.816 de seguidores¹⁷.

¹⁷ <https://www.facebook.com/kataguiri.kim/>

Impressiona ainda na sua página pessoal a quantidade de postagens diárias que, hoje, estão em uma média de 18 por dia, o que demonstra a intensa utilização que faz da ferramenta. Mas um levantamento feito pela revista *Época*¹⁸ mostra que a página do MBL no Facebook já chegou a contabilizar uma média de 108 postagens por dia.

Em sua página pessoal no Facebook, no último 12 de outubro (2020), Dia das Crianças, Kataguirí postou uma foto sua quando ainda criança, na qual trajava um quepe da Aeronáutica e uma camiseta camuflada. Para a foto, colocou a seguinte legenda: “Desde criança eu já era um fascista que planejava golpes militares”¹⁹.

Por seu turno, o “Movimento Vem Pra Rua” não conta com uma liderança tão preeminente quanto a do MBL. Entretanto, é coordenado nacionalmente pelo paulista Rogério Chequer, empresário muito bem articulado com a rica classe empresarial de São Paulo. Fundado institucionalmente em outubro de 2014, o “Vem Pra Rua” se autodefine como “um movimento social para lutar contra a corrupção generalizada”.

O “Vem pra Rua” é o movimento mais representativo da onda verde-amarela que cobriu as ruas e adotou o pannelo em 2015 e 2016, e responde por manifestações como o “Fora PT” e o “Fora Dilma” pró-impeachment da Presidente. Sua página no Facebook²⁰, na qual aparece como “Vem Pra Rua Brasil”, conta, hoje, com 2.291,460 seguidores. Nela, o Movimento assim se apresenta: “Nossa bandeira é a DEMOCRACIA, a ÉTICA NA POLÍTICA e um ESTADO EFICIENTE e DESINCHADO”. Uma análise das postagens na página deixa bastante evidente o posicionamento favorável ao ex-juiz Sérgio Moro.

¹⁸ <https://epoca.globo.com/levantamento-inedito-revela-sites-paginas-no-facebook-que-podem-influenciar-eleicao-com-fake-news-23005004>.

¹⁹ Ver em: <https://www.facebook.com/kataguiri.kim/photos/a.833681423349725/3773481379369700/>.

²⁰ <https://www.facebook.com/vempraru.net>

Já a elite e a alta classe média nacionais, de faixa etária diversa, estimuladas por essas iniciativas, assumem na arena pública o papel de atores políticos de direita e, a despeito de suas diferentes posições e alinhamentos neste campo ideológico (PIERUCCI, 1987), vão se unir em torno de ideias como combate à corrupção, resgate da família tradicional, da fé cristã e do patriotismo.

Ainda no bojo desse fluxo, personalidades do campo das artes, da política e do Direito também ocupam seus espaços como atores dos desdobramentos seguintes. Em pesquisa sobre a nova direita nacional que emerge em 2015, Messenberg (2017) apresenta uma lista das lideranças de direita que exerceram forte influência sobre a opinião pública naquele ano.

Além do “Vem pra Rua” e do “Movimento Brasil Livre”, mencionados por nós, são citados: Olavo de Carvalho (brasileiro, sem formação universitária, se autodefine como filósofo, ensaísta e escritor. Conta com quase 600 mil seguidores em sua página no Facebook, na qual se apresenta como “Sou o chefe dessa porra na empresa Seminário de Filosofia”); Raquel Sheherazade (jornalista e radialista paraibana, foi âncora de jornal na rádio *Jovem Pan* e do telejornal *SBT Brasil*. Sua página no Facebook conta com dois milhões de seguidores); Reinaldo Azevedo (jornalista político brasileiro de orientação neoliberal. É colunista da *Folha de São Paulo* e comentarista e analista político da Rede TV); Felipe Moura Brasil (jornalista carioca, colunista no site *O Antagonista*. Substituto de Reinaldo Azevedo no programa “Os Pingos nos Is”, na rádio *Jovem Pan*) e ainda o deputado federal Marcus Feliciano (que “se reconhece como defensor férreo do ideário tradicional da moral cristã”). Sua página no Facebook conta com nada menos que 4 milhões e 300 mil seguidores), e, por fim, o então deputado federal por sete mandatos Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em 2018.

Importa ressaltar que todos os citados fazem intensa utilização das redes de comunicação virtual, como Twitter, YouTube, Instagram, além do já citado Facebook. Messenberg considera que esses atores

São os emissores legitimados pelo meio social receptor, por serem distinguidos como dotados de opinião autorizada, identificados como agentes com grande competência interpretativa da realidade concreta e acesso privilegiado às informações consideradas relevantes. São eles, portanto, os pautadores dos interesses e das prioridades informacionais de sua audiência e intérpretes de sua vida cotidiana e da política (Messemberg, 2017: 626).

Esses são os principais novos atores que, junto com as mídias tradicional e alternativa, passam a delinear os contornos dos contextos políticos seguintes.

2.1- Janeiro de 2014 – “Não Vai Ter Copa”

Apesar de que os primeiros sinais de protestos contra a realização da Copa da FIFA no Brasil em 2014 já estivessem presentes nas “Manifestações de Junho” sob o slogan “Não Vai Ter Copa!”, é no início de 2014 que ele toma corpo em forma de novas manifestações.

Na base dos protestos estavam questões econômicas, relacionadas com os altos gastos para a realização do evento, mas também outras de cunho mais social como a remoção de cerca de 170 mil pessoas de suas moradias para execução das obras para a Copa. De modo geral, havia por parte dos manifestantes a percepção de que a Copa não representava uma prioridade para um país repleto de problemas sociais, a ponto de se permitir o investimento de tempo, atenção e verba com o evento.

Embora essas manifestações tenham sido mais esparsas e dispersas, elas, no entanto, — diferentemente das “Manifestações de Junho”, cujas demandas alcançavam os poderes municipais, estaduais e federal —, atingiram em cheio o governo Dilma.

Com participação tão heterogênea quanto a das “Manifestações de Junho”, talvez, até em razão de vir de certa forma na esteira desta, nos protestos era possível identificar, em termos de estereótipos, Black Blocs; jovens militantes do PSOL e do PSTU, identificados por suas gigantes

bandeiras; acadêmicos e universitários de esquerda; grupos de indignados impulsionados pelas redes sociais digitais.

No entanto, apesar do registro de manifestações em diversas capitais, o “Não Vai Ter Copa” não conseguiu se organizar como movimento social efetivo, nem contar com o suporte da mídia tradicional que, por razões óbvias, tinha posição contrária ao propósito.

Também não foram reativados os grandes protestos de rua durante o período de realização da Copa do Mundo da FIFA, em junho de 2014, ainda que isso fosse esperado por comentaristas nacionais e estrangeiros que consideravam esta possibilidade como um contratempo para a execução do evento. Parece que a célebre paixão brasileira pelo futebol se sobrepôs às contrariedades.

O único manifesto importante nesse contexto se deu no estádio do Maracanã, na tarde de abertura do campeonato mundial, televisionado em rede nacional e internacional, quando, de forma constrangedora e mesmo vergonhosa do ponto de vista de nação, a anfitriã e Presidente Dilma Rousseff foi, mais uma vez, recepcionada com vaias e xingamentos grosseiros pelo público presente, em uma evidência clara do seu desgaste e dos dias difíceis que estariam por vir²¹.

²¹ “A presidente Dilma Rousseff e o mandatário da Fifa, Joseph Blatter, foram hostilizados na abertura da Copa, nesta quinta-feira (12), no Itaquerão. A presidente foi hostilizada quatro vezes durante o dia. Na primeira, antes da partida, os torcedores gritaram “ei, Dilma, vai tomar no c...”, enquanto outros gritavam “ei, Fifa, vai tomar no c...”. Os xingamentos contra Dilma foram fortes, mas localizados. Ecoaram na área VIP (uma das mais caras) e em outras partes do estádio. A hostilidade não durou muito tempo, mas acabou voltando após o hino nacional. A presidente voltou a ser hostilizada após aparecer no telão do estádio, comemorando o segundo gol do Brasil sobre os croatas. O quarto protesto ocorreu próximo ao fim do jogo”. Ver: *Folha na Copa 2014*, São Paulo, 12/06/2014. Acessível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/06/1469313-blatter-e-dilma-sao-hostilizados-dentro-do-itaquerao.shtml>.

2.2- Março de 2014 – Operação Lava-Jato

No fluxo de uma intensa insatisfação coletiva que, agora, era também manifesta pelos setores conservadores e/ou liberais, surge a Operação Lava-Jato²².

Operação controversa²³, iniciada em 12 de março de 2014 e ainda em curso, a Lava-Jato é um conjunto de investigações da Polícia Federal brasileira (mais tarde com desdobramentos no exterior: Cuba, Equador, Panamá, El Salvador) comandada pelo então juiz de primeira instância do Paraná, Sérgio Moro.

Tendo como foco a apuração de um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar bilhões de reais em propinas envolvendo importantes políticos de diversas instâncias, membros administrativos de estatais e empresários brasileiros de empresas de grande porte, em um escopo investigativo que abrangia, ainda, crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, organização criminosa e operações ilegais de câmbio.

A Operação é considerada pelo Ministério Público Federal e pela própria Polícia Federal a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro na história do país e apontada por muitos como uma das causas da crise política e econômica que se instaurou no país naquele ano.

²² Pela importância desse instituto na política do país, muitos trabalhos foram desenvolvidos sobre o tema nos âmbitos do Direito, da Economia e das Ciências Sociais. No caso de interesse no aprofundamento, ver, por exemplo: CIOCCARI, Deysi. “Operação Lava-Jato: Escândalo, Agendamento e Enquadramento”. Revista *Alterjor*, Ano 06, Vol. 02, Edição 12, USP, São Paulo, 2015; [KERCHE, Fábio](#). “Ministério Público, Lava-Jato e Mãos Limpas: Uma Abordagem Institucional”. *Lua Nova* [online], n.105, pp.255-286, 2018; e ARANTES, Rogério. “Protagonismo da Justiça deslocou centro gravitacional da democracia brasileira.” Entrevista ao jornal *El País*, 2016. Acessível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/16/politica/1474061979_483659.html

²³ Diversas polêmicas envolvem a Operação Lava-Jato. Fala-se em insuficiência de provas; protagonismo exagerado de Sérgio Moro; abusos de poder; espetacularização do processo legal, vazamentos ilegais e seletivos; entre outras.

Alicerçada no instituto da delação premiada, a Operação prendeu, ao longo desses anos, várias personalidades relevantes da política como, por exemplo, o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral; o seu sucessor, Luiz Fernando Pezão, que se encontrava, ainda, no mandato; o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha; o ex-ministro-chefe da Casa Civil no governo petista, José Dirceu; os ex-ministros da Fazenda Antonio Palocci e Guido Mantega, também do governo PT; o publicitário João Santana; o empresário Eike Batista e o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

A Operação Lava Jato foi, desde sempre, um tema estimado pela mídia, e utilizado nos enquadramentos midiáticos como um componente para manipulação das percepções políticas da opinião pública.

Iniciada em um ano de Copa do Mundo e de eleições presidenciais, a Lava Jato dividiu espaço na mídia tradicional impressa com as questões futebolísticas e de campanha eleitoral.

De maneira geral, tanto o Globo, quanto a Folha de São Paulo ao longo do ano de 2014 conseguem construir uma identificação da Lava Jato com termos como “Petrobras”, “delação”, “doleiro”, “corrupção” e nomes de alguns dos personagens envolvidos. Desse modo, depois de certo tempo, ao usar qualquer um desses termos em suas manchetes de capa, o leitor era capaz de correlacioná-los com Lava Jato, corrupção, governo.

O jornal O Globo dá grande destaque à Operação. Em abril de 2014, a Lava Jato é tema de 16 de suas capas. Com a proximidade da abertura da Copa do Mundo, o futebol assume os espaços de capa entre maio e agosto, junto com as eleições. Porém, no meio de agosto, a morte trágica, em um acidente de helicóptero, de Eduardo Campos, um dos candidatos em campanha para a presidência, e a influência deste evento nos rumos da campanha eleitoral entram em foco. Em outubro a Lava-Jato é tema de seis manchetes de capa; em novembro, de 12 e, em dezembro, de 17 capas.²⁴

²⁴ Edição de *O Globo* de 12/09 – “Marina: PT pôs diretores para assaltar Petrobras”.

A Folha de São Paulo distribuiu melhor esses temas em suas capas, mas é nítido o crescimento do espaço dado à Operação Lava Jato a partir do mês de outubro, véspera das eleições e, mais ainda, nos meses do ano seguinte, também utilizando o termo “Petrobras” como a palavra-chave do assunto, ajudando a impulsionar a polarização na sociedade e o desgaste do governo.

Contando com o apoio das camadas conservadoras, a Operação passa a ser claramente compreendida como um trunfo contra o Governo Dilma e uma possível reeleição do PT, e ganha o suporte de atores como a advogada e professora da Faculdade de Direito da USP Janaína Paschoal, o jurista, advogado e professor Miguel Reale Júnior e o também jurista e político Hélio Bicudo.

Este último, petista histórico, desfilia-se do Partido dos Trabalhadores em 2005, em razão dos escândalos do Mensalão, por acreditar que o partido havia "se afastado dos ideais éticos e morais". Seu posicionamento crítico ao PT teve um peso considerável na avaliação sobre o partido e seus quadros, tanto por petistas, quanto pela esquerda e pela direita em geral.

Juntas, essas três personalidades são as autoras do pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, por denúncia de crime de responsabilidade ou “pedalada fiscal” - operações atípicas, não previstas na legislação, utilizadas para maquiagem o resultado das contas públicas.

2.3 - Julho a Outubro de 2014 - Eleições Presidenciais

Edição de *O Globo* de 19/10 – “Dilma agora admite corrupção na Petrobras”.

Edição de *O Globo* de 25/11 – “Corrupção na Petrobras tinha até recibo de propina”.

Edição de *O Globo* de 03/12 – “Costa revela que delatou 35 políticos”.

A campanha eleitoral desse ano tem início em um cenário já polarizado, ainda que não em seu ápice. A queda de popularidade da Presidente Dilma, resultante das mobilizações de 2013 e das investidas da Lava-Jato contra Lula e o PT colocavam-se como um entrave para sua reeleição, já que, naquele momento, ela representava a continuidade dos processos negativos na agenda econômica, política e, agora, eleitoral. Nesse quadro, o então candidato pelo PSDB, Aécio Neves, busca se apresentar como a mudança.

Os embates retóricos que inflamaram a opinião pública brasileira durante as eleições presidenciais representaram um momento da política nacional que alimentou e aprofundou na mídia e nas redes sociais a retórica do senso comum sobre o que vem a ser, do ponto de vista “nativo”, a esquerda/progressista, representada pelo PT e a direita/conservadora, representada pelo PSDB.

Sociologicamente, as eleições se apresentam como rituais nos quais o voto se configura como um fato social total, no qual disputas culturais, regionais, religiosas, de visão de mundo, de classe etc., encontram o momento para se manifestar, não raro, de forma belicosa, (HEREDIA; PALMEIRA, 1995) como se deu nessas eleições.

Dênis C. Lobo realizou uma pesquisa durante o pleito eleitoral de 2014 que tinha como objeto de estudo o “ódio nos discursos dos seguidores das páginas no Facebook” (2018: 84) dos concorrentes Dilma (PT) e Aécio (PSDB). Segundo o pesquisador, já ali é possível identificar o ódio como um elemento estratégico que, para ele, incitou o clima de intolerância instaurado no país,

Intolerância essa que se estendeu no período pós-eleitoral e se intensificou, num *continuum* que culminou no Golpe de 2016 e que se prolonga posteriormente com a imposição de uma agenda política derrotada nas urnas. (Lobo, *Ibidem: idem*).

É, de fato, durante as eleições presidenciais de 2014 que se verifica o fortalecimento de uma corrente antipetista, até então tímida ou difusa, e

o crescimento da polarização ideológica esquerda-direita, PT-PSDB que se manifesta nos debates e nas ruas, mas, principalmente, nas redes sociais virtuais.

Luciana Tatagiba (2017; 2019), ao analisar os protestos das direitas brasileiras entre 2011 e 2016, indica que é nesta eleição, de 2014, que surge a oportunidade de parte da sociedade (conservadora, de viés à direita) direcionar o descontentamento difuso no sentido do candidato peessedebista, dando o subsídio necessário para a construção de sua imagem como um projeto de mudança.

A insatisfação dos setores médios e dominantes, que já aparece nas mobilizações de junho de 2013, ganha direção unificada na campanha eleitoral de 2014 e se fortalece com a operação Lava-Jato, desencadeada pela Polícia Federal e pelo Judiciário. (Tatagiba; Galvão, 2019: 78)

[...]

É nesse momento que as críticas difusas à corrupção e ao funcionamento da democracia representativa convergem para o antipetismo. (*Idem*: 87).

É na eleição de 2014, também, que, no Brasil, notamos a maior utilização da internet como veículo de comunicação político-eleitoral e de interlocução entre os cidadãos. Esse fato levou a revista inglesa *The Economist* a publicar um artigo, em sua edição de 13 de março de 2014, sob o título “Eleição presidencial brasileira: Conquistando corações e gostos — A mídia social terá um grande papel na campanha deste ano”²⁵ (*tradução nossa*).

Segundo o artigo, a internet é vista como “um campo de batalha crucial” nessa campanha e recorda que as “Manifestações de Junho de 2013”, convocadas majoritariamente pelas redes virtuais e com críticas à

²⁵ Brazil’s presidential election: Winning hearts and likes - Social media will play a big part in this year’s campaign. Acessível em: <https://www.economist.com/the-americas/2014/03/13/winning-hearts-and-likes>.

política e aos políticos em geral, faria com que os candidatos buscassem reforçar suas campanhas eleitorais no ciberespaço das redes sociais.

Mas, é depois da eleição, com a vitória de Dilma e do PT e com a reação negativa de Aécio à sua derrota no pleito que a divisão social se aprofunda, agora já declaradamente agressiva, opondo não apenas petistas e antipetistas, mas, também, revelando o surgimento de uma corrente antiantipetista.²⁶

2.4- Março de 2015 – “Fora Dilma”

A Presidente Dilma Rousseff toma posse em um cenário de antipetismo radical e assumido, de bombardeios da Lava-Jato, e tendo como presidente da Câmara dos Deputados o reeleito Eduardo Cunha.

A sociedade, com suas manifestações pró e contra, nas ruas e nas redes sociais, contribui para tensionar o clima político instaurado, enquanto, em Brasília, diferentes quadros políticos sequer tentam esconder seus ardis para tirar proveito dessa conjuntura, tanto com intuito de derrubar a governante, quanto no de interferir nas investigações da Operação Lava-Jato, na qual aparecem como suspeitos.

De um lado, o “Fora Dilma”, com manifestações e painelaços contrários à presidente, orquestrados por uma horda que se apoderou do verde-amarelo nacional como símbolo de suas bandeiras liberais e conservadoras, que se declara antipetista, contra a corrupção e que conta

²⁶ Termo criado por alguns jornalistas para designar uma parte da sociedade que, mesmo não sendo petista, se coloca contrária ao antipetismo radical por considerar que, em última instância, ele é prejudicial para escolhas políticas democráticas. O termo “anti-antipetismo” surge em analogia ao “Anti-anti-relativismo”, artigo escrito pelo antropólogo Clifford Geertz, com o propósito de criticar os críticos do relativismo, e que se tornou fruto de uma célebre polêmica entre Geertz e o filósofo pragmatista Richard Rorty, ambos norte-americanos, na década de 1980.

com ampla cobertura midiática, em especial da TV Globo que, àquela altura, anunciava a transmissão de informes sobre os protestos em diferentes capitais, numa propaganda indireta dos eventos.

De outro, em resposta à onda conservadora e antipetista, toma força, à esquerda, a campanha que propaga que a série de fatos jurídico-políticos, desde a Lava-Jato — escândalos, prisões — até o pedido de impeachment, se trata de um golpe contra o governo PT/Dilma, tese que encontra suporte em parte da mídia internacional, que questiona as bases para o impedimento da presidente, como os ingleses *The Guardian*, *Independent* e *The Economist*; o espanhol *El País*; o francês *Le Monde*, e o americano *The New York Times*, para citar alguns²⁷.

A mídia amplia fortemente o enquadramento da Lava-Jato. Em março e abril o tema ocupa 14 capas/mês, acrescentando, agora, aos termos anteriores, as palavras “crise”, “investigação” e “fraude”. E, na medida em que o avanço nas investigações vai trazendo novos nomes para a pauta, cresce a pressão e a tensão entre os parlamentares no Congresso, influenciando a agenda e a votação de projetos do governo. É nesse momento que a imprensa substitui o enquadramento à Lava-Jato, pelo enquadramento da “crise política”.

Nesse contexto, o antipetismo ganha imenso protagonismo. No embalo da insatisfação com o resultado da eleição, ele surge como um

²⁷ Ver, respectivamente:

<https://www.theguardian.com/world/2016/apr/18/brazil-workers-party-vows-remain-in-power-despite-impeachment-vote>

<https://www.independent.co.uk/news/world/president-dilma-rousseff-brazil-fights-stay-power-impeachment-threat-grows-a6990076.html>

<https://www.economist.com/the-americas/2016/04/18/why-vote-to-impeach-dilma-rousseff?zid=305&ah=417bd5664dc76da5d98af4f7a640fd8a>

https://elpais.com/internacional/2016/04/18/actualidad/1460935957_433496.html

https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2016/04/19/le-combat-ne-fait-que-commencer-previent-dilma-rousseff_4904490_3222.html

<https://www.nytimes.com/2016/04/19/world/americas/vote-to-impeach-rousseff-prompted-cheers-but-wont-end-turmoil-in-brazil.html?ref=world>

fenômeno político-eleitoral que se manifesta dentro do espectro do *negative partisanship*²⁸, mas como uma rejeição partidária exclusivista. Dialoga com o antipartidarismo, mas, ao contrário deste, que evidencia uma rejeição às organizações partidárias em geral, o antipetismo se manifesta, ele próprio, como uma identidade partidária, só que, negativa (RIBEIRO, CARREIRÃO, BORBA, 2016).

Como fenômeno sociopolítico ele se exprime no ódio ao PT, cuja origem passa tanto por questões de classe, quanto político-ideológicas, que estão relacionadas, também, com representações, construções e imaginários sociais, se consideradas as especificidades políticas do país, que apresenta características próprias e bastante peculiares no que se refere às ideologias, com origem na formação do pensamento político-social brasileiro (LYNCH, 2011).

Para Lobo,

Todo esse processo foi permeado pelo ódio. Seja ele de classe, partidário-ideológico, racial, religioso ou sexista, o ódio, seja ele a nível discursivo, simbólico ou efetivado em violência e agressão física, funcionou como um importante componente político estratégico, utilizado racionalmente com o intuito de interferir nos mecanismos políticos (2018: 85).

Os discursos de ódio apresentam como “elemento central a expressão do comportamento e a externalização de pensamentos que desqualificam, humilham e inferiorizam indivíduos e grupos sociais” (LOBO, 2018: 88).

²⁸ O termo, que pode ser traduzido por “partidarismo negativo” refere-se à tendência de alguns eleitores de elaborarem suas opiniões e escolhas políticas basicamente em oposição aos partidos políticos de que não gostam. Para aprofundamento ver: RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. “Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros”. *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 333-368, 2011; RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. “Sentimentos Partidários e Antipetismo: Condicionantes e Covariantes”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, dezembro, 2016.

O ódio acusa sem saber. O ódio julga sem ouvir. O ódio condena a seu bel-prazer. Nada respeita e acredita encontrar-se diante de algum complô universal. Esgotado, recoberto de ressentimento, dilacera tudo com seu golpe arbitrário e poderoso. Odeio, logo existo (Lobo, 2018: 93).

2.5 - Antipetismo

Ribeiro, Carreirão e Borba desenvolvem, desde 2002, estudos no campo da “identificação partidária negativa” (ou “sentimentos partidários negativos”). No trabalho de 2016 eles apresentam a distribuição dos eleitores de acordo com os sentimentos que estes manifestaram nos ESEBs (Estudo Eleitoral Brasileiro) dos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 em relação a todos os partidos.

Nele os pesquisadores fazem um recorte dos resultados para mostrar as notas atribuídas ao PT e ao PSDB — partidos objetos da análise —, a partir de uma variável, criada por eles, que resumiria o “conjunto de sentimentos (positivos e negativos) em relação ao PT e ao PSDB simultaneamente (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016: 614).

A pesquisa é extensa e muitíssimo detalhada. Assim, optou-se aqui por uma compilação sumária, até mesmo grosseira, mas que atende ao propósito do trabalho, no sentido de tentar identificar o caminho percorrido pelo “sentimento antipetista” ou pelo antipetismo.

Segundo os autores, os dados mostram que

No caso do PT, as tendências são claras: aumento das avaliações negativas e diminuição das positivas em 2006 (“Mensalão”) e em 2014 (“Petrolão/“Lava-Jato”), comparativamente às eleições anteriores (2002 e 2010, respectivamente). Quanto ao PSDB, 2006 foi seu pior momento (maior percentual de avaliações negativas e menor percentual de avaliações positivas). Na realidade os percentuais de eleitores que avaliam mal o partido sempre foram elevados (entre 42% e 46%) e maiores do que os percentuais de eleitores que avaliam mal o PT (mesmo em 2006 e 2014). Já em relação às avaliações positivas sobre o PSDB, o percentual de eleitores praticamente dobrou entre 2006 e 2014 (Ribeiro; Carreirão; Borba, 2016: 616).

Mesmo com um declínio considerável das avaliações positivas ao PT, produzidas certamente pelos escândalos de corrupção, os autores consideram, tomando como base indicativa dos sentimentos as notas atribuídas aos partidos pelos eleitores, que “mesmo em seus piores momentos” o PT esteve em melhor situação frente a seu principal adversário.

Assim, como já mencionado, também para os pesquisadores é a partir de 2014 que, além da queda nas declarações de preferência, há um crescimento das manifestações de rejeição ao PT (*Ibidem*: 619), prenunciando o surgimento ou o aprofundamento do antipetismo que tomou vulto nos anos seguintes.

Investigando o perfil sociodemográfico desses eleitores antipetistas até o ano de 2014, os autores afirmam que

A idade foi uma variável relevante apenas em 2002: o antipetismo aumentava com a idade dos eleitores. Em 2006, 2010 e 2014, quanto maior a escolaridade dos eleitores, maior a chance de serem antipetistas. Em 2002, 2010 e 2014, a probabilidade de ser antipetista era maior entre os eleitores brancos do que entre os não brancos. O antipetismo diminuía entre os eleitores mais interessados na política, em 2002 e 2014 (Ribeiro; Carreirão e Borba, 2016: 620).

Limitando-se apenas ao ano de 2014, os pesquisadores analisaram também as atitudes políticas a partir das variáveis: “a preferência pela democracia, a adesão a ela, bem como as atitudes dos eleitores antipetistas perante o Estado (estatismo) e a igualdade (igualitarismo)” tendo como contraponto eleitores que não avaliam mal o PT.

Para as primeiras variáveis os autores encontraram que

No que diz respeito à “adesão à democracia”, [...] Não parece existir diferença, [...] entre antipetistas e eleitores que não apresentam sentimentos negativos por essa legenda. [...] As duas únicas variáveis que apresentaram efeitos significativos foram a idade e o interesse por política, nos dois modelos, porém com sentidos inversos. Enquanto a idade reduz a chance de adesão, o interesse aparece como um consistente impulsionador.

[...] cenário bastante semelhante é verificado no que diz respeito à “preferência pela democracia”. As variáveis relativas aos partidos continuam apresentando efeito estatisticamente irrelevante, enquanto o interesse por política se consolida como um bom preditor. Diferentemente do que ocorreu nos modelos anteriores, a idade agora deixa de ser relevante. Em síntese, considerando essas duas medidas clássicas de adesão à democracia, podemos concluir que o antipetismo não guarda relação direta com disposições subjetivas contrárias ou favoráveis a elas (Ribeiro; Carreirão e Borba, 2016: 621-622).

Semelhante resultado é verificado para a variável estatismo. Os autores acrescentam:

A única variável do modelo que se mostrou relevante foi o antipetismo; mais especificamente, eleitores antipetistas que se manifestam de maneira neutra em relação ao PSDB são menos estatistas do que os não antipetistas. (Ribeiro; Carreirão e Borba, 2016: 623).

Pela pesquisa fica claro que, pelo menos até 2014, não era possível delinear diferenças gritantes entre os eleitores que se definem como antipetistas e aqueles que não demonstravam relevante rejeição ao PT, evidenciando a complexidade deste tema.

A pesquisa de Ortellado e Solano (2016) também contribui para se pensar sobre este fenômeno político. Os pesquisadores se debruçam sobre duas das várias manifestações que ocorreram em diversas cidades do país ao longo dos meses antecedentes à votação do impedimento de Dilma Rousseff, que reivindicavam o impeachment, a renúncia ou o afastamento da presidente. Os autores realizaram a pesquisa, especificamente, na cidade de São Paulo, nos dias 12 de abril e 16 de agosto de 2015, buscando traçar uma interseção entre os interesses dos manifestantes e os dos grupos conservadores e liberais responsáveis pela convocação daquelas ações.

Essas manifestações, sob as lideranças dos movimentos “Vem Pra Rua” e “Brasil Livre”, representantes da “nova direita liberal e do neoconservadorismo”, mostravam, aparentemente, ter motivação antipetista, baseada em insatisfações exclusivamente relacionadas ao

governo federal e seu partido gestor, o que era reforçado pelos cartazes e faixas, nos quais as demais legendas partidárias foram poupadas.

Os pesquisadores partiram da hipótese de que a insatisfação estava dirigida a todo o sistema político e buscaram traçar similaridades entre as “Manifestações de Junho de 2013”, cujas pesquisas indicavam uma rejeição generalizada às instituições de representação, com aqueles de 2015, nos quais a presidente Dilma, o ex-presidente Lula, o PT e suas lideranças eram os alvos principais.

A pesquisa demonstrou que a corrupção era a razão mais evidente dos protestos, que demonstravam forte apoio à Lava-Jato e tinha no PT e no ex-presidente Lula os grandes símbolos de corrupção política. Nesse ponto, os autores afirmam que as lideranças dos protestos haviam declarado sua seletividade com relação a casos de corrupção envolvendo outros partidos. Ou seja, apenas os escândalos que envolvessem o PT tinham pauta nos protestos.

Os pesquisadores, então, se perguntaram se aquela seletividade se estenderia aos manifestantes e resolveram medir qual a percepção deles quanto ao envolvimento de políticos dos dois campos, situação e oposição, com corrupção.

[...] Neste caso, as variações foram bem maiores e algo surpreendentes. Cerca de 60% dos manifestantes não percebiam ou não sabiam do envolvimento de Aécio Neves e Geraldo Alckmin com corrupção, mas 77% acreditavam que o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, tinha envolvimento, embora não houvesse nenhuma suspeita que ligasse ele a qualquer escândalo de corrupção na imprensa. Acreditamos que a desconfiança deve-se à vinculação do prefeito ao PT (Ortellado e Solano, 2016: 175).

Mas, o resultado que, de fato, surpreendeu os pesquisadores foi o que mostra que a opinião dos manifestantes, no que concerne a direitos sociais fundamentais, divergia da dos convocadores. Isto é, apesar de se tratar de uma manifestação de viés antipetista, convocada por grupos declaradamente de orientação conservadora e liberal, cujas pautas incluem, por exemplo, Estado mínimo e privatizações, os participantes, no

entanto, demonstraram ter preocupação com a agenda de direitos sociais fundamentais.

Perguntamos aos manifestantes sua concordância com sentenças que defendiam a universalidade e a gratuidade de três serviços públicos: saúde, educação e transporte — os três serviços públicos que haviam aparecido mais frequentemente nas manifestações de junho de 2013. O grau de concordância foi muito alto. Cerca de 97% dos manifestantes concordava total ou parcialmente tanto com a universalidade, como com a gratuidade dos serviços públicos de saúde e educação, e mesmo a demanda por tarifa zero nos transportes públicos contava com a concordância total ou parcial de 50% dos manifestantes (Ortellado e Solano, 2016: 176-177).

Para os autores, os dados encontrados contrariam o “estereótipo do manifestante privilegiado e ressentido com o avanço social dos mais pobres”, colocando em xeque teorias fundamentadas nesta tese.

A pesquisa aponta, ainda, que o desgaste com a política e os políticos faz com que os manifestantes apresentem um grau de confiança nos movimentos convocadores superior àquele dedicado às instituições políticas, porque os identificam como ainda não “corrompidos” pelo sistema político, como acreditam ser, em especial, os movimentos de militâncias ligados ao PT ou a outros movimentos relacionados com o partido, como o “Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (MTST) ou o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST).

Assim, para os pesquisadores,

Na ausência de grupos progressistas desvinculados dos partidos políticos, para além do MPL, que fossem capazes de dar orientação e liderança para a indignação que foi despertada, os grupos liberais e conservadores se aproveitaram da oportunidade para moldar e explorar politicamente a insatisfação. (Ortellado e Solano, 2016: 178).

2.6 – Dezembro/2015 a Agosto/2016 - Impeachment de Dilma

O processo de impedimento da Presidente Dilma é instaurado em 2 de dezembro de 2015 quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acata e dá prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e da advogada Janaína Paschoal.

O cenário estava pronto, personagens e elementos estavam ali, dispostos, em cena: problemas econômicos, Lava-Jato a todo vapor, interesses políticos particulares, pressão popular e imprensa. Ou, ainda, conforme avalia Marcus Ianoni

[...] a coalizão do impeachment [*reuniu*] partidos, parlamentares, elites da burocracia pública do conjunto do aparato estatal e atores da sociedade civil, em especial os setores organizados e os agentes de mercado, incluindo, obviamente, a grande mídia oligopolizada (Ianoni, 2017: 143).

De fato, durante o processo de impeachment da Presidente, é a mídia que aparece, para diversos analistas, como colaboradora ativa no papel de fazer com que os elementos dados confluíssem para determinado desfecho.

Jesse Souza, por exemplo, que foi um dos críticos mais duros desse processo acusa que o “golpe reacionário” tinha como ponto de partida a inter-relação entre mídia

[...] – “como o braço dos endinheirados [...] – comandando e estimulando as manifestações de rua da fração mais conservadora da classe média, e a facção mais conservadora e corporativa da casta jurídica” (Souza, 2016: 122-123).

E, ainda que Ortellado e Solano (2016: 173), na pesquisa citada anteriormente, identifiquem um alto desprezo dos manifestantes por veículos como a *Folha de São Paulo* e a Rede Globo, não é possível, no entanto, conhecer o volume de pessoas, fora das manifestações, que acessa e/ou confia nesses canais de comunicação.

Ao analisar as capas dos jornais para esta dissertação, é flagrante o bombardeio que *O Globo*, por exemplo, vinha efetuando desde 2015 por

meio de manchetes e charges. Em 2 de outubro, por exemplo, a manchete de capa é “Dilma dará ministério a pau-mandado de Cunha”.

Em 2016, o desgaste da imagem de Dilma foi o foco preferido do jornal e os acontecimentos favoreciam. No dia 4 de março, a mando do juiz Sérgio Moro, o ex-presidente Lula é, coercitivamente, levado a depor. O episódio reacende a chama militante e estimula a resposta midiática.

Em 31 de março, a capa traz a manchete, “Sobram crimes, diz autora”, em referência à advogada Janaína Paschoal. Antes disso, a edição de 17 de março estampava, em letras grandes, e ocupando mais da metade da página, nada menos do que uma conversa telefônica entre Dilma e Lula, seletivamente vazada, sob a legenda: “Diálogo ameaça Dilma”. O referido diálogo termina com Lula se despedindo da presidente com um “Tchau, querida”, expressão que virou bordão de manifestantes pró-impeachment.

No dia 19 de março, embora a chamada de capa apresente a manchete “Aliados de Dilma e Lula fazem atos em todos os estados”, nesta edição, o editorial traz o seguinte título: “O impeachment é uma saída institucional para a crise”, deixando claro o posicionamento do jornal.

Quase um mês depois, no dia 17 de abril, a sociedade pôde testemunhar, pela televisão e pela internet, seis horas de sessão de votação nominal no plenário da Câmara, onde, com justificativas e dedicatórias, no mínimo, curiosas dos parlamentares, foi autorizada a abertura do processo de impeachment contra Dilma por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções.

No dia seguinte, a edição do *O Globo* estampa a manchete: “PERTO DO FIM. Por 367 votos, 25 a mais do que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma”.

Esses exemplos ilustram o posicionamento do jornal *O Globo* em enquadrar o impedimento de Dilma como solução para a crise econômica e política que o próprio veículo, ao longo do trajeto, havia ajudado a construir.

Já a *Folha de São Paulo*, assim como ocorreu na cobertura sobre a Operação Lava-Jato, manteve um posicionamento menos óbvio. Entre 2015 e 2016 o veículo optou por variar suas chamadas de capa, não insistindo, como *O Globo*, em enquadrar apenas a questão do impeachment.

De fato, a *Folha* buscou construir outra narrativa. Ainda que demonstrasse concordar com a necessidade do término da gestão Dilma, sinalizava que o caminho não devia ser por meio do impedimento, mas, sim, pela renúncia da presidente, como forma de poupar o país do desgaste e do trauma causados por um processo de impeachment (RODRIGUES, 2018).

No entanto, a edição do dia 14 de março, dia seguinte à manifestação em São Paulo pela queda de Dilma, a capa estampa uma foto de página inteira da Av. Paulista tomada pelos manifestantes sob a manchete: “ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA”.

A capa da edição de 2 de abril de 2016 não chama atenção para o impeachment, mas para prisões da Lava-Jato pelo “Petrolão”²⁹. Nela consta apenas uma pequena chamada sobre os protestos pró e contra Dilma, que diz que, neles, “’coxinhas’ são majoritários”. No entanto, o editorial dessa edição vem sob o título “Dilma Rousseff deve renunciar já para poupar o país do trauma do impeachment”, reforçando o posicionamento do jornal.

Em 25 de agosto, Dilma se defende no Senado e classifica o processo de impeachment como um golpe de estado. No dia 31 de agosto de 2016 o Congresso Nacional amanhece protegido por cercas. A polarização pró e anti Dilma atinge seu ápice. Um acalorado e irracional #ForaDilma *versus*

²⁹ Neologismo que faz referência à estatal Petrobras e criado pelos veículos de imprensa para nomear o escândalo de corrupção amplamente noticiado no Brasil e no exterior, onde partidos políticos e empresas desviaram bilhões de reais da estatal brasileira. O esquema veio à tona nas investigações da Operação Lava-Jato que, em 2016, cumpriu dezenas de mandados de busca, apreensão e de prisão preventiva e temporária.

#NãoVaiTerGolpe toma as ruas. Pessoas “uniformizadas” de vermelho de um lado e de verde e amarelo de outro se provocam e se enfrentam raivosamente.

Neste dia, a presidente tem seu mandato cassado em votação no plenário do Senado, porém, mantém o direito de exercer funções públicas, inclusive eletivas.

No dia 1º de setembro o jornal *O Globo*, que esteve tão empenhado no enfraquecimento da imagem de Dilma, mostra que já havia reposicionado suas lentes. A capa desta edição estampa em letras gigantes a manchete: “E AGORA, TEMER?” numa clara provocação ao presidente interino.

2.7 - Junho de 2016/2017 – “Fora Temer”

Um novo clamor nas ruas emerge após o afastamento da presidente Dilma, tendo como alvo, dessa vez, seu ex-vice, agora, presidente interino empossado Michel Temer (MDB).

Exatamente no dia seguinte ao impeachment de Dilma Rousseff, a população toma as ruas de diversas capitais e cidades do país protestando contra o governo, na ocasião, temporário. Mais tarde, se tornaria permanente.

Temer assume a Presidência em 31 de agosto e a partir de 1º de setembro os protestos nas ruas recomeçam. Em São Paulo, houve manifestação todos os dias desde a posse. Nas comemorações da Independência do Brasil, em 7 de setembro, houve manifestações nos 26 estados do Brasil e no Distrito Federal, pela queda de Michel Temer. A cidade de Salvador, por exemplo, contabilizou 100 mil pessoas nas ruas.

De fato, os protestos já haviam começado desde maio de 2016, depois da aprovação para abertura do processo de impeachment. As redes sociais foram tomadas pelas *hashtags* “ForaTemer” e “EleNão”. Nas ruas os gritos eram de “Fora Temer” e “Temer Golpista”.

Também os discursos de ódio permaneceram. Em 2016, eles não se restringiram à direita. Ambos os lados lançaram mão de seus arsenais de agressividade verbal. Nesse ano foi possível acessar nas redes ataques a Temer e à reputação de sua esposa, Michelle, assim como, antes, em 2015, foi possível acessar os xingamentos a Dilma Rousseff.

Nos protestos de rua, organizados principalmente por centrais sindicais e militâncias de esquerda, as motivações também eram heterogêneas. Alguns acusavam a ilegitimidade do impeachment, a falta de provas referentes às supostas pedaladas fiscais e denunciavam o que acreditavam ser um golpe parlamentar; outros reclamavam de ações de Temer, como a extinção dos Ministérios da Cultura, das Comunicações, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; outros, ainda, aproveitavam as manifestações para reeditar pautas reivindicadas nas “Manifestações de Junho de 2013”, que incluíam questões sociais, emancipatórias e identitárias.

O ponto mais consensual desses protestos, no entanto, era o desejo pela queda de Temer antes de 2018. O que não ocorreu. Michel Temer cumpriu o mandato até 31 de dezembro de 2018 quando, então, por eleição direta é eleito Jair Messias Bolsonaro, capitão reformado e representante da extrema-direita nacional.

Tabela 2.1:

Breve Cronologia de Ações populares entre Junho e Novembro/2013, consideradas como continuidade das “Manifestações de Junho”.³⁰

³⁰ Fonte: pesquisa nossa em jornais e levantamento realizado pela PUC-RJ sobre atos e publicações nas mídias impressa e digital.

DATA	OCORRÊNCIAS
06/Junho	- 1º Protesto em São Paulo organizado pelo MPL.
	- No Rio, “Protesto fecha a Presidente Vargas” (<i>O Globo</i>).
07/Junho	- 2º Protesto MPL: 15 manifestantes presos.
11/Junho	- 3º Protesto MPL em São Paulo: aproximadamente 12 mil manifestantes, ônibus depredados, mais de 20 manifestantes detidos.
13/Junho	- 4º protesto MPL em São Paulo: mais de 200 manifestantes detidos; início da violência policial. - <i>O Globo</i> : “PM de SP usa tropa de choque para conter protestos em escalada de violência”.
15/Junho	- A presidente Dilma é vaiada na abertura da Copa das Confederações.
16/Junho	- Protesto de repórteres contra a repressão policial (SP).
	- Pequeno protesto com cerca de 1.500 pessoas no entorno do Maracanã é reprimido.
17/Junho	- Protestos explodem em diversas capitais brasileiras, aproximadamente 65 mil pessoas em SP, 100 mil no Rio. Nesse dia houve ataque de manifestantes à Assembleia Legislativa (RJ). - Registro de protestos em frente ao Congresso Nacional. - <i>O Globo</i> , Caderno Rio: “Exército está de prontidão com 7.500 homens”.
18/Junho	- Capa <i>O Globo</i> : “A Batalha da Alerj”.
20/Junho	- Revogação do aumento das passagens em SP, mas população volta às ruas em diversas cidades. - Registro de conflito entre manifestantes e militantes de partidos de esquerda (PSOL, PSTU, PCB e PT). - Protesto no Rio reúne mais de 300 mil pessoas na Av. Pres. Vargas. Inicialmente pacífico, termina em grave confronto com a polícia. Estudantes são presos. - Nessa noite tem início, no Rio, o “Ocupa Cabral” — cerca de 30 pessoas acampam em frente à residência do governador.
21/Junho	- Dilma faz pronunciamento. - No Rio, diversos protestos são registrados. Capa do jornal <i>O Globo</i> em letras gigantes: “SEM CONTROLE: Em noite de novos conflitos, depredações e saques, Itamaraty e Prefeitura do Rio são atacados”.
22/Junho	- Mais protestos pelo país: BH mais de 60 mil pessoas vão às ruas. - Em Salvador há protesto antes do jogo da Copa das Confederações.
24/Junho	- Protestos continuam. Em Porto Alegre, 10 mil pessoas entram em confronto com a polícia. - No Rio, mil pessoas ocupam o centro da cidade. - Ainda no Rio, em represália à morte de um policial no dia 21, Bope faz incursão na favela da Maré e 10 pessoas são mortas.

25/Junho	- Moradores das comunidades da Rocinha e Vidigal, no Rio, descem para o asfalto para protestar. Sem confronto violento, marcham até a residência do governador Sérgio Cabral, no Leblon.
26/Junho	- Rio, São Paulo, Brasília, Belém e Recife registram manifestações. Em Belo Horizonte, mais de cem mil pessoas protestam, 26 são detidas e um manifestante cai de um viaduto e morre.
27/Junho	- Manifestações no Rio, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, Florianópolis e João Pessoa. Saldo termina com mais de 100 pessoas detidas. - Dissidentes do “Ocupa Cabral” se reúnem com governador no Palácio.
30/Junho	- Final da Copa das Confederações. Há bloqueio no entorno do Maracanã. - Manifestações em diversas capitais. O protesto “Todos ao RJ”, “Copa para quem?” termina em confronto.
02/Julho	- Ato ecumênico em homenagem às vítimas da Maré.
08/Julho	- Manifestação dos moradores da comunidade Santa Marta, em Botafogo, no Rio.
10/Julho	- Manifestação pela volta dos militares reúne menos de 100 pessoas na Av. Paulista. - Grande protesto “Fora Cabral” no Rio, próximo ao Palácio Guanabara. Violência em diversas ruas, confronto entre polícia e manifestantes, 49 pessoas são detidas.
11/Julho	- Duas manifestações no Rio: “Ato das Centrais Sindicais” e “Ocupa Guanabara”. Há conflito de Black Blocs com a polícia. - Durante protesto em São Paulo, grupo troca o nome da placa de sinalização da ponte Octávio Frias de Oliveira para “Ponte Vladimir Herzog”.
14/Julho	- Protesto bem-humorado em frente ao hotel Copacabana Palace por conta do casamento da filha de empresário dos transportes. Da sacada do hotel, primo da noiva arremessa um cinzeiro e fere um manifestante, que é hospitalizado. Este ato deflagra o conflito e a Tropa de Choque é acionada para dispersar os manifestantes. - O ajudante de pedreiro Amarildo de Souza desaparece depois de ter sido levado por policiais na Rocinha.
16/Julho	<i>O Globo</i> : “Governo do Rio admite excessos da polícia durante protestos”.
17/Julho	- Grande protesto no Leblon/RJ. Madrugada violenta no bairro, ação de Black Blocs. Lojas são depredadas e saqueadas. Sede da Globo é atacada. - Manifestantes seguem para o bairro de Ipanema e protestam em frente à residência do Secretário Estadual de Segurança Pública, José Beltrame.
19/Julho	- Capa <i>O Globo</i> : “Ministério Público e polícias se unem contra vandalismo. Após madrugada de medo, Zona Sul reclama de depredações e falta de ação da PM”. - Moradores da Rocinha fecham autoestrada em protesto por Amarildo. Site <i>O Globo</i> anuncia: “Protestos de moradores da Rocinha complica trânsito na Zona Sul”.
22/Julho	- Confrontos generalizados no bairro de Laranjeiras (RJ) e proximidades. Há confronto, ataques da polícia à imprensa e dois repórteres do “Mídia Ninja” são presos.
25/Julho	- Protesto em frente à casa do governador Sérgio Cabral.
26/Julho	- Manifestantes vão à praia de Copacabana e chegam próximo ao palco da “Jornada Mundial da Juventude”. - Em São Paulo, ato de Black Blocs em solidariedade aos cariocas reúne cerca de 300 pessoas. Bancos, cabines da polícia e carros de emissoras de TV foram atacados. A polícia apenas acompanhou o ato, sem interferir.

27/Julho	- “Marcha das Vadias” em Copacabana e Ipanema segue até a casa do governador Sérgio Cabral.
29/Julho	- Em Belo Horizonte, manifestantes ocupam gabinete do prefeito Marcio Lacerda.
30/Julho	- Novo ato de Black Blocs em São Paulo com depredação e confronto. Vinte manifestantes são detidos.
31/Julho	- Ato “MP, agora é a sua vez!” Primeiro grande ato cobrando ações do Ministério Público”. Manifestantes invadem a Câmara e são expulsos com violência.
01/Agosto	- Moradores da Rocinha fazem novo protesto por Amarildo e seguem até a casa do governador Sérgio Cabral.
06/Agosto	- Protesto contra o governador Geraldo Alckmin fecha a Av. Paulista.
07/Agosto	- Protesto em frente à sede Rede Globo no Jardim Botânico (RJ).
08/Agosto	- Manifestantes ocupam a Câmara em protesto contra a CPI dos Ônibus.
12/Agosto	- Professores estaduais ocupam o Palácio da Guanabara (RJ), são expulsos com violência e confronto se agrava com a chegada dos Black Blocs.
14/Agosto	- Novo protesto no Palácio Guanabara. Tamanha violência praticada por grupo de policiais militares do Choque que um delegado da Polícia Civil lhes dá voz de prisão. - Passeata de professores reúne 15 mil na Zona Sul do Rio. - Em São Paulo, passeata do MPL termina em confronto com a polícia.
15/Agosto	- Mais protesto no Centro do Rio. - Em Brasília, polícia fecha ruas que dão acesso à Câmara.
16/Agosto	- Capa <i>O Globo</i> : “200 param o Rio por sete horas”.
17/Agosto	- Protestos em frente à casa do prefeito Eduardo Paes no Alto da Boa Vista.
18/Agosto	- Passeata de professores em greve em Copacabana.
19/Agosto	- Protesto “Fora Cabral e a Farsa Eleitoral”.
22/Agosto	- “Ato contra o genocídio negro”, no Rio, sai da Rocinha e vai até à casa do Secretário Estadual de Segurança Pública José Beltrame.
23/Agosto	- Funcionários da Secretaria Estadual do Governo, mesmo em horário de trabalho, participam da manifestação a favor da CPI dos Ônibus. Houve pancadaria e exoneração de funcionários.
26/Agosto	- No Rio, protesto contra a privatização do Maracanã.
27/Agosto	- Ato “Fora Cabral”, no Rio, termina em confronto violento com a polícia nos bairros de Laranjeiras e Lapa. Polícia adota nova arma que marca manifestantes com tinta e passam a não relatar para onde os detidos são levados.
30/Agosto	- Ato “Dia Nacional das Lutas” na Av. Rio Branco (RJ). - Protestos em sete capitais contra o poder midiático da Rede Globo. Manifestantes arremessam fezes na sede da emissora em SP. - Mais uma vez, a ponte Otávio Frias é rebatizada de ponte “Vladimir Herzog”.
31/Agosto	- <i>O Globo</i> publica artigo no qual faz um suposto <i>mea culpa</i> pela posição do jornal durante e após o Golpe de 64.
03/Setembro	- 1º Grande Baile de Máscaras pelo livre direito à manifestação, na Cinelândia, RJ.
04/Setembro	- “Grande Ato dos #Arrebetados”. - Protesto contra o BRT fecha Av. das Américas, na Barra, RJ.

	- Tropa de Choque expulsa professores que ocupavam Secretaria de Educação (RJ).
06/Setembro	- No Rio, ato pela liberdade dos Black Blocs presos.
07/Setembro	- Em ato no bairro de Laranjeiras, sede do Governo do Estado, clara violação de direitos, manifestantes são aleatoriamente selecionados para detenção pela PM e 47 pessoas são detidas.
12/Setembro	- Manifestantes ocupam a escadaria da Câmara de Vereadores do Rio.
20/Setembro	- Manifestação de professores fecha rua no Centro (RJ).
21/Setembro	- No Rio, ato “Baile de Máscaras” em Laranjeiras. Grupo invade Palácio cantando marchinhas de Carnaval. Ato em repúdio ao PL que criminaliza o uso de máscaras em manifestação no estado.
25/Setembro	- Ato em frente à Alerj termina com oito pessoas detidas.
26/Setembro	- Professores do Rio ocupam a Câmara Municipal.
30/Setembro	- Ato contra o “massacre da educação” pelo Estado do Rio de Janeiro.
01/Octubro	- Greve de professores no Rio completa 46 dias.
04/Octubro	- Grande manifestação de professores na Cinelândia (RJ).
07/Octubro	- Ato de professores no Centro do Rio, polícia fala em 10 mil pessoas, Sepe em 50 mil e <i>Mídia Ninja</i> em 500 mil. Há violência no final.
09/Octubro	- Manifestação de professores no Centro do Rio.
15/Octubro	- 208 pessoas são detidas em cerco da polícia na Cinelândia, no centro do Rio. Um jovem é baleado e 70 são presos. - Retirada do “Ocupa Câmara”.
16/Octubro	- “Ato contra terrorismo de Estado”, Cinelândia (RJ).
17/Octubro	- Protestos de estudantes da PUC-RJ fecha Lagoa-Barra. - Capa <i>O Globo</i> : “Crime e Castigo. Lei mais dura leva 70 vândalos para presídio”.
23/Octubro	- Ato pela liberdade de manifestação no IFCS-Rio (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais). - Protesto do MPL em SP.
24/Octubro	- Protesto do MPL em SP.
25/Octubro	- Fim da greve dos professores. - Ato dos educadores contra a Rede Globo e a manipulação midiática. - Mais de 100 pessoas presas em São Paulo em ato contra o transporte público.
30/Octubro	- No Rio, ato “Ocupa Leblon” é retomado com manifestantes acampados em frente à casa do governador Cabral.
05/Novembro	- Manifestação na Candelária (RJ).
07/Novembro	- Dois ativistas permanecem acorrentados em frente à Câmara dos Vereadores do Rio pela libertação de companheiros presos em manifestação.

2.8 – Revisando Manifestações e Desdobramentos

Este item teve como objetivo contextualizar as “Manifestações de Junho de 2013”, características, atores e sequência de eventos sociais e

políticos que se apresentam como cenário no qual se investiga os temas do capítulo a seguir.

Nele vimos que essas manifestações foram massivamente convocadas pelas redes sociais virtuais e que, dado o vulto e a agilidade do fenômeno, mostraram a efetivação da Internet como o novo meio de comunicação e interação social.

A multiplicidade de demandas presentes nos eventos demonstrou não apenas insatisfações sociais e políticas diversas, mas, também, de um lado, a diversidade dos perfis dos participantes e, de outro, a própria heterogeneidade que reside na base de nossa tradição político-ideológica, que abriga tanto tendências fortemente conservadoras quanto progressistas e/ou emancipatórias, em um antagonismo conflitante e longo, que se reproduziu nas ruas e nas redes no período estudado.

Pelo levantamento das capas dos jornais analisados se pode confirmar a tendência inicial contrária às “Jornadas de Junho”, bem como a postura parcial adotada pelos veículos com relação aos eventos políticos posteriores às Manifestações.

No entanto, foi possível verificar que há certo grau de reciprocidade e influência entre o evento e veículos de imprensa, na medida em que se percebe que, ainda que a mídia parta de uma opinião inicial sobre o evento e passe a difundi-la para a população em suas narrativas, ela também é afetada pelo fluxo dos acontecimentos e, assim, começa a alterar enquadramentos e agendas.

Dessa forma, se a informação veiculada sobre o evento, por meio de discursos e imagens, é capaz de influenciar a opinião da audiência, por outro lado, os canais de comunicação, em função da dinâmica dos acontecimentos, também são, muitas vezes, influenciados e forçados a mudar suas diretrizes, no entanto, nunca em prejuízo das corporações.

No que se refere às razões na base das “Manifestações de Junho”, não há um consenso por parte dos pesquisadores, mas, acredita-se que estejam relacionadas diretamente com questões de classe de um lado, com

políticas sociais petistas que proporcionaram alguma mobilidade para estratos sociais mais baixos e, de outro, com a insatisfação desses estratos em não conseguir manter o *status* adquirido.

A mesma indefinição se dá em relação ao legado deixado pelas “Jornadas”. Não há um ponto de acordo e, para alguns, ainda levará muito tempo para que se tenha o distanciamento histórico necessário que possibilite analisar as transformações decorrentes do fenômeno e os legados efetivamente deixados por ele.

Entretanto, alguns já podem ser relacionados. Um deles, positivo, é, claramente, a retomada na ideia do direito à cidade, de ocupação dos espaços públicos como arena das ações políticas o que, por sua vez, demonstra a recuperação, antes, dos sujeitos sociais como atores políticos. As “Manifestações de Junho”, com seu viés heterogêneo, possibilitaram a construção da crença em um espaço público não delimitado, ou seja, aberto às diferentes reivindicações e bandeiras.

Por outro lado, ainda que não possam ser acusadas como responsáveis por toda sorte de acontecimentos testemunhados no cotidiano político nacional após os eventos, as Manifestações, com certeza, contribuíram para uma aceleração e antecipação daquelas decorrências, na medida em que fomentaram a instauração de um ambiente de instabilidade política.

Com o acirramento dos problemas políticos e também econômicos, houve uma cisão no corpo social, gerando uma polarização na sociedade que passa a utilizar os espaços públicos para protestos antagônicos, produzindo arenas de confrontos de ódio. É nesse contexto que se situa o aprofundamento do antipetismo.

A despeito dessa polarização, no entanto, pesquisa realizada com manifestantes de eventos pró-impeachment da presidente Dilma, organizados por representantes da “nova direita liberal e do neoconservadorismo” revelou que, embora os participantes se apresentassem como de direita e antipetistas, um percentual bastante

elevado declara defender políticas de direitos sociais fundamentais e de redução da desigualdade.

Esse aspecto, além de demonstrar a complexidade do quadro social e político, vem reforçar a percepção daqueles que acreditam em um desgaste das categorias duais “esquerda” e “direita” como conceito, considerando que elas, embora demarquem um antagonismo ideológico ainda presente, já não são mais capazes de dar conta da complexidade das demandas sociais e políticas da contemporaneidade nas quais a diversidade se impõe.

Verificou-se mais uma vez que, ao longo dos acontecimentos políticos, a mídia impressa exerce papel relevante, uma vez que os enquadramentos escolhidos demonstraram claramente tanto o posicionamento dos veículos, que reflete interesses econômicos e corporativos, quanto o nível de influência que exercem, não apenas na opinião pública em geral, mas sobre os atores na arena dos acontecimentos.

A imprensa ajudou a construir e a fortalecer a percepção de uma crise política ou de representação que contribuiu com o desgaste da imagem do governo, já mergulhado em diversas denúncias; com a queda de popularidade da presidente Dilma, e, por fim, colaborou para definir os contornos dos eventos ao longo dos anos pesquisados, em um momento no qual o tecido social encontrava-se esgarçado, havendo, portanto, um campo fértil para o aprofundamento das polaridades.

Dessa forma, é possível concluir que as “Manifestações de Junho de 2013” proporcionaram uma quebra no cotidiano que explicitou uma instabilidade política que, mais tarde, se efetivaria em uma ruptura social. As “Jornadas de Junho” demarcam, portanto, um antes e um depois, que, ainda que continuidades sejam observadas, prevalecem a divergência e a mudança.

CAPÍTULO III

NOVAS SOCIABILIDADES E CONFLITOS NAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO

3.1 - Internet, Web, Ciberespaço - O Novo Lugar das Interações Sociais

Ao fim do século XX presenciamos o início de uma mudança que marcará para sempre a história da humanidade, um caminho que parece não ter volta. A internet surge rompendo o monopólio discursivo antes existente. A um só tempo, aproxima e afasta, informa e desinforma, constrói e desconstrói os vínculos sociais.

Para Castells,

[...] a internet é — e será ainda mais — o meio de comunicação e de relação essencial sobre o qual se baseia uma nova forma de sociedade que nós já vivemos (2006: 255).

Como tecnologia resultante do processo contínuo de transformações modernas e de desenvolvimento, a internet funda a sociedade da informação na qual uma comunicação mediada por computadores e por meio de inúmeras comunidades virtuais (CASTELLS, 1999) vai estabelecer uma nova ordem de relacionamentos sociais. Castells, citando Raymond Barglow (1994: 6) ³¹, diz que

A mudança histórica das tecnologias mecânicas para as tecnologias da informação ajuda a subverter as noções de soberania e autossuficiência que serviam de âncora ideológica à identidade individual desde que os filósofos

³¹ **BARGLOW**, Raymond. *The Crisis of the Self in the Age of Information: Computers, Dolphins and Dreams* (Critical Psychology) Ed. Routledge, Michigan University, 1994.

gregos elaboraram o conceito, há mais de dois milênios (1999: 40).

Assim, não apenas as relações interpessoais, agora virtuais, evidenciam transformações, mas também a construção de identidades e sociabilidades frente à mudança contextual no modo de acesso à informação e mobilização de conteúdos, ideias e opiniões, em um quadro que coloca questões sociológicas mais amplas.

Para Jesús Martín-Barbero,

[...] o que os processos e práticas de comunicação coletiva colocam em jogo não são apenas deslocamentos de capital e inovações tecnológicas, mas profundas transformações na cultura cotidiana da maioria: mudanças que trazem à tona camadas profundas da memória coletiva, ao mesmo tempo que mobilizam imaginários fragmentadores e desistoricizantes da experiência, a desterritorialização acelerada das fronteiras culturais — moderno/tradicional, nobre/vulgar, culto/popular/massivo, próprio/estrangeiro — e hibridizações desconcertantes nas identidades³² (1993: 59, *tradução nossa*).

Nesse quadro, também a construção de valores políticos e, mesmo, de ações políticas fica intimamente relacionada com a emergência das novas tecnologias e ferramentas proporcionadas pela internet, que multiplica os focos de enunciação de modo a revolucionar os meios de comunicação e a própria forma de gestão e formação das ações individuais e coletivas, bem como dos movimentos sociais.

Revoluciona, sobretudo, os modelos de participação cidadã implicando, muitas vezes, uma ressignificação de padrões ideológicos,

³² [...] los procesos y las prácticas de comunicación colectiva ponen en juego no son únicamente desplazamientos del capital e innovaciones tecnológicas, sino profundas transformaciones en la cultura cotidiana de las mayorías: cambios que sacan a flote estratos profundos de la memoria colectiva, al tiempo que movilizan imaginarios fragmentadores y deshistorizadores de la experiencia, la acelerada desterritorialización de las demarcaciones culturales —moderno/tradicional, noble/vulgar, culto/popular/ masivo, propio/ajeno— y desconcertantes hibridaciones en las identidades (MARTÍN-BARBERO, 1993: 59).

partidários e de posicionamento político-eleitoral, na medida em que oferece uma gama de informações diferenciadas, ainda que a legitimidade dessas possa ser questionada.

No campo dos movimentos sociais, por exemplo, se, antes, neles se tinha a base das manifestações de rua (SCHERER-WARREN, 2014; ABREU; LEITE, 2016), agora se depara com um quadro no qual as pessoas não precisam, sequer, se encontrar presencialmente para interagir e exercer papéis de liderança. Surge um novo espaço público de deliberação.

Esse aspecto de esfera pública abre espaço para narrativas mais plurais e favorece a promoção de debates, mesmo que antagônicos, em especial em países como o Brasil, conforme apontado por Pereira,

Em países do Sul, onde sociedades plurais possuem grandes desigualdades econômicas e sociais, tendencialmente a esfera pública será dominada por grupos mais privilegiados. Desta forma, torna-se fundamental que esferas públicas distintas existam, de forma a permitir que grupos sociais e cidadãos autônomos possam se confrontar democraticamente e, assim, influenciar a opinião pública. Estes fluxos comunicativos deverão atingir os espaços institucionais de decisão de forma a transformarem estas opiniões em decisões autoritativas (2008: 94).

Dessa forma, é de essencial importância o surgimento e/ou a construção de espaços públicos alternativos nos quais os cidadãos possam se expressar de maneira autônoma, confrontarem-se de forma democrática e que permitam uma comunicação mais ampla, capaz de cooptar apoio popular, alcançar espaços institucionais de decisão e pressionar por mudanças (FRASER, 1990).

Assim, os ciberespaços podem inserir-se na categoria de uma nova esfera pública deliberativa, já que, como ressalta Fraser, embora

[...] o ideal de paridade participativa não seja totalmente realizável, ele é mais aproximado por arranjos que permitem a contestação entre uma pluralidade de públicos

concorrentes do que por uma única esfera pública abrangente³³ (1990: 68. *Tradução nossa*).

Entretanto, como todas as grandes invenções que, em última instância, estão sempre submetidas à gestão humana, também a internet apresenta aspectos positivos e sombrios.

Se a democracia e a inclusão social possibilitam a multiplicidade de manifestações dentro da esfera pública, expandindo assim a atuação de novos atores e reverberando questões sociais antes fora do debate público, por outro lado, o sombrio, parece ser impossível controlar a veracidade dos conteúdos e narrativas veiculadas no imenso e veloz fluxo de informação e de opinião, mais ainda a interpretação e a utilização que cada sujeito ou grupo fará dos conteúdos que acessam.

Manuel Castells, que vem desenvolvendo uma literatura relevante no campo das análises sobre novas tecnologias e seus efeitos sociais, econômicos e políticos, afirma que,

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (1999: 26).

A tecnologia da informação, ampliando, por meio das redes sem fio (Wi-Fi), a possibilidade de acesso via telefonia móvel a todas as formas de interação que a internet oferece — Facebook, YouTube, WhatsApp, LinkedIn, Instagram, Twitter, FB Messenger, Wechat, Snapchat, para citar apenas algumas das mais utilizadas no Brasil —, potencializou a

³³ “[...] the ideal of participatory parity is not entirely feasible, it is more approximated by arrangements that allow the contestation between a plurality of competing audiences than by a single comprehensive public sphere”. (Fraser, 1990: 68).

velocidade da circulação da informação e abreviou as distâncias entre seus usuários.

A internet oferta ainda blogs, sites e plataformas de relacionamento, Wikis, sites de compartilhamento de vídeos, músicas e imagens como 4shared e Kazaa, por exemplo, entre dezenas (talvez centenas) de formatos e possibilidades de comunicação e compartilhamento e rede, quase todos acessíveis via celular.

Essa “entrada em cena” da telefonia móvel, com dispositivos repletos de possibilidades interativas, operacionais e de entretenimento, criados para manter seus usuários em constante conexão, comunicação e compartilhamento de quase tudo o que acontece ao redor, em tempo real, e com requinte de detalhamento capaz de proporcionar ao interlocutor quase a mesma vivência que aquela experimentada pelo emissor, cria espaço para uma interferência dos sujeitos na realidade, já que se apresentam como

[...] modos de compartilhamento que intervêm na forma de dar significado ao mundo, uma vez que nesse caso o exercício cotidiano de “fazer sentido é orientado para os *outros*” (Santos; Cypriano, 2014: 66. *Aspas e grifo dos autores*).

Nesse contexto de novos modos de comunicação vão surgir também novas formas de representação, de construção narrativa e/ou discursiva; novos tipos de conflitos relacionais e, de forma relevante, um novo padrão de relacionamento com as instâncias do poder.

Boaventura de Souza Santos (1999) afirma que com os novos meios de informação e comunicação emergem novas formas do social que são produzidas pelo processo de globalização e apresentam diversas dimensões, as quais podem ser assim resumidas: além das classes sociais, outras direções na produção da organização social foram criadas; diversos modos de representação e mediação política despontam aquém e além dos partidos; multiplicaram-se as formas de organização dos grupos sociais para além dos interesses socioprofissionais; a crise do Estado suscita

formas de constituição e fortalecimento do tecido social pelos grupos que estruturam, de modo antagônico, seus objetivos pessoais e se movimentam por diferentes acordos de sociabilidade; o Estado cede lugar para a sociedade civil, tanto na articulação como nas formas supraestatais, quanto pelo exercício de diversas redes de poder entre os atores sociais.

As “Manifestações de Junho de 2013” se inserem nesse âmbito de transformações e possibilidades, demonstrando como a mudança no modo como as manifestações de rua se organizaram ali e, a partir de então, como os novos atores surgidos do ágil fluxo opinativo proporcionado pelas relações virtuais e pelo fenômeno “viralizar” na internet confirmam que as formas de comunicação e de interação pessoal sofreram mudanças decisivas.

3.2- Comunicação e Novos Modos de Informar

A comunicação, termo originário do latim “tornar comum”, compreende a transmissão de uma mensagem de um ator a outro, por meio de uma fórmula clássica composta por três elementos: um emissor (produtor), uma mensagem ou informação (produto) e um receptor.

Tecnicamente, comunicar consiste na emissão, por um emissor, de uma mensagem ou informação, a um receptor que, ao decodificar a mensagem, produz um saber comum, ao menos entre os atores dessa troca.³⁴

A decodificação da mensagem, por sua vez, está atrelada à interpretação do receptor, que tem como filtro suas construções e relações sociais e culturais: sua visão de mundo, valores, crenças e ideologias.

Já a informação é um conjunto de dados ou conhecimentos que, organizado, produz um saber. Mas também é produzida por e a partir de

³⁴ Ver: **SOUSA**, Jorge Pedro. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª. Edição revista e ampliada. Porto, 2006, 823p.; **MORAIS**, Dênis de (Org.). *Sociedade Mídia*. Ed. Mauad, Rio de Janeiro, 2018.

um saber e por relações de poder. Assim, a produção de informação está diretamente apensada às relações, ações e políticas socialmente construídas e, então, ao produzi-la, pode-se reproduzir as relações de poder e desigualdade instauradas na sociedade.³⁵

Pode-se dizer, *grosso modo*, que a comunicação é um sistema, um mecanismo, e a informação um produto. Mas não um produto qualquer. A informação, tal qual o conhecimento, tornou-se um capital e, como tal, é alvo de interesses e disputas. A comunicação é, então, o espaço de poder de veiculação deste capital.

Castells entende que o poder reside nas mentes, onde, para ele, as relações acontecem. Assim,

A comunicação ocorre ativando mentes para compartilhar significados. A mente é um processo de criação e manipulação de imagens mentais (visuais ou não) no cérebro. As ideias podem ser vistas como configurações de imagens mentais³⁶ (2009: 191. *Tradução nossa*).

Nesse modelo, a função primordial da comunicação seria a mediação das relações entre mentes em uma sociedade que é construída no espaço da comunicação. Assim, atuando mediante a influência das mentes, a comunicação seria outra forma de controle de poder, diferenciando-se dos métodos de manutenção do poder por meio da coerção pela violência.

Esse preâmbulo breve visa contextualizar a complexidade posta no ato de comunicar e de informar, dar a dimensão e a amplitude dessa complexidade quando os elementos da comunicação são multiplicados, ou seja, quando uma pluralidade de emissores, mensagens/informações e

³⁵ Ver: **GÓMEZ**, Maria Nélide González de. “Informação, Conhecimento e Poder: Do Ponto de Vista das Relações Entre Política, Economia e Linguagem”. In: Maria Lucia Maciel e Sarita Albagli (orgs.). *Informação, Conhecimento e Poder: mudança tecnológica e inovação social*. Rio de Janeiro, Garamond, 2011. 332p.

³⁶ “La comunicación se produce activando las mentes para compartir significado. La mente es un proceso de creación y manipulación de imágenes mentales (visuales o no) en el cerebro. Las ideas pueden verse como configuraciones de imágenes mentales” (CASTELLS, 2009: 191).

receptores estão em interação de forma veloz e simultânea como ocorre na comunicação praticada nos/pelos novos formatos digitais.

As tecnologias da comunicação, nas últimas décadas, transformaram o que se conhecia como modos de produção, distribuição e consumo da informação. A disseminação das mídias digitais e das redes interativas de comunicação estabeleceu novo modo de acesso à informação e, conseqüentemente, alterou os processos de mediação como anteriormente conhecidos.

[...] não afirmo que os meios de comunicação detêm o poder. Isso seria muito simplista. Os meios de comunicação, incluindo não apenas os meios tradicionais de comunicação, mas o conjunto de dispositivos de comunicação, ou seja, as redes horizontais de internet, telefones e plataformas móveis, são ainda mais importantes. Eles não detêm o poder, mas são o espaço onde se joga o poder, onde se constrói o poder a partir de interesses, a partir de estratégias, dos diferentes atores sociais (Castells, 2013b: Conferência em São Paulo).

Nesse contexto, ainda para Castells, mais importante do que o que é dito, ou seja, a informação veiculada seria a presença dos sujeitos — e suas falas — nos meios de comunicação, já que o que não está neles, não existe e, dessa forma, o poder não estaria mais na capacidade de bloqueio à informação propriamente, mas de bloqueio ao acesso aos e à ocupação dos espaços de comunicação pelos sujeitos.

Os meios de comunicação eletrônicos, ao ampliarem os campos mais vastos dos meios de comunicação tradicionais, transformaram também o campo de mediação de “massas” ao oferecer novos recursos para a construção de narrativas, representação e interação, tornando as atividades humanas cada vez mais dependentes da tecnologia e, portanto, susceptíveis a vulnerabilidades e efeitos.

Na medida em que a comunicação é também uma representação — linguística, imagética e simbólica — da realidade ou das construções sociais, ajudando a (re)produzir cultura e percepção coletiva, a combinação dos meios de comunicação de massa e dos meios tecnológicos,

informatizados com o crescimento das redes virtuais de interação, modifica não apenas o cotidiano, mas, sobretudo, a forma como os indivíduos percebem o mundo, seus sujeitos e a si mesmos.

A comunicação (os meios) contemporânea torna-se assim um instrumento decisivo de socialização, formação de pensamento e comportamentos que interferem, ou influenciam, na percepção e no entendimento coletivos. Desse modo, a comunicação passa a ser percebida como um quadro cotidiano de composição e manifestação dos imaginários.

Como mais uma consequência das transformações da modernidade — tardia —, as novas tecnologias de informação e comunicação passam também a aprofundar uma característica típica da modernidade que é a relação espaço-tempo (BAUMAN, 1998; 1999^a, 1999^b, 2001; GIDDENS, 1991; SANTOS, 2002; BERMAN, 2007). Quanto maior o grau de modernização, maior a compressão (ou supressão) tempo/espaço em cada experiência vivida. Como alerta Bauman, em todas as obras citadas, as conexões tornam-se mais líquidas, assim como o tempo social, acentuando os conflitos sociais.

Estudos sobre os ciberespaços e a cibercultura reforçam essa percepção. André Lemos, por exemplo, diz que

Conectar-se ao ciberespaço significa ainda, mesmo que simbolicamente, a passagem da modernidade (onde o espaço é esculpido pelo tempo) à pós-modernidade (onde o tempo comprime o espaço); de um social marcado pelo indivíduo autônomo e isolado ao coletivo tribal e digital (2002: 141-142).

No caso específico das interações virtuais, esse aspecto vai alterar a aceção de presença e mobilidade graças ao sentido de não-fronteira, — geográfica, cultural e até hierárquica — proporcionado por essa comunicação tecnológica contemporânea, mostrando-se como mais um elemento dessa nova forma de socialização.

Por outro lado, Pierre Lévy (1999) vai questionar esse tratamento dado às tecnologias como um “ator autônomo”, apartado da sociedade e

que coloca os indivíduos como seres passivos fustigados por um agente exterior.

Lévy sustenta o oposto, dizendo que os componentes tecnológicos são “uma parte material e artificial dos fenômenos humanos” (*Op. Cit.:* 19).

As atividades humanas abrangem, de maneira indissolúvel, interações entre: pessoas vivas e pensantes; entidades materiais naturais e artificiais; ideias e representações.

É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida e ao mundo (*Ibidem, idem*).

Essa argumentação vai ao encontro daquela, no âmbito da sociabilidade, que debate se o surgimento da internet teria ocasionado uma passividade nos sujeitos frente à informação veiculada e, ainda, sobre se ela responderia pelo crescimento do isolamento social em função da diminuição da relação face a face. Castells esclarece:

Sabemos, pelos estudos em diferentes sociedades, que a maior parte das vezes os utilizadores de Internet são mais sociáveis, têm mais amigos e contactos e são social e politicamente mais activos do que os não utilizadores. Além disso, quanto mais usam a Internet, mais se envolvem, simultaneamente, em interacções, face a face, em todos os domínios das suas vidas. Da mesma maneira, as novas formas de comunicação sem fios, desde o telefone móvel aos SMS, o WiFi e o WiMax, fazem aumentar substancialmente a sociabilidade, particularmente nos grupos mais jovens da população. A sociedade em rede é uma sociedade hipersocial, não uma sociedade de isolamento (2005: 23).

Também nessa linha, Martín-Barbero (1997) vai criticar a abordagem que vê na comunicação um processo no qual o receptor é passivo. Para ele, ainda que os meios (de comunicação) tenham competência para estabelecer significação e situação, a significação de uma mensagem pode adquirir outro sentido quando apropriada pelo receptor. Assim, o receptor é intensamente ativo. No entanto, isso não o isenta de manipulação ou direcionamentos, que também podem ser

relativamente ativos. Entende-se, a partir de Martín-Barbero, que a comunicação é ativa tanto quanto a recepção que também pode ser crítica.

Castells, todavia, acrescenta que, apesar da sociedade de rede se mostrar “hipersocial”, houve uma mudança enorme na sociabilidade, mas não decorrente da internet ou das novas tecnologias de comunicação, mas, sim, do surgimento do “individualismo em rede”, espelho do individualismo como cultura social contemporânea e ao qual as novas tecnologias se adaptam com perfeição, ao proporcionarem “sociabilidades em redes de comunicação autosseletivas”. Assim, “a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos em rede” (2005: 23).

O autor diz ainda que, como a política depende amplamente do “espaço público da comunicação em sociedade”, vai haver transformação no processo político em razão das características da cultura da “virtualidade real”. É, então, no espaço da comunicação que o comportamento político e as opiniões políticas são formados.

Nesse sentido, entendendo as novas tecnologias de comunicação também como a emergência de uma nova esfera pública e olhando para a utilização que dela foi feita pelos atores no episódio das “Manifestações de Junho de 2013”, é possível perceber que a internet e suas interfaces funcionaram, naquele episódio, como um espaço de socialização política.

No *Dicionário da Política*, que teve entre seus organizadores, Norberto Bobbio, percebemos que a expressão socialização política

[...] indica um conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições. Tendências, emoções, atitudes perante os vários objetos da política, aptidões cognitivas e expressivas necessárias ao agir político, tudo isso é, portanto, considerado como resultado de um processo de formação-aprendizagem social que, embora se estenda por todo o decurso da vida, tanto quanto qualquer outro processo similar, passa, todavia, por etapas especialmente significativas, influências particulares, momentos de aceleração e momentos de afrouxamento (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2010: 1202).

Considerando a participação majoritariamente juvenil das “Manifestações de Junho de 2013”, conforme indicado na pesquisa de Singer (2013), já citada, pode-se depreender que, não obstante o grande volume de universitários, quase a totalidade dos jovens ali presentes estavam tomando contato, pela primeira vez, com o político, com o fazer político e com a sua própria identidade política frente às questões ali colocadas.

Essa percepção é compartilhada, até mesmo, por alguns movimentos que participaram das “Manifestações de Junho de 2013”, que consideram que, mesmo não havendo condição de controlar o curso dos acontecimentos e o processo de luta, esses movimentos

[...] desempenharam seu papel em aguçar e atualizar as “massas” de pessoas que começavam a atuar como cidadãos, promovendo redes de solidariedade e de luta política (Abreu; Leite, 2016: 21).

As “Manifestações de Junho” e os eventos posteriores a ela mostraram à sociedade brasileira a relevância da internet e seu poder de comunicação. Porém, como já mencionado, não é possível o controle, nem do que é produzido e disseminado pela internet e suas interfaces, tampouco da interpretação e da utilização que os sujeitos farão dos conteúdos acessados. As redes virtuais de relacionamento, os fóruns de debates, os blogs e comentários dos veículos de mídia impressos e *on-line* se tornam campo de disputas de sentidos e significados.

É nesse contexto de produção e disseminação da informação que surge o fenômeno das *fake news*. Não se pretende aqui aprofundar assunto tão amplo e polêmico e que, por sua importância e complexidade, encontra já bastante literatura. No entanto, ao se falar de comunicação e, sobretudo, de informação, não é possível negligenciar o fenômeno das *fake news*.

Ao contrário do que pode parecer, as *fake news* de novo não têm nada, a não ser o nome e a forma de propagação ou a potência de *impulsionamento* que a internet oferece. Para alguns autores, as *fake news* contemporâneas nos colocam em uma nova era de “pós-verdade”, já que

“Os humanos sempre viveram na pós-verdade. O *Homo sapiens* é uma espécie da pós-verdade, cujo poder depende de criar ficções e acreditar nelas” (HARARI, 2018: 289-290).

Harari prossegue:

Diz-se que Josef Goebbels, o maestro da propaganda nazista, e talvez o mais realizado mago da mídia da era moderna, explicou seu método sucintamente declarando que “uma mentira dita uma vez continua uma mentira, mas uma mentira dita mil vezes torna-se verdade”. Em *Mein Kampf*, Hitler escreveu que “a mais brilhante técnica de propaganda não vai ter sucesso a menos que se leve sempre em conta um princípio fundamental — ela tem de se limitar a alguns pontos e repeti-los sem parar” (2018: 294).

A literatura que trata do tema das *fake news*, majoritariamente norte-americana, busca traçar uma delimitação conceitual e de características do fenômeno pontuando, *grosso modo*, três recortes: um refere-se a artigos de notícia, que são intencionalmente falsos, mas que, embora possam ludibriar os leitores, são capazes de verificação; outro viés foca no sentido da dubiedade da informação, em especial no campo político (campo que se mostra o mais fértil), onde o objetivo é o da desinformação como forma de obter vantagens; e, uma terceira corrente que vai diferenciar as *fake news* que são óbvias na sua falsidade, como as sátiras e os “*memes*”, por exemplo, daquelas nas quais o fundamento factual não é claro, produzindo “incerteza sobre a veracidade” do conteúdo e cujas formas de verificação são igualmente incertas (DELMAZO; VALENTE, 2018).

Todas essas formas encontram um terreno fecundo nas plataformas de relacionamento virtual da internet, que possibilitam uma circulação extremamente rápida dos falsos conteúdos e um volumoso alcance, otimizando a multiplicação do contato de pessoas com a (des)informação, o que de certo modo confirma a argumentação dos alemães, citados acima, por Harari.

As *fake news* tornaram-se, de fato, um grande problema quando se percebeu sua capacidade de influência sobre os sistemas políticos e os processos eleitorais. No Brasil, por exemplo, elas contribuíram

imensamente para acirrar a polarização política iniciada em 2014 e que perdura ainda hoje.

Embora a desigualdade no Brasil também esteja presente no âmbito das novas tecnologias de comunicação, e possa, por isso, levar a uma suposição errada sobre o quantitativo de pessoas que tomariam contato com as informações/desinformações, cabe considerar que a massificação do acesso à internet é um fato, ainda que recente.

Segundo PNAD da Teleco³⁷, em 2014, mais da metade dos brasileiros (54,4%) tinham acesso à internet por computador e pelo menos 80% por celular. Em 2018, mais de 70% da população no Brasil têm acesso à internet por computador.

Por outro lado, o crescimento do hábito de consumir notícia via sites e redes sociais incrementou a competição entre os veículos digitais e tradicionais de mídia e, nesse quadro, a existência das *fake news* vai fomentar também uma crise de confiança, ou de credibilidade, nos canais convencionais de comunicação (DELMAZO; VALENTE, 2018).

Pela seriedade do tema, o debate em torno das *fake news* se dá tanto no que concerne ao conjunto de mecanismos que possibilita a sua eficácia, e que tem a ver com regras legais de controle, algoritmos, limite nas formas de disseminação, quanto no que tange ao campo social, no qual se coloca em pauta, especialmente nos Estados Unidos, a complexa questão da liberdade de expressão, de um lado, e dos limites do seu exercício, de outro.

Qualquer discussão que envolva os temas liberdade e verdade se mostra polêmica e complexa. Assim, parece haver pela frente um longo caminho de debates sobre as *fake news*. Mas, fato é que, concordando com

³⁷ TELECO é um portal de Inteligência em Telecomunicação, fundado em 2002 por um grupo de profissionais da área e se tornou uma fonte de referência do mercado, tecnologia e regulamentação do Brasil e da América Latina.
Ver: <http://www.teleco.com.br/pnad.asp>

Harari, “a verdade nunca teve papel de destaque na agenda do *Homo sapiens*”. E a história é testemunha.

3.2.2- Redes Sociais e Novas Sociabilidades

É consenso que a utilização da internet mudou seu caráter de instrumental para relacional. Como ambiente de interação, proporcionou o advento das “redes sociais”, nas quais a participação dos usuários acontece a partir de um sistema de estímulo aos compartilhamentos e às trocas entre os integrantes, ou seja, um “sistema que incita a colaboração de quem quer que esteja disponível para entrar em interação com outros por intermédio da plataforma” (SANTOS; CYPRIANO, 2014: 64) como forma de potencializar a eficácia da conectividade.

Como fenômeno, as redes sociais vêm inspirando diversos estudos que buscam aprofundar o entendimento sobre os seus componentes, em um âmbito que engloba a análise de elementos como o tipo de conexão e de distribuição; os softwares e segmentos gerados; ligações e fluxos de informação; graus de agrupamento e de coesão, entre muitos outros que vão evidenciar sua complexidade.

De modo geral, os estudos se dividem entre aqueles cujo foco se dá na questão estrutural, seus mecanismos e funcionamento, e aqueles que buscam enfatizar o caráter relacional do fenômeno, por meio da investigação dos padrões de interação ali estabelecidos, no qual os atores e as interações recebem atenção privilegiada, como ocorre no estudo de Inês Amaral, no qual ela afirma que

[...] os laços entre os indivíduos são canais através dos quais circulam determinados recursos. Assim sendo, os actores e acções são interpretados como interdependentes. Os dados em análise nesta metodologia são de ordem relacional (ligações entre os agentes) mas, com frequência, são combinados com elementos de ordem atributiva (propriedades dos agentes, individuais ou colectivas). Num primeiro momento, importa compreender quais as variáveis a estudar e as suas relações, com vista a revelar

a estrutura do grupo e a analisar a sua dinâmica (2016: 108)

Assim, a “relação é considerada a unidade básica de análise em uma rede social” (Recuero, 2009:191). No entanto, embora o termo “redes sociais” pareça ter uma significação una, para Sonia Aguiar (2007) ele é comumente utilizado de forma indistinta para designar diferentes formatos e modos relacionais que se estabelecem neste campo.

Para a autora, a complexidade das “redes sociais” repousaria tanto na sua capacidade de abrangência, que expande limites culturais e/ou geográficos, quanto nos tipos de formas de interações em rede que elas possibilitam, do ponto de vista da emissão e do compartilhamento ou distribuição da informação, se centralizada ou horizontalizada, por exemplo. Aguiar sugere quatro metáforas para esses formatos, que ajudam a compreender o fluxo de distribuição de informação entre “os nós e os graus de intercomunicação ou interações entre eles” (2007: 5).

A primeira dessas metáforas tem como modelo a “árvore”. Nela, a informação parte de uma “raiz” e vai se disseminar por meio de “ramos” até o limite em que houver poda, ou, então, segue se desdobrando de forma indefinida, enquanto agrega outros integrantes. Esse modelo seguiria o “princípio da comunicação de um para muitos”, como o que ocorre nas redes de telerrádiodifusão (*Idem*).

Outra metáfora é denominada “malha ou trama” e seu conceito se assemelha às conexões simétricas de uma rede de pesca, que supõe relações de comunicação e fluxos de informação em distâncias equivalentes. Nesse modo, “as mensagens fluem por “contágio”, de nó em nó ou cadeias pessoa-a-pessoa, como na propagação de boatos [...] e na propaganda boca-em-boca” (*Idem*). Essa forma de disseminação tem como característica a imprevisibilidade de sua dinâmica, tanto no que se refere à origem da informação quanto ao tempo que ela ficará circulando. “É tipicamente o modelo da comunicação viral” (*Idem*).

Teia é a terceira metáfora apresentada pela autora e se refere aos modelos de relação que se desenvolvem em formato radial, partindo de uma liderança ou coordenação, “de um centro irradiador” que centraliza a distribuição da mensagem “de qualquer nó para todos os nós da rede”.

Esse modelo, segundo Aguiar

Embora pressuponha uma relação horizontal, não hierárquica, entre os nós, não há comunicação direta entre eles; qualquer mensagem tem que ser enviada a um nó central (uma máquina ou uma pessoa), que a distribui para todos os demais (comunicação de todos para um, um para todos), mas não para um ou alguns nós específicos (comunicação seletiva). A teia pressupõe uma certa homogeneidade ou equivalência entre os participantes, em termos de conhecimentos, recursos, interesses e/ou objetivos compartilhados; é o modelo mais utilizado nas redes organizacionais e interorganizacionais (incluindo as de ONGs e movimentos sociais) e nas listas de discussão (2007: 6).

A teia, assim, costuma apresentar um tema comum que tende a delimitar os integrantes que buscam manter sob controle a dinâmica dos fluxos de informações. Porém, ainda para a autora, quanto maior a quantidade de participantes com acesso ao envio de mensagens e comentários — “réplicas e tréplicas” — menor será a capacidade de prever e/ou controlar a dinâmica de compartilhamento.

Por fim, a quarta metáfora é o rizoma, que tem como característica a multidirecionalidade, ou seja,

[...] o fluxo de informações pode partir de qualquer ponto, ou de vários, e qualquer pessoa pode enviar mensagens para quem quiser, ou para todos, simultaneamente (2007: 7).

A autora diz que o rizoma tenta ser capaz de lidar com uma pluralidade de relações de comunicação não simétricas, que partem simultaneamente de diversos pontos e cujos fluxos de compartilhamento não têm centralidade e nem regularidade “no tempo e no espaço”, não sendo possível a identificação de um centro único de geração da informação ou mensagem.

Nessa metáfora, os nós e vínculos são heterogêneos e as “relações e sentidos” se estabelecem de maneira muito variada, com uma dinâmica bastante fragmentada, mas que, no entanto, não prejudica o fluxo geral da comunicação.

Um rizoma é tipicamente a configuração das conexões interpessoais estabelecidas na vida cotidiana e via Internet. Ou seja, é a representação do padrão mais complexo de rede, de dinâmica imprevisível (Aguiar, *Op. Cit.*: 6-7).

As metáforas se apresentam, então, como estruturas dentro desse ambiente virtual, às quais estão associadas dinâmicas complexas relacionadas com o desenvolvimento dos fluxos no espaço-tempo e para as quais podem ser consideradas quatro perspectivas principais: (i) o modelo de fluxo das mensagens/informações entre os nós (que está relacionado com as metáforas); (ii) o ritmo — contínuo ou descontínuo, regular ou sazonal — das interconexões e do próprio fluxo de informação; (iii) o nível de frequência e de qualidade de participação dos membros da rede e, (iv) os efeitos dessa participação sobre os demais integrantes e sobre a manutenção do fluxo da rede como todo.

Também os integrantes das redes têm classificação. *Grosso modo*, podem ser definidos entre aqueles que mais comumente costumam tomar a iniciativa da comunicação e que mantêm o hábito de “alimentar” a rede com informações importantes com maior frequência, que são denominados “nós ativos”. Desse grupo costumam sair os “líderes de opinião”, os influenciadores, capazes de inspirar comportamentos de parte ou de todos os participantes de sua rede.

O membro que recebe o maior fluxo de mensagens, caso de moderadores ou coordenadores, é chamado “nó focal” e há, ainda, os “isolados”, que acompanham as interações e os fluxos, mas, raramente, interagem na comunicação. A essas categorias, ou grupos, correspondem, ainda, vários subgrupos.

Como é possível perceber, o sistema de relações interpessoais virtuais parece reproduzir, ao menos em parte, a complexidade estrutural e de dinâmica daquelas estabelecidas nas relações pessoais no mundo real.

Por essa possibilidade comparativa entre o virtual e o real é que Breno Fontes e Sabina Stelzig (2004), estudando como se constroem os círculos sociais ou como se estruturam os “processos de sociabilidade” no âmbito das redes sociais, vão apontar que no campo das Ciências Sociais a “rede social” é empregada como uma ferramenta de análise que possibilita reconstruir processos de interação entre indivíduos e grupos a partir dos vínculos interpessoais criados no cotidiano.

Dessa forma, a ideia de rede, mais que um mecanismo metodológico de investigação dos meios de interação, passa a ser “um conceito central para a compreensão dos processos estruturadores da sociedade” (FONTES; STELZIG, 2004: 58), tornando-se o ponto inicial para a compreensão dos eventos que subjazem a própria organização social.

Haveria, nesse caso, a noção de uma via de mão dupla, de um intercâmbio de conhecimento: o estudo das redes sociais virtuais fomentaria a compreensão sobre as interações na sociedade e vice-versa.

Assim, nesses estudos, o ponto crucial de análise vai se deslocar do indivíduo ou da estrutura para as “posições concretas dos indivíduos e das organizações em uma determinada sociedade segundo os padrões de estruturação das redes em que estão inseridos” (*Ibidem, idem*: 58).

Fontes e Stelzig, citando Wellman (1983)³⁸, acrescentam, ainda, que

A análise de redes sociais parte do princípio de que o problema central dos estudos sociológicos é a noção de estrutura. Coloca-se maior ênfase na análise dos condicionantes estruturais da ação. O caminho mais direto para o estudo da estrutura social é a análise dos padrões de laços que ligam as pessoas. A análise de redes busca as estruturas profundas de sociabilidade — padrões regulares

³⁸ Os autores referem-se a: **WELLMAN**, Barry. Network Analysis: Some Basic Principles. In: _____ (ed.) Sociological Theory. 1983 p. 155-200.

de redes — existentes por baixo dos sistemas sociais (2004: 58-59).

Esse viés, que mistura agência e estrutura, e no qual “os atores sociais (indivíduos, organizações)” (*Ibidem*: 59) são compreendidos a partir de sua interposição em uma estrutura de rede social, buscaria descrever os padrões ali encontrados como forma de entender como os comportamentos podem ser condicionados e como eles podem influenciar mudanças sociais.

Então, se de fato é possível traçar uma analogia entre o modelo de interações sociais reais e virtuais, pode-se talvez na tentativa de compreensão da sociabilidade ou dos laços sociais que são construídos nas redes, acrescentar as óticas, tanto de autores que se debruçaram sobre a questão da coesão social e da solidariedade por via da interação e da intersubjetividade (GOFFMAN, 2011; 2012), quanto pelos que abordaram a “sociação” pelo viés do conflito, que é um componente inerente às interações sociais (SIMMEL, 1983).

Erving Goffman é um dos mais preeminentes pensadores do Interacionismo Simbólico, corrente teórica nascida na pragmatista Escola de Chicago, nas décadas de 1930 e 1940, da qual também saíram autores como George Mead, considerado o precursor do movimento, Herbert Blummer, que criou o termo, e Howard Becker, famoso por seus trabalhos em sociologia do desvio ou sobre *outsiders*, para citar alguns.

Os interacionistas vão argumentar que para compreender de forma ampla o processo social é necessário que o observador se aproprie dos *significados* que são experimentados pelos participantes em um determinado contexto.

Goffman, particularmente, entendia o mundo social como sendo uma rede de intersubjetividades resultante de ações trocadas entre os indivíduos.

Estas ações adquirem sentido porque os atores sociais compartilham do *significado dos sinais* trocados na interação. Mais ainda, tais significados podem ser

entendidos compondo uma rede de sentimentos compartilhados na forma de compreensão e expectativas em comum. Há interação, portanto, porque todos os atores envolvidos compartilham os significados dos sinais/códigos (gestos, palavras — conscientes ou não) (SANTOS; COELHO, 2015: 2).

Goffman afirma, ainda, que em uma interação

[...] a definição da situação projetada por um determinado participante é parte integral de uma projeção alimentada e mantida pela íntima cooperação de mais de um participante (2011: 76).

Havendo para isso uma espécie de “consenso operacional” ou “concordância superficial” entre os participantes da interação em favorecer o caráter coletivo ao invés do pessoal.

Os participantes, em conjunto, contribuem para uma única definição geral da situação, que implica não tanto um acordo real sobre o que existe, mas, antes, num acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas. Haverá também um acordo real quanto à conveniência de se evitar um conflito aberto de definições da situação. Referir-me-ei a este nível de acordo como um “consenso operacional” (2011: 19).

Esta afirmação parece contrariar tudo que se tem testemunhado nos últimos anos nos quais a ocorrência cada vez mais crescente de embates inflamados e vaidosos nas redes sociais virtuais tem demonstrado a prevalência do pessoal sobre o coletivo, com integrantes querendo impor suas verdades aos outros como se fossem únicas e definitivas, em discussões agressivas, que desconsideram seus efeitos sobre os demais participantes. Nesse caso, ou as formulações de Goffman não nos servem para pensar as redes virtuais, ou, estas não reproduzem as formas de interações do mundo real.

Fontes e Stelzig indicam que a rede social posiciona os atores em um ambiente social que lhes permite a construção de “trajetórias biográficas particularizadas” que decorrem de seu lugar na estrutura social

(real) e de suas vivências (2004: 2). Essa particularidade favorece ao enaltecimento do eu.

As redes sociais virtuais, assim, se apresentam como um lugar que possibilita a construção e a apresentação de um “self”. O “self” que se queira (se escolha) construir e apresentar. São, assim, espaços públicos de representação de identidades e individualidades em uma lógica próxima a da que Goffman (2011) chamou de “gerenciamento da impressão” (*impression management*). Em outras palavras, os ambientes das redes sociais digitais permitem ao usuário a construção da imagem de um “eu” (ou vários) que lhe agrade, possibilitando, ainda, o gerenciamento da impressão que ele quer que essa imagem, este “eu”, cause nas outras pessoas.

Recuero também associa as proposições de Goffman com as análises sobre as interações nas redes. Para ela, essas “representações do self”

têm características semelhantes àquelas explicitadas por Goffman (1967) em sua construção. Elas referenciam indivíduos que interagem através da CMC [*Conversações Mediadas por Computador*]. São cuidadosamente montadas como espaços pessoalizados, que trazem impressões construídas para dar uma ou outra impressão na possível audiência, através de pequenas pistas. É uma reinscrição de elementos que são característicos dos indivíduos no ciberespaço (2012: 7. *Excerto em grifo nosso*).

Recuero (2012) vai chamar a atenção, também, para a multiplicidade de perfis que se estabelece em diversas plataformas como uma das questões básicas das redes sociais virtuais. Para a autora, a construção de múltiplas identidades sociais refletiria as muitas dimensões da vida de uma mesma pessoa nas redes.

Também nessa linha, Cynthia Correa, analisando a sociabilidade no ciberespaço pela lógica da identificação entre os atores, complementa que

[...] as ferramentas tecnológicas disponíveis também permitem que a pessoa crie outra identidade para poder se relacionar, sua imagem pode ser determinada pelo nome que ela adota em um *Chat*, seu apelido ou *nickname*, ou

pela personagem (avatar) que ela escolhe para representar nos ambientes virtuais (2006: 5).

Nesse quadro, pode-se supor que a possibilidade de certo grau de anonimato do sujeito “real”, favoreça tanto a ocorrência de conflitos, quanto certa despreocupação com cuidados com o coletivo, já que permite um comportamento menos cordial por parte dos sujeitos incógnitos. Além disso, há um distanciamento que proporciona laços mais frágeis.

[...] a mediação pelo computador traz aspectos importantes para a relação social, como o distanciamento entre as pessoas envolvidas na construção dessa relação pode alterar a forma através da qual ela é estabelecida. Esse distanciamento proporciona, por exemplo, anonimato sob muitas formas, já que a relação entre o corpo físico e a personalidade do ator já não é imediatamente dada a conhecer. Logo, é mais fácil iniciar e terminar relações, pois muitas vezes, elas não envolvem o “eu” físico do ator (Recuero, 2009: 37).

No que tange ao desenvolvimento de laços sociais fortes e fracos, Mark S. Granovetter, em seu artigo *The Strength of Weak Ties* (1973), procede a uma análise e discussão sobre a formação e importância dessas conexões. Para ele,

A força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) de quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e trocas recíprocas que caracterizam o laço³⁹ (1973: 1361. *Tradução nossa*).

Desse prisma, a formação de laços fortes estaria condicionada à proximidade e à intimidade estabelecida entre os atores, em um quadro no qual existira a intenção recíproca, por parte desses agentes, em gerar e

³⁹ The strength of a bond is a (probably linear) combination of the amount of time, emotional intensity, intimacy (mutual trust) and the reciprocal services that characterize the bond (GRANOVETTER, 1973: 1361).

sustentar a conexão entre eles. São laços estruturalmente mais bem constituídos, mais sólidos. Enquanto que, por sua vez, os laços fracos caracterizam-se por relações mais difusas.

Obviamente esses conceitos não pretendem ser deterministas ou engessados, reduzindo os laços sociais a dois atributos estáticos. Há, é claro, em todas as relações uma dinâmica capaz de estabelecer mudança de níveis de fraco e de forte entre as conexões, em diferentes momentos, de acordo com o tempo investido ou a quantidade de interações. Isso ocorre tanto na vida real quanto na virtual.

Porém, como o campo virtual oferece a possibilidade de um quantitativo ilimitado de conexões, é legítimo supor que grande parte dos laços construídos ali tenha um viés mais fraco, já que parece impossível que um indivíduo dê conta de sustentar, em quantidade de tempo, interação, intensidade emocional e intimidade, a qualidade (força) do laço com tantas conexões.

Por outro lado, a maioria dos ambientes virtuais se estabelece como comunidades de agrupamento comum, nas quais os sujeitos se aglutinam por afinidade de interesses, o que tende a formar bolhas nas quais os conteúdos veiculados são, em geral, percebidos ou interpretados, senão da mesma forma por todos os integrantes, pelo menos, de maneira bastante similar, constituindo-se, assim, de atores que se aproximam por semelhanças, em uma característica denominada “homofilia” (RECUERO, 2009).

Sob esse recorte, poderia se encaixar a concepção de Goffman sobre uma espécie de consenso tácito que, no caso das redes (reais), permitiria uma interação social facilitada pelo engajamento voluntário dos participantes em prol do coletivo, ou no sentido de contornar ou reduzir situações de conflito. Isso também nos leva a Georg Simmel (1983).

Se as relações virtuais reproduzem, em alguma medida, a estrutura e as dinâmicas das relações do mundo real, então parece coerente que elas reproduzam, também, conflitos e disputas, que envolvem choques de

interesses e tensões entre os atores, numa lógica competitiva que se repete desde os primórdios da existência humana, só que, agora, com novo formato ou em um novo espaço.

Por sua perenidade, o conflito tem sido estudado pela Sociologia, que apresenta uma extensa gama de interpretações e de literatura que visa a compreender e explicar o funcionamento desse elemento na lógica do sistema social. De Karl Marx (2010), para quem a base do conflito estaria em certo determinismo estrutural e pouco apoiado na intencionalidade dos atores, e Max Weber (1986), que, ao contrário, entendia a luta ou conflito como uma forma de interação entre os indivíduos, um elemento inerente à ação social e orientado por uma intenção da vontade do(s) sujeito(s), até Simmel, que vai defender que o conflito é uma forma de “sociação”, sendo, portanto, mais do que um componente da interação social, o elemento capaz de promover importantes transformações nas interações sociais.

É corrente a noção, de senso comum, de que o conflito está sempre associado a aspectos violentos e negativos. A interpretação de Simmel vai na contramão desse senso. Para ele, haveria no conflito outra dimensão, uma natureza positiva que é a capacidade de produzir transformações e resultados, sendo, portanto, um elemento socialmente construtivo.

O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes [...]. Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação — a antitética e a convergente — são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. [...] O conflito contém algo de positivo (Simmel, 1983: 123).

Em Simmel, o conflito seria, ele próprio, uma força motora, um propulsor de mudança social na medida em que os resultados dos confrontos por ele causados são novas formas e modelagens de reorganização do quadro social. Seria, também, uma negação da unidade, no sentido da construção de um espaço para o embate entre o singular e o desigual das partes que constituem a “sociação”.

O conflito passa a ser, assim, a negação da unidade e a sociedade entendida como formada por forças de atração e repulsão e é isso que tornaria a vida possível nas grandes cidades e até mesmo nos sistemas de castas hindus. A sociedade é um resultado de elementos desiguais.

No autor, as discordâncias não são vistas como deficiências ou lacunas. Nesse sentido, hostilidades podem ser vistas como um modo de preservação dos limites de um mesmo grupo. Até mesmo a antipatia teria uma função social, por ser uma forma preliminar de antagonismo que engendra distâncias, por exemplo. Assim sendo, o antagonismo que poderia ser visto como elemento de dissociação é tido como uma das “formas mais elementares de socialização” (1983: 128).

Para Simmel, longe de ser uma recusa à sociabilidade, o conflito é uma das mais vívidas formas de interação social: “Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. O conflito é uma forma de sociação” (*Op. Cit.*: 122). A sociabilidade teria como uma de suas características “um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação que deriva disso” (*Ibidem*: 168).

Nesse novo contexto tecnológico contemporâneo, a sociabilidade se refere tanto às formas processuais de interação, e, nesse sentido as novas tecnologias contribuem com diferentes ofertas de interação, como, correio eletrônico, chats de conversas, *fanpages*, comunidades virtuais, por exemplo, quanto a questões subjetivas, referentes à forma com que os sujeitos percebem a comunicação e criam identidades e laços próprios para essa interação.

No âmbito complexo e de infinitas possibilidades como o dos ciberespaços, as redes de relacionamento ganham destaque porque permitem a construção de “comunidades” ou, para alguns autores, “agregações” (CORREA, 2006; RHEINGOLD, 1998) nas quais os sujeitos encontram um lugar de pertencimento, onde a identificação com os assuntos pautados pelos integrantes promove a aproximação. Cynthia Correa indica que, nesses casos a

[...] motivação é afetiva, subjetiva, é o estar-junto que é relevante. Essa possibilidade de se integrar a grupos sociais pelo sistema de afinidades da lógica da identificação é o que a diferencia do modelo tradicional de atribuição de identidades culturais, como o caso da identidade nacional, em que todo um povo se vê obrigado a aderir a determinados símbolos nacionais, a cantar o hino nas escolas quando criança, a manter vínculos a lugares e a datas comemorativas, por exemplo. No ambiente virtual, a pessoa escolhe qual comunidade quer fazer parte, sendo a principal motivação o seu interesse particular em um ou mais assuntos em que percebe uma identificação e encontra pessoas com quem possa compartilhar ideias e discutir publicamente (2006: 5).

Correa acrescenta que o ciberespaço otimiza a criação de relacionamentos sociais delimitados ao redor de interesses comuns, permitindo a conexão entre pessoas que, talvez, jamais tivessem se conhecido ou tido a chance de se encontrar pessoalmente, graças à “ausência de uma base territorial fixa”, o que, para a autora, deixaria evidente que “o que liga o indivíduo ao outro na socialidade virtual é o mecanismo de identificação, a afinidade, o sentir em comum, a experiência vivida coletivamente” (*Ibidem*: 6).

Conforme o tempo de existência de uma comunidade virtual, ela ganha uma identidade própria e desenvolve uma linguagem específica entre os participantes, que fortalece a comunhão e os elos afetivos que são construídos com base em um pensamento comum (TARDIVO e BIZELLI, 2012: 6).

Isso confirma, em parte, o que Goffman pontua como o compartilhamento de significados, neste caso, não apenas os temas de interesses comuns, que promovem a identificação e, por fim, o agrupamento, mas, também, os códigos e signos instituídos para o funcionamento das interações naquela rede, que possui regras próprias.

Por outro lado, ao olhar para o nosso objeto de análise — “Manifestações de 2013” e desdobramentos políticos — percebe-se como essa estrutura de sociabilidade pode ter ajudado a promover o aprofundamento das diferenças e da polaridade social, na medida em que

essa nova forma relacional, que permite aos sujeitos selecionar o seu campo de interação social, tanto pode significar a construção de espaços para o embate entre projetos sociais antagônicos quanto se mostrar um mecanismo significativamente excludente.

Analisando as páginas de alguns atores intervenientes nas “Manifestações de 2013” e nos desdobramentos posteriores, como a do MBL e do “Vem pra Rua”, por exemplo, percebe-se que, mais do que a construção de uma comunidade por aproximação de ideias e valores, há a produção de um espaço propício para o fomento ao ódio e à exclusão do diferente, do pensamento diverso, na medida em que ali não há espaço para receber, democraticamente, o contraditório. Todos pensam igualmente e se regozijam com postagens e comentários que representam suas próprias versões de mundo e, nas páginas que permitem a interação de participantes que pensam de maneira diversa e explicitam suas opiniões, observa-se um rechaço coletivo e extremamente agressivo em retorno.

Obviamente, a vida não virtual também oferece aos sujeitos a possibilidade de escolha de suas redes de relacionamento. No entanto, há limites. Em ambientes escolares ou de trabalho, por exemplo, os indivíduos são submetidos ao contato interpessoal com uma diversidade de pessoas, ideias, valores e comportamentos, o que, do ponto de vista da socialização, é extremamente rico.

Embora nesses novos espaços comunitários possam ser encontrados todos os sentimentos inerentes às relações sociais, como identificação, solidariedade, memória coletiva e até conflito, já que comporta opiniões contraditórias (CORREA, *Op. Cit.*), parece evidente que, ao se escolher o âmbito de debates que se deseja manter, excluindo a possibilidade do contato com grupos cujas visões de mundo, formas de vida e comportamentos são diversos, cria-se uma espécie de bolha, uma realidade paralela.

Recuero (2009; 2012) aponta que a liberdade característica do espaço *on-line* propicia a aproximação entre grupos diversos, ou

“heterófilos”, o que facilita a emergência de novas formas de conflito e violência discursiva.

Assim, observando a evidência de espaços construídos pela aproximação de semelhantes, nos quais os sujeitos interagem por via da identificação com e do compartilhamento de ideias e valores análogos, em oposição com os conteúdos agressivos ali veiculados, pode-se afirmar a existência de um “diálogo” conflitivo entre grupos/comunidades/espaços virtuais que atuam como identidades coletivas.

Não obstante a escassez de trabalhos que versem sobre um possível comportamento agressivo-excludente por setores da esquerda no âmbito das redes sociais virtuais, verificando-se diversas páginas de espectro esquerdista⁴⁰ criadas entre 2014 e 2016, é possível dizer que nelas ocorre o mesmo que foi verificado nas páginas dos grupos conservadores citados acima: a prática de postagens de tom agressivo, *memes* e termos chulos e muitas *fake news*, só que em via ideológica contrária.

Assim, percebe-se que há nesse âmbito pelo menos duas linhas de interação. Uma de caráter fechado e seletivo, entre indivíduos que se assemelham e se escolhem entre si, convidando e/ou aceitando convites de adição, como ocorre em contas individuais no Facebook e no Instagram, por exemplo, e outra de viés público, como páginas não individuais, compostas por pessoas que, embora não se conheçam antecipadamente, compartilham ideais e valores, mas, nas quais qualquer indivíduo pode entrar e interagir, o que amplia o caráter antagônico.

Nesse campo “dialógico”, também a imprensa tradicional, ocupando os ciberespaços, toma partido, explorando massivamente a divulgação de

⁴⁰ Sites de esquerda, criados entre 2014 e 2016, que utilizam as plataformas YouTube; Twitter, Facebook e outras. Foram pesquisadas apenas as páginas no Facebook.

<https://www.facebook.com/Falandoverdades.com.br/>

<https://www.facebook.com/duploexpresso/>

<https://www.facebook.com/PlantaBrasil.net/>

<https://www.facebook.com/MilitantesPetistasApp>

falas ou comportamentos de personalidades políticas, como ocorreu com Gleisi Hoffmann e Marilena Chaui, para citar dois exemplos.⁴¹ Com esse tipo de contribuição, o jornalismo interage nas redes, fomentando conflitos já existentes.

É nesse clima que seguem os embates entre “coxinhas” e “petralhas” ou “mortadelas”⁴², desde 2014. Quase todo indivíduo brasileiro que tenha acesso à internet e frequente comunidades virtuais tem algum relato para contar sobre amizades rompidas, brigas com familiares, grupos virtuais desfeitos em razão do desgaste causado pelos confrontos político-ideológicos e morais ocorridos nos últimos anos.

Nesses casos, parece que o conflito que se estabelece contradiz a visão construtiva de Simmel, pelo menos no que tange ao momento presente, já que a abordagem otimista do autor parece ancorar o foco no futuro, ou seja, no pós-conflito, nas transformações causadas por ele que podem vir a ser positivas, sob alguma ótica.

Se, como afirma Bobbio (2002), o preconceito nasce em razão das diferenças entre os sujeitos e as opiniões defendidas por cada um, sendo um juízo de valor sem base objetiva e que se expressa por meio da intolerância, podendo envolver questões étnicas, de classe, nacionalidade, modos sociais, como forma de vestir ou falar, é possível também afirmar

⁴¹ Ver, por exemplo: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/marilena-chaui-vira-motivo-de-chacota-uma-vez-mais-ao-afirmar-que-moro-foi-treinado-pelo-fbi/>; <https://istoe.com.br/o-olhar-obtuso-da-professora-chaui/>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1951041-petistas-minimizam-declaracao-de-gleisi-sobre-matar-gente.shtml>.

⁴² Os termos são alcunhas de origem popular, criados para designar, pejorativamente, partidários de direita e esquerda. “Coxinha” tem origem paulistana e foi usada originalmente para nominar integrantes de uma alta classe média, supostamente polida nos hábitos, “arrumadinha” e de posturas política e moral conservadoras. “Petralha” refere-se a simpatizantes, militantes e dirigentes do PT — Partido dos Trabalhadores. Trata-se da junção da sigla do partido PT com “metralhas”, referência aos “Irmãos Metralhas”, ladrões dos quadrinhos da Disney. Já “mortadela” refere-se tanto ao PT quanto à esquerda em geral e tem origem no “pão com mortadela”, lanche de baixo custo comumente oferecido aos militantes em eventos promovidos pelo PT.

que essa nova forma seletiva de se socializar aprofunde a produção de preconceitos.

Ademais, como já dito, nos ciberespaços,

O anonimato também é mais uma questão recorrente e que serviu de fomento para o exercício do discurso do ódio, pois estimula uma realidade de impunidade, tendo em vista a dificuldade de efetivamente se descobrir num curto espaço de tempo a real identidade de quem produziu algum insulto considerado como exercício do discurso do ódio. [...] Nas redes sociais as condutas preconceituosas e discriminatórias encontram terreno fértil para o seu desenvolvimento. Aliás, é justamente o preconceito a característica uma desses crimes de ódio (Lobo, 2018: 40).

Fica claro que há um paradoxo, pelo menos no campo da política. De um lado, as novas tecnologias de comunicação em rede ampliam a possibilidade de construção de esferas públicas de expressão, abrindo espaço para exposição de falas e atores que, anteriormente, não encontravam espaço algum. Porém, de outro, permite também a criação de bolhas nas quais a cultura de valorização de um pensamento único, de uma única forma de viver e interpretar o mundo, a vida, se apresenta como elemento extremamente desagregador.

No âmbito da política essa característica antagonista “do político” e a aceitação do elemento conflituoso, ou de um “pluralismo agonístico”⁴³, presente nas relações sociais se coloca como indispensável para o desenvolvimento ou fortalecimento da democracia (MOUFFE, 2005). Porém, convém reiterar que, uma coisa é o conflito colocado pelo embate entre ideias antagônicas cujo propósito visa à construção de uma terceira via que seja capaz de contemplar as diferenças. Outra, muito diversa, é a criação de espaços que estimulam a formação de comunidades apartadas

⁴³ “Por ‘o político’ refiro-me à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais” (MOUFFE, Chantal, 2005: 20).

do conjunto da sociedade, que visam à produção de pensamentos, narrativas e visões de mundo exclusivistas, inflexíveis e, até, despóticas.

Mas, se as redes sociais virtuais propiciam relações competitivas e conflituosas, elas, de forma dicotômica, também se oferecem como espaços de cooperação, que é um dos elementos do processo formador das estruturas sociais. Por isso é possível observar a cooperação proporcionada pelas interações na rede que resultou na estruturação das “Manifestações de Junho de 2013” e, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, os discursos e comportamentos competitivos e conflituosos presentes nos desdobramentos seguintes.

Cooperação, competição e conflito são elementos que sempre estiveram na base do processo civilizatório, ou de socialização e sociabilidade, e que, agora, são reproduzidos nos novos formatos de interação social, demonstrando que os componentes ali dispostos não são tão novos assim.

O ciberespaço, ao constituir-se como um novo espaço de sociabilidades, gera também novas práticas e formas de relações sociais. Estas têm códigos e estruturas próprias. No entanto, estes códigos não serão inteiramente novos, mas antes uma reformulação das já conhecidas formas de sociabilidade, agora adaptadas às novas condições espaço-temporais (Amaral, 2016: 52).

CAPÍTULO IV

MOVIMENTOS SOCIAIS E OS NOVOS REPERTÓRIOS DE CONFRONTO

4.1- Repertórios: Inovações e Continuidades

É possível considerar a mudança na forma como se produzem as relações políticas considerando a grande inovação no modo de convocação e na organização das ações pelos movimentos sociais. O papel que os movimentos sociais assumem também se modifica, fomentando estudos nesse campo que vão se somar aos numerosos trabalhos sobre participação cidadã e movimentos sociais.

O contexto social e político mundial contemporâneo tem defrontado as democracias com a radicalização, tanto das lutas emancipatórias, identitárias, por direitos sociais mais igualitários, quanto, pelo lado conservador, dos movimentos antiaborto, contra a liberdade religiosa e contra a igualdade racial, para citar algumas causas, impondo um constante questionamento sobre as ações políticas e o posicionamento dos políticos, de um lado, e da sociedade civil, de outro. Há uma demanda cada vez maior por participação dos cidadãos, o que abre espaço para atuação dos movimentos sociais e organizações civis de diferentes ideologias e em diferentes campos.

Nesse sentido, os ciberespaços se apresentam como uma opção na esfera pública, que pode e deve ser ocupada pelos agentes sociais como forma legítima de participação cidadã, de influência e troca de conhecimento e, até mesmo, como espaço para o desenvolvimento e a solução de conflito, aqui retomado como um elemento relevante à expansão democrática (CASTELLS, 1999; SIMMEL, 1983; MOUFFE, 2005).

Uma democracia pressupõe a compreensão de que nos espaços públicos coexistem o contraditório, a diversidade e o reconhecimento do próprio caráter heterogêneo da sociedade e seus atores, individualmente. Supõe ainda a aceitação de projetos de diferentes matizes e tendências

que, pela sua natureza, estarão em constante disputa por soberania. Ou, nas palavras de Mouffe,

Indivíduos da democracia só serão possíveis com a multiplicação de instituições, discursos, formas de vida que fomentem a identificação com valores democráticos (2005: 18).

Nesse âmbito de pluralidade de visões de mundo e formas de viver, que se manifestam na configuração de lutas por reconhecimento e espaço de existência e expressão dentro da sociedade, o conflito se instaura em duas linhas. De um lado, verticalmente, entre Estado e sociedade civil — movimentos sociais, militâncias etc. — e, de outro, horizontalmente, entre diferentes atores da sociedade civil (PEREIRA, 2008). Como se viu nas “Manifestações de Junho 2013”, onde o Estado adotou um posicionamento agressivo-repressivo e nas manifestações seguintes, nas quais agendas divergentes e atores antagônicos se colocaram em confronto.

Como as transformações dos modos ou repertórios de ação também se relacionam com o surgimento de tecnologias que possibilitam a adoção de novas táticas e práticas de ação coletiva, foi possível perceber nas “Manifestações de Junho 2013” a inserção de um repertório como meio de mobilização social, sendo as próprias manifestações um produto dessas inovações.

Em Charles Tilly (2005; 2006), a noção de repertório é tomada por empréstimo da música para determinar uma breve gama de formas de ação política em um dado período histórico. O repertório é, assim, um aglomerado de instrumentos ou, ainda, um “conjunto variado de *performances*”.

O autor utiliza as metáforas do jazz, e também do teatro, para exemplificar a relação entre repertório e performance. Ele diz:

Se olharmos de perto uma reivindicação coletiva, veremos que casos particulares improvisam a partir de roteiros [*scripts*] compartilhados. [...]. A metáfora teatral chama a atenção para o caráter agrupado, aprendido, e ainda assim improvisado das interações [...]. Reivindicar usualmente

se parece com jazz e *commedia dell'arte* mais do que com a leitura ritual de escrituras. Como um trio de jazz ou grupo de teatro de improviso, as pessoas que participam de políticas de confronto normalmente podem atuar em diversas peças, mas não em uma infinidade delas⁴⁴ (Tilly, 2006: 35. *Tradução nossa*).

Em um quadro que joga com a contraposição tradição e inovação, na medida dos repertórios disponíveis e do surgimento de novos, o repertório de ação coletiva seria, assim, um conjunto de ações disponíveis em determinado tempo histórico, nas quais os atores se mobilizam politicamente e apresentam suas reivindicações.

Apresentar uma petição, fazer um refém, ou organizar uma manifestação constituem uma *performance* vinculando pelo menos dois atores, um reivindicador e um objeto das reivindicações. [...]. Performances se aglutinam em *repertórios* de rotinas reivindicatórias que empregam os mesmos pares de objeto de reivindicação: padrões e empregados, camponeses e proprietários de terra, facções nacionalistas rivais, e tantos outros⁴⁵ (Tilly, 2006: 35)

Em sua metodologia, Tilly destaca seis mecanismos que, separados ou simultaneamente, estruturariam as “transferências políticas”: (i) a “inovação tática”, que é a mudança nas práticas de ação já utilizadas anteriormente; (ii) a “barganha”, acordos entre manifestantes e polícia sobre os limites permitidos no curso da ação; (iii) a “difusão negociada”, que é a opção de utilizar uma inovação tática “de outro grupo, lugar e assunto”; (iv) a “mediação”, a existência de um mediador que fará a

⁴⁴ “If we look closely at a collective claim, we will see that particular cases improvise based on shared scripts. [...]. The theatrical metaphor calls attention to the clustered grouped, learned, and yet improvisational character of people's interactions [...]. Claim-making usually more resembles jazz and *commedia dell'arte* than the ritual reading of scripture. Like a jazz trio or an improvisatory theater group, people who participate in contentious politics normally can play several pieces, but not an infinity.” (Tilly, 2006:35).

⁴⁵ “Presenting a petition, taking a hostage, or mounting a demonstration constitutes a performance linking at least two actors, a claimant and an object of the claims. [...]. Performances clump into repertoires of claim-making routines that apply to the same claimant- objects pairs: bosses and workers, peasants and landlords, rival nationalist factions, and many more.”(*Ibidem*).

conexão entre atores, grupos e lugares para facilitar a circulação de repertórios; (v) a “certificação/descertificação”, que é a validação ou invalidação da interação, por parte de uma autoridade social ou política, uma espécie de chancela, e, (vi) a “adaptação local”, que é a “modificação de uma inovação tática produzida alhures via adição de símbolos, rituais, pessoas ou conexões sociais locais (TILLY, 2005: 223-224).

Para o autor, “sentidos” são inseparáveis das ações, por isso, a melhor maneira de acessá-los é pela análise das performances dos atores e “não de discursos”. Desse prisma, a performance pode ser tanto uma parte de um repertório, quanto um repertório em si.

Utilizando as proposições de Tilly, Angela Alonso (2017) analisa os processos de mobilização das manifestações ocorridas entre 2013 e 2016 em São Paulo, e apresenta três tipos de repertórios de confronto presentes nesses eventos: o “socialista”, o “autonomista, a novidade dos protestos de 2013 e o “patriota”.

Segundo a autora, “o repertório socialista, velho conhecido, reapareceu em bandeiras vermelhas, megafones, organização vertical” (Alonso, 2017: 49), mantendo, assim, as velhas táticas e o padrão de organização já característicos desses movimentos.

O modelo autonomista de repertório foi apresentado, segundo Alonso, nas “Manifestações de Junho de 2013”.

A apregoada “novidade” de 2013 veio do uso do repertório autonomista, de movimentos por justiça global, que repaginou signos e slogans anarquistas. Nele se combinam estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (tática *Black bloc*), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo) (Alonso, 2017: 49).

Por fim, o repertório “patriota” esteve menos presente nas ações de 2013, mas, foi ganhando força a partir de 2014 e liderou diversas manifestações nos anos de 2015 e 2016. Nele, os participantes buscam

recuperar agendas e símbolos nacionais, como as cores da bandeira, por exemplo.

O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“Corruptos”). [...] Esse setor ativou o repertório patriota, com símbolos, cores, hino e slogans nacionais (“Verás que um filho teu não foge à luta”; “O gigante acordou”) e retomou espaços canônicos das “Diretas Já”, a Paulista, a Brigadeiro e a Sé (“Vem pra rua!”, “Saímos do Facebook!”). Chamou para si a “Ética na política” do “Fora Collor”, em slogans: “Fora! Partidos! Vocês querem o povo dividido!”, “Mensaleiros!”, “Corruptos, vocês se preparem, vão cair um por um!” (*Ibidem*: 52).

Parece ter sido a heterogeneidade das pautas e a horizontalidade da organização das “Manifestações de 2013” que possibilitaram a combinação desses repertórios naqueles episódios. Mas, à exceção da comunicação via redes sociais virtuais, os elementos de “inovação” ficaram em 2013.

Os protestos de 2014, 2015 e 2016 voltaram a apresentar os repertórios tradicionais, com discursos em carro de som, por exemplo. Nesses protestos, dois campos ideológicos, um à esquerda do governo, outro à direita, foram para o confronto usando antigas táticas de movimentos sociais, com repertórios socialistas de um lado e patriotas, de outro.

Os elementos de inovação de 2013 sumiram — voltou a tradição de discursos nos carros de som. E se cristalizaram dois campos de ação estratégica apartados e opostos: um à esquerda, outro à direita do governo (Alonso, 2017: 54).

Desse modo, resumindo a visão de Alonso, no primeiro ciclo de manifestações, em 2013, foi possível perceber três tipos de ativismo. No segundo ciclo, em 2014, especialmente após as eleições, o “patriota” dominou. E, no terceiro ciclo, 2015/2016, viu-se nas ruas a disputa entre dois estilos de repertórios em “atos intercalados de duas campanhas: ‘#foradilma’ e ‘#nãovaitergolpe’”. Assim,

Os três estilos de ativismo, misturados em 2013, desaguaram em dois grandes campos políticos em competição entre si pela direção do Estado: um pró, outro contra o impeachment (Alonso, 2017: 56).

Uma tática que pode ser considerada como repertório de confronto tradicional e que se manteve nas “Manifestações de 2013” foi a utilização de grandes eventos para chamar a atenção da mídia e dar visibilidade aos protestos, se possível, internacionalmente. Nesse sentido, havia no Brasil, em 2013, uma conjuntura bastante propícia: a realização dos megaeventos: Copa das Confederações, em 2013; Copa do Mundo da FIFA, em 2014 e as Olimpíadas, em 2016. E, ainda que não tenha havido protestos em todos esses eventos, os holofotes do mundo estavam voltados para o país, assim, qualquer manifestação de porte ganhava visibilidade.

Abreu e Leite (2016), seguindo as proposições de Tarrow (2009)⁴⁶, vão contribuir com o debate sobre repertórios de confronto estabelecendo-os em três categorias: (i) “repertórios de violência”, que é a forma mais simples de acontecer, no geral limitado a grupos pequenos que se colocam em embate direto com as forças repressoras; (ii) “repertórios de convenção” que, ao contrario do anterior, tenta elaborar uma rotina facilmente assimilável e, comumente, não encontra muita oposição ou resistência repressiva, seja de elites ou de aparelhos repressores, no entanto, pode facilmente se institucionalizar; (iii) “repertórios de ruptura” que é uma forma que busca quebrar a rotina, se possível trazendo inovações para as ações, porém, sua característica instável pode levar à violência.

A partir daí, os autores vão traçar um comparativo entre os repertórios tradicionais utilizados em movimentos coletivos anteriores no Brasil, como a “Passeata dos Cem Mil”; as “Diretas Já” e o “Fora Collor”

⁴⁶ Tarrow, S. (2009) *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

e os repertórios observados nas “Manifestações de 2013”, encaixando-os nas categorias descritas acima.

A Tabela 4.2, abaixo, apresenta o resultado comparativo encontrado pelos autores.

CATEGORIAS	REPERTÓRIOS TRADICIONAIS	NOVOS REPERTÓRIOS
VIOLÊNCIA	<p>Enfrentamento direto: uso de pau, pedra, coquetel molotov, bola de gude, bandeira, porrete.</p> <p>Luta de guerrilha rural e urbana: assaltos a bancos, assassinatos de torturadores, sequestros, atentados, depredações de órgãos públicos, distribuição do manual do guerrilheiro urbano (Marighella).</p> <p>Intervenções artísticas em garrafas de Coca-Cola ensinando a fabricar coquetéis molotov.</p>	<p>Enfrentamento direto; queima de carros de emissoras de TV, depredações e roubos, uso de bolas de sinuca, fogos de artifício.</p> <p>Tática Black-Bloc.</p> <p>Guerrilha digital e hack terrorismo.</p> <p>Performances de autoflagelação.</p>
CONVENÇÃO	<p>Intervenção partidária: comício, carro de som, carreata, transmissões televisivas.</p> <p>Alinhamento dos movimentos estudantis à política partidária, efeito “Caras Pintadas”.</p>	<p>Efeito coxinha: protestos contra a corrupção, despolitização pelo nacionalismo, uso de bandeiras partidárias.</p> <p>Petições pela internet com milhões de assinaturas.</p> <p>Presença de líderes e hierarquias.</p>
RUPTURA	<p>Intervenção sindical e movimentos estudantis: passeatas, palavras de ordem, greves, panfletagem, discursos de lideranças, ocupações de prédios públicos.</p> <p>Intervenções culturais: teatro, música, cinema, artes plásticas, alegorias irreverentes de rua, pichações.</p> <p>Patriótica: cantar o Hino Nacional, usar bandeira, pintar o rosto.</p>	<p>Articular protestos e denunciar violência policial via redes sociais, transmissão ao vivo dos protestos, bombardeamento de acessos nos sites de busca, e tuitaço via celular.</p> <p>Churrascos e bicicletadas de protestos, roletaços, aulas públicas, ocupações e ações diretas, acampamento em frente à casa de políticos.</p> <p>Estética menos elitizada, performances artísticas, vídeos denúncias, projeção, microfone humano, folhetos virtuais.</p> <p>Propostas de horizontalização na organização e luta, apartidarismo, busca da perda de controle pelos mobilizadores sociais.</p>

TABELA 4.2, elaborada por nós a partir de dados dos autores (2016: 34-35).

Os autores ressaltam a diferença entre “repertórios de violência” nos quais a ousadia das militâncias contava com estratégias como assaltos a banco, sequestro de personalidades politicamente relevantes e assassinato

de torturadores, refletindo diferentes momentos históricos — ditadura e democracia — e, conseqüentemente, demandas e ações distintas.

Na categoria “ruptura”, convém citar que a “projeção” tem sido uma ferramenta bastante utilizada, não apenas em momentos agudos de protesto, mas, no cotidiano de ações de comunicação política. Híbrido de mediação virtual e interferência no espaço público, os chamados *videomapping* e *graffiti digital* são algumas técnicas de projeção de conteúdos — textos, imagens, grafites — em fachadas de construções urbanas. Para Gilfredo Alves,

[...] os espaços públicos potencializados pela mediação digital tornam-se espaços híbridos com muitas camadas de informação, que circulam e configuram redes que podem transformar os próprios espaços em experiências enriquecidas de saberes, de produções e sobretudo de trocas (Alves, 2015: 91).

Também Geoffrey Pleyers, em seu trabalho sobre a relevância da internet e das redes sociais na onda de movimentos que agitaram o começo da década de 2010 no mundo, destaca esse caráter de ocupação física dos espaços públicos. Ele diz que

(1) Ao invés do ativismo *on-line*, esses movimentos adotaram práticas de ocupação “física” de espaços públicos e urbanos. (2) Enquanto a internet é um espaço virtual global, os usos das redes sociais pelos ativistas ajudaram a construir movimentos nacionais. (3) As redes sociais e a internet não substituíram a imprensa. Quando se articularam a esta última, as mídias alternativas militantes tiveram maior expressão. Estas três constatações não minimizam o impacto das redes sociais para os movimentos. Elas nos convidam a desviar o olhar para a intersecção e a articulação entre participação *on-line* e a ação nos espaços públicos das ruas (Pleyers, 2013: 87).

Ainda sobre os repertórios de ação, Abreu e Leite chamam a atenção para a participação do *Mídia Ninja* nas “Manifestações de 2013”, onde as redes sem fio (Wi-Fi) e a telefonia móvel tiveram destaque na utilização feita pelo grupo.

Nos ciclos de confronto de Junho, com apenas um celular conectado a um notebook, os ativistas do *Mídia Ninja* fizeram entrevistas, filmaram e transmitiram ao vivo as manifestações em detalhes pela internet (Abreu e Leite, 2016: 19).

Pode-se acrescentar, ainda, como extensão aos repertórios possibilitados pela tecnologia de redes, o que Pleyers aponta como a capacidade de nacionalização das pautas e ações. Para ele, no Brasil, “o recurso massivo às redes sociais pelos ativistas coexiste com a reivindicação do caráter nacional das mobilizações” (2013: 91), recurso que, do nosso ponto de vista, tende a favorecer a pressão sobre o poder federal.

Pelas análises apresentadas, é possível dizer que os repertórios observados nos confrontos entre 2013 e 2017 sofreram grande influência das novas tecnologias informacionais, que, embora não determinem, necessariamente, os processos de luta e as mudanças sociais, com certeza se apresentam como ativadoras de propostas de transformação e de aproximação entre os atores sociais.

Por sua vez, o Estado também apresenta repertórios, que têm base, comumente, no monopólio do uso da força, também entendido como monopólio legítimo da violência, que representa a base da existência do Estado-nação moderno, a partir do contrato social estabelecido no processo de organização da sociedade (WEBER; 2003).

[...] um Estado é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física, nos limites de um território definido. [...] o direito ao emprego da coação física pode ser assumido por outras instituições à medida que o Estado permita, [*ainda que o Estado seja a*] fonte única do direito de recorrer à força (WEBER, 2003: 9. *Excerto em grifo nosso*).

Assim, é o acordo estabelecido entre sociedade e Estado que legitima o uso da força e da violência por este último. No entanto, na contemporaneidade de países com democracia em desenvolvimento, cuja orientação se dá pela busca do respeito e garantia dos Direitos Humanos

como regra das relações sociais, os critérios para o uso abusivo da violência pelo Estado são colocados em xeque, tendo em conta o Estado democrático de direito, que presume que a cultura do direito deva prevalecer, ou mesmo se sobrepor, à cultura do poder da força/violência.

Dessa forma, a cada ação coletiva ou movimento social de enfrentamento ao *status quo* estatal se coloca em pauta a pergunta sobre como o Estado, por meio de suas instituições de segurança, deve agir para atender à garantia de segurança e direitos de todos, levando em conta o estado democrático de direito e a divergência de interesses entre os atores da sociedade.

No caso das “Manifestações de Junho de 2013”, parece que as instituições de segurança pública foram pegas de surpresa e, desorientadas e claramente despreparadas, acabaram por expor a frágil arquitetura institucional de segurança pública do país que, para o antropólogo, cientista político e especialista em segurança pública, Luiz Eduardo Soares (2006), se fundamenta na fragmentação que pode ser verificada nesse setor, não tanto pela distância formal estabelecida entre os órgãos federados, mas pela ausência de vínculos orgânicos no que se refere à coordenação das políticas públicas, que faz com que os processos decisórios não se comuniquem entre si.

Além disso, Soares acrescenta que as instituições de segurança são “máquinas reativas, inerciais”, inseridas num ambiente desarticulado, subordinadas a limites legais austeros e inadequados, que não investem na valorização e qualificação apropriada de seus profissionais, e muito pouco, ainda, em inteligência e tecnologia. A polícia não foi transformada, suas práticas tradicionais cotidianas continuam as mesmas. Ou seja, os repertórios não se renovaram. Somam-se a isso disputas internas, competições políticas e interesses eleitorais.

Dessa forma, no que tange às novas formas de ação dos coletivos organizados, verifica-se a existência de um abismo entre essas e os tradicionais métodos estatais. Soares diz que

As polícias brasileiras, de um modo geral, são ineficientes na prevenção e na repressão qualificada, na investigação e na conquista da indispensável confiança da população. Problemas ligados à corrupção e à brutalidade ultrapassam qualquer patamar aceitável. São refratárias à gestão racional, não avaliam a própria *performance*, nem se abrem a controle e monitoramento externos. Não se organizam com base em diagnósticos sobre os problemas a enfrentar, o modo de fazê-lo, as prioridades a definir e as metas a identificar. Não planejam sua prática, a partir de diagnósticos, fundados em dados consistentes, nem corrigem seus erros, analisando os resultados de suas iniciativas — os quais, simplesmente, ignoram. São máquinas reativas, inerciais e fragmentárias, inscritas num ambiente institucional desarticulado e inorgânico, regido por marcos legais rígidos e inadequados. Os profissionais não são apropriadamente qualificados e valorizados e as informações não são ordenadas de acordo com orientação uniforme, que viabilize a cooperação (Soares, 2006: 100).

Além das ações policiais de repressão aos movimentos, o Estado também utiliza em seu repertório, como estratégia de controle social, negociações pontuais, com pequenas concessões a alguns grupos (movimentos) em detrimento de outros, de acordo com a conveniência estatal e a partir de um cálculo de menor risco, enquanto estimula, com esta ação, o conflito e a discórdia entre grupos/movimentos.

Tal estratégia de Estado busca evitar o fortalecimento e o crescimento gradativo das redes de movimentos sociais e, conseqüentemente, do caráter de massa dessas ações coletivas que historicamente sempre ofereceram grande risco à manutenção dos jogos de poder vigentes, coordenados por Estados e elites econômicas (Abreu; Leite, 2016: 21).

Cabe, considerando esse cenário, ponderar sobre a participação dos *hackers* que, embora tenha sido apenas pontual no caso das “Manifestações de Junho de 2013”, vem se mostrando em progressiva expansão como ferramenta de enfrentamento a empresas e governos, como destacado por Abreu e Leite:

Observamos, principalmente nos minidocumentários anarquistas que rastreamos, a menção ao hackeamento de dados e boicotes de sistemas operacionais de empresas e governos, juntamente com as acusações e difamações de

personagens públicos pelas redes sociais da internet (2016: 25).

Esse quadro desvela os contornos de um cenário futuro, que se colocará como grande desafio para os governos, demonstrando, cada vez mais, a força dos ciberespaços como nova esfera pública de ativismo político, especialmente considerando esse caráter rudimentar, até mesmo, obsoleto das instituições estatais no Brasil.

4.1.1 - Cyberativismo - Novas Lideranças, Nova Esfera Pública

Os movimentos sociais contemporâneos se apropriaram das tecnologias digitais e ganharam, com a internet, uma grande ferramenta para a ampliação de seus alvos, possibilitando que suas campanhas acessassem um número maior de pessoas em uma abrangência territorial ilimitada.

Essa abrangência, aliada à velocidade com que a informação circula, permite uma dinâmica bastante ágil de *feedback* das ações implementadas, permitindo, também, uma ágil mobilização e/ou mudança de curso de ação, quando for o caso. Já é possível constatar, por exemplo, a eficácia de ações como abaixo-assinados e manifestos virtuais disseminados pelas redes.

Assim, a internet, com todas as possibilidades e ferramentas que oferece, torna-se um espaço propício para diversas ações sociais e políticas. Alonso (2017), por exemplo, aponta a presença de um “ativismo cívico”, cujas práticas, por meio de redes de sociabilidade, teriam ajudado a “adubar” as “Manifestações de 2013”. Ela diz que, em São Paulo, por exemplo,

[...] somaram-se alterações na sociabilidade, amparadas num *ativismo cívico*, com intervenções de retomada do espaço público (ocupações, jardins e hortas comunitárias, ações estéticas em ruas e praças, pichações etc.), e numa *lógica do compartilhamento*: produção e acesso compartilhado de tecnologias (espaços hacker, oficinas maker), posse temporária de objetos (sites de troca e

empréstimo), de residência e trabalho (casas coletivas, Airbnb, ateliês, workspaces). Essas redes de sociabilidade deram as bases organizacionais para os estilos autonomista e liberal de ativismo, refratários ao Estado (Alonso, 2017: 50).

A internet demonstra, assim, sua capacidade de agregação. Adicionalmente, possibilita que ativistas, militantes e movimentos sociais consigam acessar e disseminar informação via canais alternativos aos das mídias convencionais, ampliando o campo de conhecimento dos fatos.

No Brasil, onde a comunicação de massa é um segmento concentrado nas mãos de uma elite política, de famílias tradicionais e pequenos grupos economicamente privilegiados, como já mencionado anteriormente, a existência de uma internet livre se apresenta como possibilidade de um espaço de contraponto e limitação do poder de manipulação de conteúdos pelos veículos convencionais, na medida em que se mostra um potente espaço de denúncia, protesto e reivindicação.

Pleyers afirma que a

[...] relação entre mídias alternativas e mídia clássica toma a forma de confronto. As mídias alternativas e as redes sociais abrem espaços de informação alternativa que denunciam a coalizão entre os principais meios de comunicação e as elites econômicas. [...] O mesmo ocorreu no Brasil, em junho de 2013, quando inúmeros ativistas denunciavam a maneira como os jornalistas da Rede Globo de Comunicações cobriam as manifestações e, mais frequentemente, suas promiscuidades com as potências econômicas. Manifestações e ações passaram a ser regularmente organizadas em frente à sede da Globo, em São Paulo (2013: 92).

Ainda para Pleyers, mesmo que a internet e as redes sociais não substituam os veículos de comunicação “clássicos”, quando ambas as mídias se articulam, as mídias alternativas obtêm maior visibilidade. Para o autor, os grandes meios de comunicação buscam interação com as redes sociais militantes, estimulando-as à produção de informações que serão utilizadas por aqueles em seus sites e coberturas midiáticas. O contrário também é observado em um sistema de retroalimentação (2013).

Desse modo, ao proporcionar espaço para a visibilidade de toda a sorte de temas, a internet torna-se uma espécie de ágora contemporânea, uma nova esfera pública.

No contexto digital, os agregados sociais são um elemento dinamizador do espaço público, considerando aqui que esta noção define a globalidade da rede. Sendo a internet um universo onde coexiste o público e o privado, e o individual e o coletivo, entendemos que a sua esfera pública são todos os pontos de livre acesso. Ou seja, os espaços públicos disponíveis na rede (Amaral, 2016: 41).

O conceito de espaço público, nos termos de Hannah Arendt (1999, 2010), está relacionado com o “fazer político” e o direito à cidade. Existiria uma maneira de fazer política, fundamentada na pluralidade humana e na convivência entre diferentes, que produziria espaços públicos e esfera pública, e que teria como essência a liberdade — de ser, agir, pensar e expressar, no sentido de não repressão, não vigilância e não controle.

Para a autora, “livre agir é agir em público, e público é o espaço original do político” (ARENDR, 1999: 11). O espaço público seria, portanto, o lugar onde se estabeleceriam trocas, interações e no qual se materializaria o que é comum e onde se debateria o incomum.

Ainda que o contexto da autora seja outro, é por essa ótica que se poderia entender a esfera pública produzida por uma internet livre: um espaço de encontro entre iguais e desiguais, no qual é possível a expressão de um ativismo político capaz de reverberar os anseios da sociedade de maneira mais horizontalizada e no qual podem ser organizadas as ações de ocupação dos, e de manifestação nos, espaços públicos reais — ruas, praças.

Nessa linha, e pensando formas mais criativas e participativas de ocupação das cidades, Alves vai destacar o hibridismo do espaço virtual, vislumbrando novas maneiras de atuação cidadã como contraponto à representatividade governamental.

Proporcionada pela internet e pelo uso de mídias sociais, a sociedade brasileira vem experimentando diferentes níveis de auto-organização, exercitando sua cidadania de modo um pouco mais direto e livre (ainda que com limitações) no que diz respeito a propor pautas, mobilizações, cobranças e discutir assuntos que outrora eram relegados ao canto dos preconceitos velados e confortavelmente falseados, ainda que reconhecidos nas discussões sociais presenciais (Alves, 2015: 83).

Castells diz que o ciberativismo proporcionou aos movimentos sociais maneiras “de preencher o vazio deixado pela crise das organizações verticalmente integradas, herdadas da era industrial” (2013a: 116).

Esse caráter aparentemente mais horizontal de organização e de comunicação, pelo menos com relação às instâncias do poder, impôs tanto ao Estado, como aos setores de comunicação tradicionais, no Brasil, o reconhecimento da potencialidade do ciberativismo, em especial, nas “Manifestações de Junho de 2013”.

Mas, sobretudo, após a percepção do domínio alcançado, sobre esses espaços, por atores como o MBL e o “Vem Pra Rua” que, representando segmentos de direita da sociedade, fizeram eficiente utilização do ciberespaço para se contrapor ao Estado; disseminar seus ideais economicamente liberais e moralmente conservadores; além de conseguirem arregimentar um número relevante de seguidores, os quais são mantidos e controlados através da manutenção da interação via redes sociais virtuais, por meio da publicação massiva de discursos — verbais e imagéticos — que buscam aprofundar o sentimento de pertencimento comunitário e de identificação com ideias, valores e comportamentos.

Porém, no que tange a essa característica de horizontalidade de interconexões e fluxos informacionais, tida como símbolo da rede, Aguiar vai chamar a atenção para o fato de que esse atributo, no entanto

[...] não é condição suficiente para garantir a plena participação nem a efetiva democratização dos processos decisórios, que dependem também da qualidade dos vínculos estabelecidos entre os participantes e dos conteúdos mobilizadores que circulam pela rede (Aguiar, 2007: 7).

É nesse quadro de “qualidade dos vínculos” e de quantidade e qualidade da participação dos membros que se instaura o espaço para a construção de novas lideranças, evidenciando a existência de uma verticalidade no seio, mesmo, da horizontalidade tida como característica das redes.

Embora se trate de um tema relevante, no Brasil ainda não há uma oferta de literatura específica sobre a construção de lideranças políticas no campo do ambiente virtual. Mas, o assunto acaba sendo abordado, como um tópico, em alguns trabalhos sobre redes sociais e sociabilidade (ALONSO, 2017; CASTELLS, 2008; 2013b; GOHN, 2014; RECUERO, 2009).

A partir deles, é possível apontar alguns elementos capazes de propiciar à criação de lideranças, como, a possibilidade de construção de vários “selfs”; o controle sobre os perfis criados, nos moldes de Goffman, comentado anteriormente; a identificação com ideias, valores e comportamentos; e, por fim, a capacidade de manutenção da interação, seja pelo indivíduo, seja pelo grupo, já que no ciberespaço a liderança pode ser construída na forma de uma identidade coletiva, como no caso do “Movimento Passe Livre” ou, individual, como ocorre com Kim Kataguiri.

Ainda que no quesito liderança a quantidade seja um capital, quer dizer, o número de seguidores de uma dada identidade, individual ou coletiva, é um valor definidor, isso, no entanto, não é suficiente para a construção da liderança. Esse quantitativo apenas se torna relevante na formação de uma liderança quando a ele se somam outros componentes capazes de serem disseminados por meio da visibilidade proporcionada por um grande número de seguidores e pelo grau de exposição a que o ator/grupo se disponibilize nas redes.

Recuero cita três componentes que contribuem com a construção de lideranças. O primeiro seria a “reputação”, entendida como a percepção que os receptores constroem sobre um ator, ou “nó”.

Partindo das noções do Goffman (1975), por exemplo, poderíamos dizer que a reputação de alguém seria uma

consequência de todas as impressões dadas e emitidas deste indivíduo. A reputação, assim, pode ser influenciada pelas nossas ações, mas não unicamente por elas, pois depende também das construções dos outros sobre essas ações (Recuero, 2009: 109).

A reputação teria a ver assim com as qualidades percebidas nos atores pelos participantes que interagem em suas redes, que podem ser intencionalmente administradas por meio das informações postadas. Claramente “reputação” aqui não está relacionada com virtudes ou princípios morais elaborados, aceitos e reconhecidos socialmente mas, sim, com valores com os quais os membros da interação se identificam.

Outro componente é a “popularidade”, um valor que está relacionado com audiência e interação, ou seja, não apenas com a quantidade de conexões e visualizações, mas de participação efetiva como comentários e discussões. Refere-se mais ao posicionamento ativo do ator na estrutura da rede do que a percepção que os demais membros têm dele.

Por fim, como um terceiro valor, Recuero cita a “autoridade”.

A autoridade refere-se ao poder de influência de um nó na rede social. Não é a simples posição do nó na rede, ou mesmo, a avaliação de sua centralidade ou visibilidade. É uma medida da efetiva influência de um ator com relação à sua rede, juntamente com a percepção dos demais atores da reputação dele. Autoridade, portanto, compreende também reputação, mas não se resume a ela. Autoridade é uma medida de influência, da qual se desprende a reputação (2009: 113).

Desse modo, em um campo que mescla agência e estrutura, os atores que adquirem e dominam esses componentes, e que têm capacidade para captar quais temas são capazes de sustentar a manutenção da identificação entre os membros e utilizá-los como o ponto de agregação e fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário e, ainda, de apreender as ideias e anseios dos participantes/seguidores e fazê-los reverberar, tanto no âmbito virtual, quanto fora dele, são os que têm chance de despontar como influenciadores nas redes, ou como possíveis líderes.

O tema da liderança, no entanto, parece ser mais complexo do que o exposto. Tomemos, como exemplo, o nosso objeto, as “Manifestações de Junho de 2013”. Ali, é possível perceber certo paradoxo: de um lado, se tem o “Movimento Passe Livre” defendendo, nas ruas, o autonomismo das ações e a ausência de qualquer liderança-chave na organização dos eventos. Ao mesmo tempo, o próprio MPL, colocando-se como estopim do “levante” e como figura central nas negociações posteriores (especificamente no caso dos preços das passagens e outros itens referentes à mobilidade urbana) se apresenta, e é percebido, como uma liderança dos campos virtual e real. Também os participantes buscam defender o autonomismo da ação em curso, expulsando partidos e militantes partidários, enquanto parecem atender aos chamamentos e comandos de uma liderança teoricamente anônima.

Esse paradoxo aponta para o fato de que, talvez, toda e qualquer ação coletiva demande a existência de uma liderança, mesmo que incógnita.

Nesse contexto de novas formas de ativismo, liderança e repertórios de ação no âmbito das novas TICs, cabe observar, brevemente, a atuação dos partidos políticos no universo *on-line*, outro campo que evidencia escassez de literatura nacional.

É visível que, no Brasil, os partidos políticos tendem, tal qual as instâncias estatais, a um comportamento mais antiquado. Percebe-se, neles, certa dificuldade de adaptação às inovações.

Em um trabalho comparativo entre partidos políticos do Brasil e da Espanha quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação como repertório de ação e comunicação política, Braga, Rocha e Vieira (2018), a partir da análise de conteúdos de páginas dos partidos, bem como da presença e atuação deles nas mídias sociais, e de variáveis como tamanho do partido, mobilização, capilaridade e ideologia, verificaram uma subutilização, pelos partidos brasileiros, das ferramentas disponíveis na internet e, também, que a utilização *on-line* não reproduz o padrão de

desigualdade partidária *off-line*, já que são os partidos de menor porte que melhor aproveitam os recursos tecnológicos.

Vimos que grandes partidos brasileiros como o PMDB e o PP, por exemplo, utilizam de maneira deficiente os potenciais da Web 2.0, enquanto pequenos partidos aproveitam de maneira mais eficiente as janelas de oportunidade propiciadas pela Web para diversificar e tornar mais transparentes suas atividades, para obter visibilidade e para mobilizar e engajar seus apoiadores e cidadãos de uma maneira geral (Braga, Rocha e Vieira, 2018: 27).

Os autores apontam, ainda, que, no Brasil

[...] os partidos com mais recursos políticos usam com mais intensidade aquelas ferramentas que permitem uma comunicação "vertical" e "top down" entre as lideranças partidárias e outros atores políticos (formadores de opinião, mídia, potenciais financiadores de campanha, militantes e simpatizantes etc.), enquanto que os partidos menores e situados mais à esquerda do espectro partidário usam de maneira mais intensa aqueles recursos associados à mobilização e a uma maior interatividade com os cidadãos (Braga, Rocha e Vieira, 2018: 15).

Também, Rocha, em outro trabalho (2014), identifica que os partidos brasileiros embora percebam a necessidade de ampliar seus repertórios de ação e comunicação no ambiente virtual e, por isso, talvez, todos possuam páginas na internet, eles, no entanto, com raras exceções, ainda não atribuem a devida importância às novas mídias, seja como forma de ampliar a interação com a sociedade, seja para promover melhor organização e maior profissionalização das instituições partidárias.

É notória a capacidade das novas mídias em auxiliar neste processo, contudo, a configuração atual da política comunicacional partidária brasileira neste âmbito, não está arranjada para permitir esta aproximação nos dias atuais. Com isso, mesmo que a possibilidade exista os partidos brasileiros não atuam para concretizá-la sendo necessário um esforço maior para adequar sua presença nas novas mídias de modo a permitir este processo (Rocha, 2014: 100).

Ambos os trabalhos apontam para uma utilização precária das TICs pelos partidos, que, ao não aproveitarem toda a potencialidade que elas podem oferecer no campo de repertório de ação política e interação, e ao restringem seu uso à divulgação de eventos e propagandas eleitorais, demonstram que essas tecnologias são ainda tidas, meramente, como elemento acessório.

Isto posto, a expressão de opiniões, o debate, a busca pelas perspectivas dos cidadãos são novamente preteridas em favor da divulgação do que é considerado pertinente pelos partidos (Rocha, 2014: 96-97).

CONCLUSÃO

A presente dissertação, tendo como objeto orientador as “Manifestações de Junho de 2013” e os desdobramentos políticos seguintes, buscou entender o papel das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação nas recentes transformações nos repertórios de ação dos movimentos sociais; as novas formas de conflito e sociabilidade a partir das interações sociais mediadas pelos aspectos informacionais, principalmente na internet, e como elas se projetaram para as ruas, alterando o modo de fazer política.

A partir da bibliografia utilizada e da análise das interações estabelecidas nas páginas dos principais atores presentes nesses eventos, foi possível verificar que as “Manifestações de Junho de 2013” trouxeram como novidade para o cenário político nacional a utilização das novas tecnologias de comunicação, tanto como ferramenta de convocação de massas, como construção de novas lideranças e espaços de debate, deliberação política e organização de formas de confronto e de acesso às ou de comunicação com as instâncias de poder.

O fenômeno das chamadas “Jornadas de Junho” abriu espaço ainda para a co-manifestação de uma pluralidade de pautas, em que o

autonomismo da ação excluiu a participação de partidos políticos e outras lideranças e aproximou diferentes setores da sociedade civil.

Embora a socialização dos jovens que tomaram ali seu primeiro contato com as questões políticas e seu sujeito político seja um importante resultado das manifestações, elas, no entanto, não foram capazes de promover transformações ou rupturas profundas no sistema político, como o surgimento de novos partidos ou mudanças na gestão governamental, por exemplo.

Apesar de seu indubitável gigantismo, não se pode dizer que as “Manifestações de 2013” promoveram alguma disrupção social, mas, sim, que elas precipitaram um cenário de insatisfação social e política que, em última instância, possibilitou a emergência de um contingente conservador da população, revelando quadros e personalidades deste espectro, tendo, alguns deles, conquistado lugar na cena política.

No que concerne às novas formas de sociabilidade e conflito, embora as relações sociais nas redes reproduzam, em parte, os mecanismos interacionais existentes na vida *off-line*, como a interação por aproximação de ideias e valores, e a construção de comunidades que engendram sentimento de pertencimento, a questão da não presença física, no entanto, se coloca como um importante diferencial. Primeiro, porque possibilita abrangência de contatos e relacionamentos que seria impossível na vida real e, segundo, porque presencialmente é muito mais difícil sustentar a manutenção de diversos “selves” e assumir atitudes de enfrentamento.

Nesse sentido, ainda que a internet e suas interfaces se apresentem como importantes ferramentas de cooperação entre indivíduos e grupos, há nas interações sociais virtuais maior probabilidade de relações antagonistas ou conflitantes.

Por ser um campo de livre expressão, o ciberespaço ajuda a concentrar insatisfações e demandas da sociedade e, dada a sua capacidade de abrangência, permite mobilizar um grande contingente de pessoas capazes de reverberar, nas ruas, as reivindicações construídas no campo

virtual, demonstrando o poder de articulação e intersecção entre o ativismo *on-line* e a ocupação física dos espaços públicos.

Quanto aos repertórios de ação de confronto, diversas inovações foram trazidas para este campo pelas TICs e algumas delas tiveram sua estreia nas “Manifestações de 2013”, como a convocação e/ou mobilização via redes sociais para a ocupação das ruas, em extensão nacional, e a utilização da telefonia móvel e da tecnologia Wi-Fi na transmissão, em tempo real, dos protestos e da atuação policial de enfrentamento a eles.

As inovações no repertório, entretanto, não substituíram formas anteriores de confronto, mas, sim, agregaram-se a elas.

Nesse contexto de utilização política das ferramentas de TICs, observa-se, ainda, um abismo enorme entre o uso feito pela sociedade civil e aquele realizado pelos partidos políticos e órgãos estatais, que demonstraram lentidão e dificuldade de adaptação ao novo.

Também no que tange à comunicação de massa, a atuação política *on-line* não substitui a imprensa tradicional, mas se apresenta como importante contraponto. Nesse campo, os espaços virtuais propiciam uma produção interativa de enquadramento e de informação, em um processo que tanto pode reproduzir padrões seletivos de interpretação e manipulação quanto denunciá-los.

Cabe considerar um paradoxo que se coloca nesse âmbito, referente a uma tendência cada vez maior, por parte de diversos segmentos, em acreditar que os meios tradicionais de imprensa já não têm a mesma força e alcance para influenciar a opinião pública. Todavia, a constante presença, em protestos e manifestações, de ataques a essas instituições parece contradizer essa convicção e demonstrar que essas mídias ainda ocupam espaço relevante na comunicação com a sociedade.

Por fim, registra-se que parece haver uma unanimidade entre os autores estudados quanto à impossibilidade de se apontar “o” sentido do fenômeno das “Manifestações de Junho de 2013”. Para eles, o que se pode fazer, por hora, é distinguir e analisar os componentes do contexto

sociopolítico que foram capazes de proporcionar a sua emergência, pois levará ainda muito tempo para que seja possível identificar o significado social e político real na origem daquele levante.

Referências Bibliográficas

ABREU, D. M.; LEITE, J. F. *Protestos de Junho 2013 no Brasil: novos repertórios de confronto*. Revista Polis e Psique. V. 6. pp. 12-35, 2016.

AGUIAR, Sonia. *Redes sociais na internet: desafios à pesquisa*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2008.

ALONSO, Angela. *Repertório Segundo Charles Tilly: História de um Conceito*. Sociologia & Antropologia, Vol. 02.03: 21-41, 2012.

_____. *A Política nas Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer*. Novos Estudos. pp. 49-58, CEBRAP, São Paulo, 2017.

ALVES, G. *Ocupação dos Espaços Públicos: de baixo para cima e para todos os lados*. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.3, n.3, p.78 – 92, 2015.

AMARAL, Inês. *Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2016.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

AVRITZER, Leonardo. *O que as manifestações no Brasil nos dizem? Carta Capital*, 2014.

BAKHTIN, M. M. Gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*, p. 261-306. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 229p. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *Globalização: As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999a.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999b.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo. Companhia da Letras, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira; UNESP: São Paulo, 2002.

_____. Matteucci, N.; Pasquino, G. *Dicionário de Política*, Vol. I., editora Universidade de Brasília, 13ª. edição, Brasília, 2010.

BRAGA, Sérgio; **ROCHA**, Leonardo Caetano da; **VIEIRA**, Fabrícia Almeida. *Estratégias de Comunicação Digital dos Partidos em Períodos Eleitorais e Não-Eleitorais: Um Estudo Comparado do Uso das Redes Digitais pelos Partidos Brasileiros e Espanhóis*. 42º Encontro Anual da Anpocs, Caxambú – MG, 2018.

BRINGEL, Bruno. *Miopias, Sentidos e Tendências do Levante Brasileiro de 2013*. Acessível em: <https://insightinteligencia.com.br/miopias-sentidos-e-tendencias-do-levante-brasileiro-de-2013/>.

BUCCI, Eugênio. *A Forma Bruta dos Protestos: das Manifestações de Junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

CARDOSO Gustavo; **DI FÁTIMA**, Branco. *Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou? Dossiê Mídia, Intelectuais e Política*, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 143-176, 2013.

Acessível em: www.pos.eco.ufrj.br

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Vol.1. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1999.

_____. *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política*. In: **CASTELLS**, Manuel; **CARDOSO**, Gustavo. Org. Do Conhecimento à Ação Política A Sociedade em Rede. Casa da Moeda, Portugal, 2005.

_____. *Inovação, Liberdade e Poder na Era da Informação*. Porto Alegre, 2005. In: **MORAES**, Dênis de (org.). Sociedade Mídia, Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

_____. *A identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume I. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *Comunicación y Poder*. Tradução: María Hernández. Alianza Editorial. Madrid, 2009.

_____. *Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013a.

_____. *Comunicação e Poder. Fronteiras do Pensamento* Conferência realizada em São Paulo, 2013b. Acessível em: <https://www.fronteiras.com/resumos/comunicacao-e-poder-sp>

COLOMBO, Maristela. *Modernidade: A Construção do Sujeito Contemporâneo e a Sociedade de Consumo*. Rev. Bras. Psicodrama, vol.20, no.1, São Paulo, 2012.

CORRÊA, Cynthia H. W. *A Sociabilidade no Ciberespaço a partir da Lógica da Identificação*. Razón y Palabra, México, v. n.49, n. ano 11, p. 1-10, 2006.

COSTA, Marcos R.M. *O corpo do manifestante das Jornadas de Junho de 2013: a charge e o editorial da Folha de São Paulo*. Galáxia (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 33, p. 158-170, 2016.

DELMAZO, Caroline; **VALENTE**, Jonas C.L.. *Fake News nas Redes Sociais Online: Propagação e Reações à Desinformação em Busca de Cliques*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra University Press. N.º 32 Vol. 18, N.º 1, 2018.

FERES JUNIOR, João; **MIGUEL**, Lorena; **BARBABELA**, Eduardo. *A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho*. Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública, LEMEP, IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

FONSÊCA, Daniel. *Não dá para não ver: As mídias nas manifestações de junho*. FES-Communication – Friedrish Ebert Stieftung, 2013.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; **STELZIG**, Sabina. *Sobre Trajetórias de Sociabilidade: a ideia de relé social como mecanismo criador de novas redes sociais*. Política e Sociedade, no. 5, 2004.

FRASER, Nancy. 1990. Rethinking the Public Sphere: *A contribution to the critique of actually existing democracy*. Social Text, No. 25/26, pp. 56-80. Published by: Duke University Press. 1990.

GOHN, Maria da Glória. *A Sociedade Brasileira em Movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, 2014.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*; tradução de Maria Célia Santos Raposo. 18ª. edição – Petrópolis - RJ, Vozes, 2011.

_____. *Ritual de Interação: Ensaio sobre o comportamento face a face*. 2ª. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes Ed., 2012.

GRANOVETTER, M. The Strengh of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*, vol. 78, n. 6, p.1360-1380, 1973.

HARARI, Yuval Noah. *21 Lições para o Século 21*. 1ª. Ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

HEREDIA, Beatriz. **PALMEIRA**, Moacir. *Os Comícios e a Política de Facções*. Anuário Antropológico. Volume 94.p. 31-94., Brasília. 1995.

- IANNI**, Octávio. *O príncipe eletrônico. Perspectivas*, Revista de Ciências Sociais, v. 22. São Paulo: Unesp, 1999.
- IANONI**, Marcus. *Para uma abordagem ampliada das coalizões. Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v.11 n. 33, pp. 99-129, 2017.
- LEMOS**, André. *Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Sulina, Porto Alegre, 2002
- LÉVY**, Pierre. *Cybercultura*. Ed. 34, São Paulo, 1999.
- LOBO**, Dênis Carneiro. *A Campanha pela Deposição de Dilma: O ódio na política e a política do ódio*. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. Orgs. *O Golpe de 2016: Razões, Atores e Consequências*. Intermeios, PUC-SP-PIPEq, pp. 83-107, São Paulo, 2018.
- LYNCH**, Christian Edward Cyril. *Squaremas e Luzias: A Sociologia do desgosto com o Brasil*. Pax de Deux. 2011.
- MARTÍN-BARBERO**, J. *La comunicación en las transformaciones del campo cultural*. Ideridades, nº5, México, 1993.
- _____. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.
- MARX**, Karl; **ENGELS**, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Ed. Hedra, São Paulo, 2010.
- MESSENBERG**, Débora. *A Direita que Saiu do Armário*. Revista Sociedade e Estado, Vol. 32, No. 3, 2017.
- MOUFFE**, Chantal. *Por um Modelo Agonístico de Democracia*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, Nº 25: 11-23, 2005.
- MUÑOZ, GURGEL e PINTO**. *Movimentos Sociais e Ação Coletiva*. In: BATISTA, Christiane e MUÑOZ, Enara Echart (Organizadoras). *Teoria e Prática da Política*. PP. 265 – 292. Appris Ed., Curitiba, 2017.
- NEGRI**, Antonio. *Para uma definição ontológica da multidão*. LUGAR COMUM, Nº19-20, pp.15-26, 2009.
- NERI**, Marcelo Cortes. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo, SP: Editora Saraiva. 2011.
- ORTELLADO**, Pablo; **SOLANO**, Esther. *Nova Direita Nas Ruas? Uma Análise do Descompasso entre Manifestantes e os Convocantes dos Protestos Antigoverno de 2015*. Revista Perseu, Nº 11, Ano 7, São Paulo, 2016.
- PEREIRA**, Marcus Abilio G. *Cyberactivismo e Democracia: Movimentos sociais e novos repertórios de acção*. Tese de doutorado, Universidade de Coimbra, 2008.
- PIERUCCI**, Antônio Flávio. *As bases da nova direita*. Novos Estudos Cebrap n. 19, p. 26-45, 1987.
- PLEYERS**, Geoffrey. *Ativismo das Ruas e On Line dos Movimentos pós-2011*. Lutas Sociais, São Paulo, vol.17 n.31, p.87-96, 2013.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Sulina, (Coleção Cibercultura), Porto Alegre, 2009.

_____. “*Deu no Twitter, Alguém Confirma?*”: *Funções do Jornalismo na Era das Redes Sociais*. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Rio de Janeiro, 2011.

Acessível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/sbpjorreacuero.pdf>

_____. *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RHEINGOLD, H. R. *The Virtual Community*.1998. Acessível em <http://www.rheingold.com/vc/book/>

RIBEIRO, E; **CARREIRAO**, Y; **BORBA**, J. *Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes*. *Opinião Pública*, 22, (3): 603-637, 2016.

ROCHA, Leonardo Caetano da. *Os Partidos na Rede: Ação Política Virtual das Instituições Partidárias Brasileiras*. Dissertação. Univ. Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

RODRIGUES, Theófilo Machado. *O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017)*. *Contracampo*, Edição v. 37 número 2, Niterói/RJ, 2018.

SANTOS, Boaventura de S. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez Ed., 2002.

SANTOS, Francisco Coelho dos; **CYPRIANO** Cristina Petersen. *Redes sociais, redes de sociabilidade*. *RBCS*. Vol. 29, n° 85, 2014.

SANTOS, Márcia; **COELHO**, Marcelo Báfica. *Um Estudo Das Interseções entre A Nova Retórica e o Interacionismo Simbólico de Erving Goffman*. Artigo apresentado no II SIEERE – II Seminário Internacional de Estudos Éticos e Retóricos em Educação e publicado nos Anais do evento, realizado em Maio de 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Manifestações de Rua No Brasil 2013: encontros e desencontros na política*. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Organização de Evaristo de Moraes Filho. Ed. Ática, São Paulo, 1983.

SINGER, André. *Rebellion in Brazil: Social and Political Complexion of the June Events*. *New Left Review* no. 85 (Jan/Feb):19-37. 2014.

_____. *Brasil, Junho de 2013: Classes e Ideologias Cruzadas*. *Novos Estudos*, 97, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança Pública: Presente e Futuro*. Artigo publicado na Revista de Ciência Política. Estudos Avançados, no. 20 (56), 2006.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. Entrevista para a Rede Brasil Atual, publicada em 28/ 03/ 2018. Acessível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/03/a-classe-media-e-capita-do-mato-da-elite-diz-jesse-souza/>

TARDIVO, Jessica Aline; **BIZELLI**, José Luis. *Cibercultura: A Internet como Meio de Comunicação e Sociabilidade Contemporânea*. VII Encontro Ibero-Americano de Educação, Santiago do Chile, 2012.

Acessível em:

https://www.researchgate.net/publication/279718646_Cibercultura_a_internet_como_m_eio_de_comunicacao_e_sociabilidade_contemporanea

TATAGIBA, Luciana. *Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)*. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.11 n. 33, p. 71-98, 2017.

_____; **GALVÃO**, Andreia. *Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 25, nº 1, jan.-abr., p. 63-96, 2019.

TILLY, Charles. *Identities, boundaries & social ties*. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

_____. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago. Press, 2006.

VIEIRA, Fernando Antonio da C. *As Jornadas de Junho de 2013: O Olhar Midiático*. Universidade da Beira Interior.

Acessível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/vieira-fernando-2020-jornadas-junho.pdf>

WEBER, Max. *Os três tipos puros de dominação legítima*: In: A “Objetividade” dos conhecimentos nas ciências sociais, Col. Grandes Cientistas Sociais. Trad.: Gabriel Cohn. São Paulo, Ática, 1986.

_____. *Política como vocação*. São Paulo, Martin Claret, 2003.

WELLMAN, Barry. *Network analysis: some basic principles*. In: _____ (ed.) *Sociological Theory*. p. 155-200, 1983.